

FORMULÁRIO PARA PROPOSTAS DOS PPC's DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNESPAR

1. CURSO

1.1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

CURSO	Serviço Social	
ANO DE IMPLANTAÇÃO	2002	
CAMPUS	Paranavaí/PR	
CENTRO DE ÁREA	Centro de Ciências Sociais Aplicadas	
CARGA HORÁRIA	Em horas/relógio: 3000	
HABILITAÇÃO	<input type="checkbox"/> Licenciatura	<input checked="" type="checkbox"/> Bacharelado
REGIME DE OFERTA	<input checked="" type="checkbox"/> Seriado anual com disciplinas anuais; <input type="checkbox"/> Seriado anual com disciplinas semestrais; <input type="checkbox"/> Seriado anual com disciplinas anuais e semestrais (misto).	
PERÍODO DE INTEGRALIZAÇÃO	Mínimo quatro anos e máximo seis anos.	

1.2 TURNO DE FUNCIONAMENTO E VAGAS

TOTAL DE VAGAS OFERTADAS ANUALMENTE		
PERÍODO DE FUNCIONAMENTO/VAGAS POR PERÍODO	<input checked="" type="checkbox"/> Matutino	Número de vagas: 50
	<input type="checkbox"/> Vespertino	Número de vagas:
	<input type="checkbox"/> Noturno	Número de vagas:
	<input type="checkbox"/> Integral	Número de vagas:

2. LEGISLAÇÃO SUPORTE AO PROJETO PEDAGÓGICO

- ✓ DE CRIAÇÃO DO CURSO: Decreto Estadual nº 5.629, de 30 de abril de 2002;
- ✓ DE AUTORIZAÇÃO DO CURSO: Parecer 466/01 de 9 de novembro de 2001 da Câmara de Educação Superior, do Conselho Estadual de Educação;
- ✓ DE RECONHECIMENTO DO CURSO: Decreto Estadual nº 6.897 publicado pelo DOU em 11 de julho de 2006; Em 2011, o curso submeteu-se à Renovação de Reconhecimento, conforme atesta o Parecer 104/2011 e o Decreto Estadual 4789/2011. Em 2017, através do Decreto 8.290 de de 21 de novembro de 2017, ocorreu a última Renovação do Reconhecimento de 31 de maio de 2017 a 30 de maio de 2021, publicado no DOU de 22 de novembro de 2017.

- ✓ BÁSICA (Diretriz Curricular Nacional do curso e resoluções afins) Conforme Parecer 492/2001, de 03/04/2001 do Conselho Nacional de Educação/Câmara Superior de Educação- MEC.
- ✓ Resolução CNE/CES nº. 15 de 13/03/2002 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Serviço Social;
- ✓ Resolução CNE/CES Nº. 2, de 18/06/2007, que dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

JUSTIFICATIVA

A alteração do PPC se justifica em função de uma proposta político-pedagógica pautada numa perspectiva de totalidade e, que atenda às seguintes particularidades:

- 1 – Transição de Faculdades Isoladas para Universidade Multicampi, considerando a concepção de Instituição Social de Ensino Superior pública, gratuita, laica e autônoma;
- 2 - Consideração ao Processo de Reestruturação dos Cursos deflagrado na UNESPAR desde 2015;
- 2 – Consideração aos aspectos presentes no PDI e no PPI, incorporando-os ao PPC na perspectiva de estabelecer a relação necessária com a instituição;
- 3 – Priorização das adequações do PPC às Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, considerando também, as exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais do MEC;
- 4 – Aprimoramento do PPC com vistas a contribuir com a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.
- 5 – Adequação do PPC às particularidades e especificidades presentes no contexto local e regional em que o curso está inserido.
- 6 – Inserção no PPC as demandas efetivas de natureza econômica, social, política, cultural e ambiental.

CONCEPÇÃO, FINALIDADES E OBJETIVOS

CONCEPÇÃO DE UNIVERSIDADE PÚBLICA

A discussão apresentada neste documento se insere no contexto do Programa de Reestruturação dos Cursos de Graduação da PROGRAD/UNESPAR e coloca em debate, avaliação e reavaliação os Projetos Políticos dos Cursos (PPCs) dessa Instituição de Ensino Superior pública e sua adequação às políticas, legislações e normas vigentes. Para tanto, é apresentado um conjunto de proposituras em torno da defesa da Universidade Pública, Gratuita, Universal, Laica e Autônoma. Os Cursos de Graduação em Serviço Social da UNESPAR – *Campus* de Apucarana e de Paranavaí se colocam em defesa desse modelo de Universidade e apresentam os motivos que nos levam a tal posicionamento. O texto apresenta uma breve contextualização histórica da universidade pública brasileira. Aborda as tendências recentes da política pública de educação superior e aponta os efeitos que recai sobre a formação profissional no curso de Serviço Social. Aponta, por fim, alguns elementos para se pensar a universidade pública no contexto atual.

Concordando com Chauí (2001), cumpre salientar que a universidade pública que se deseja analisar é aquela que se expressa como uma “instituição social”, e não como uma “organização social”. Para situar a universidade no contexto atual, marcado pela herança do capitalismo neoliberal, é necessário entender, que essa instituição [...] “realiza e exprime de modo determinado a sociedade de que é e faz parte. Não é uma realidade separada e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada” (CHAUÍ, 2001, p. 35). Nesse sentido, compreender a trajetória da universidade brasileira é fundamental.

Por esse ângulo, é pertinente esclarecer que, no contexto brasileiro, registra-se no Império (1822-1889), uma concepção de universidade a partir da transposição do modelo português, “[...] uma ‘escola superior’, baseada na função de um ‘ensino magistral e dogmático’ [...] visando preparar um certo tipo versátil de letrado, mais ou menos apto para o exercício de profissões liberais, relacionadas principalmente com a advocacia, a medicina e a engenharia” (FERNANDES, 2008, p. 174).

Nota-se que a constituição de uma universidade pública nesses moldes reflete o caráter de dependência e atrelamento exteriores do país em relação aos países centrais, em total desconexão com a dinâmica social brasileira desse período. No contexto da República (1889-1930), nossa universidade pública enseja algumas mudanças: destaca-se a substituição do contexto de “escola superior” para o de “universidade”, tal acontecimento, marcado sobretudo pela Revolução Liberal da década de 1930, ocorre de “forma mais complexa e tortuosa: as escolas superiores agregadas entre si, mantidas e fortalecidas sua estrutura tradicional e suas

tendências autárquicas pela conglomeração, passaram a ser chamadas de “universidade” (FERNANDES, 2008, p. 179). Nesse sentido, reitera-se mais uma vez o caráter fragmentado/setorializado da universidade brasileira desde sua gênese.

É, sobretudo, a partir das décadas de 1950/60 que o Estado, levado pelo contexto do desenvolvimento atrelado, pactua com uma concepção de universidade pragmática, baseada na formação da força de trabalho para o mercado. Como destaca Fernandes, (2008), esse fato se verifica, a partir de uma:

[...] maciça interferência norte-americana. Através de mecanismos criados de várias maneiras (da Aliança para o Progresso, dos acordos MEC-Usaid, da OEA, do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento, da União Pan-Americana etc.), os Estados Unidos passam a orientar dois tipos de influências: 1.º) de desintegração do padrão brasileiro de escola superior (ou de universidade conglomerada); 2.º) de formação e consolidação de padrões de ensino superior adaptados aos requisitos educacionais de uma sociedade competitiva e de massas. O que está em jogo não é, naturalmente, a “revolução pela educação” na América Latina ou no Brasil. Mas, especificamente, a constituição de condições para o arranco econômico e cultural, sob o desenvolvimento dependente (FERNANDES, 2008, p. 188).

Sintonizando a universidade em tempos contemporâneos, percebe-se ainda a forte influência do modelo de desenvolvimento atrelado aos organismos multilaterais. No contexto atual, nota-se que em boa parte, a universidade absorveu e exprimiu as práticas neoliberais, hoje dominantes.

As reformulações realizadas na educação, conduzidas pelo governo de FHC, (1995-2003), expressaram, de um lado, uma concepção de universidade como instituição de ensino e, de outro, uma universidade a serviço do padrão mercantil de produção do conhecimento. Esse modelo tem sua centralidade na heteronomia, e não na autonomia. O Estado, juntamente com os setores privados, amplia o poder de definição das agendas das universidades, imprimindo marcos políticos da competitividade econômica. Assim, é possível considerar que, no governo FHC, “o Brasil vivenciou mais uma etapa da *reforma universitária consentida e conduzida pelo capital*, nos marcos da expansão operacionalizada pelo projeto neoliberal de educação superior” (LIMA, 2012, p. 11).

Em 2003, quando assumiu o governo Luis Inácio Lula de Silva (2003-2011), havia expectativas de alterações no quadro apresentado. No entanto, em oito anos de mandato, houve um intenso processo de reformulação da educação superior brasileira, conforme demonstrado no quadro 1:

Quadro 1 – Principais Ações na Política de Educação Superior (2003-2010)

Arcabouço jurídico	Conteúdo
GT Interministerial em 20 de outubro de 2003.	Elaboração de documento: Bases para o Enfrentamento da crise Emergencial das Universidades Federais e Roteiro para a Reforma Universitária Brasileira.
Medida Provisória 147/03.	Institui o Sistema Nacional de Avaliação e progresso do Ensino superior – SINAPES.
Grupo Executivo da reforma do ensino Superior em 06 de fevereiro de 2004.	Elaborou o documento Reafirmando princípios e consolidando e reforma da educação superior.
Lei 19.861 de 14 de abril de 2004.	Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.
Decreto Presidencial 5.205 de 14 de setembro de 2004.	Regulamenta as parcerias entre as universidades federais e as fundações de direito privado.
Medida Provisória n. 213 de 10 de setembro de 2004.	Institui o Programa Universidade para Todos – ProUni.
Projeto de Lei 3627/2004.	Trata do sistema especial de reserva de vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas nas instituições públicas federais de educação superior.
Lei de Inovação Tecnológica – 10.973/04.	Trata do estabelecimento de parcerias entre universidades públicas e empresas.
Lei de Parceria Pública-privada Nº 11.079 de 30 de dezembro de 2004.	Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.
Lei 11.096/2005.	Institui o Programa Universidade para Todos (ProUni) - que trata de “generosa” ampliação de isenção fiscal para as instituições privadas de ensino superior.
Projeto Lei 7.200/06 (apensado ao PL nº 4.212/04 e PL 4.221/2004).	Tratam da Reforma da Educação Superior.
Universidade aberta do Brasil (Decretos 5.800/06 e 5.622/05).	Legislação que trata da regulamentação do EAD e da criação da UAB – consórcio de instituições para oferta de cursos a distância.
Decreto 6095/07.	Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica.
Decreto Presidencial 6069/07 e a divulgação das Portarias Interministeriais 22 e 224/07 (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/MPOG e Ministério da Educação/MEC).	Decreto de criação do Programa de Apoio de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI e Portarias que tratam da criação de um Banco de Professor-Equivalente, inscritos no Plano de Desenvolvimento da Educação/PDE divulgado em 2007.
“Pacote de autonomia” em 2010 e composto pela Medida Provisória 495/2010 e pelos Decretos 7232, 7233 e 7234/2010.	Esse “pacote” amplia a ação das fundações federais de direito privado nas universidades federais; retira das universidades a definição de projetos acadêmicos a serem financiados, transferindo essa

	prerrogativa para as fundações de direito privado; legaliza a quebra do regime de trabalho de Dedicção Exclusiva/DE; não resolve a falta de técnico-administrativos, criando somente um mecanismo de relocações de vagas entre as instituições federais de ensino superior/IFES; cria as condições para a diferenciação dos orçamentos das IFES, de acordo com os índices de produtividade, intensificando ainda mais o trabalho docente e, por fim, cria o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, sem deixar claro de onde sairão os recursos para realização do Programa.
Medida provisória 520 de 31 de dezembro de 2010.	Autoriza a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. Embora Estatal e vinculada ao MEC (Ministério da Educação e Cultura), a nova entidade terá a personalidade Jurídica de direito privado, flexibilizando a contratação de trabalhadores dos hospitais universitários.

Fonte: LIMA, 2012, p. 11-12-13-14 adaptado por MARQUES, 2015, p. 135.

Várias ações apresentadas de fato contribuíram para o acesso à educação superior. Mas a que preço? Na essência, a reformulação da educação realizada no período mencionado pode ser considerada uma parte da contrarreforma do Estado Brasileiro e da expansão do neoliberalismo reformado, pois houve um incremento efetivo do ensino superior voltado para interesses do capital privado.

Na apresentação do Livro de Meszáros (2008), “A educação para além do capital”, Ivana Jinkings alerta que, para o autor, a questão do acesso à escola não elimina o processo de exclusão, mas sim o estar dentro dela, por meio das instituições da educação formal. O que está em jogo, nesse caso, não são apenas as mudanças na política dos processos educacionais, mas sim a reprodução de valores que contribui na perpetuação de uma concepção de mundo baseada na sociedade mercantil.

Na verdade, o processo instaurado no governo Luis Inácio Lula da Silva foi implementado por um vasto conjunto de ações que podem ser identificadas através de dois grandes eixos temáticos: “O empresariamento da educação e a certificação em larga escala” (LIMA, 2012, p. 14).

O primeiro eixo expressa a privatização e mercantilização da educação superior através (i) do aumento do número de IES privadas e do financiamento público indireto para o setor privado via FIES e PROUNI, (ii) da privatização interna das IES públicas via cursos pagos, parcerias universidades-empresas e fundações de direito privado e (iii) do produtivismo que atravessa e condiciona a política de pesquisa e de pós-graduação conduzida pela CAPES e pelo CNPQ (LIMA, 2012, p. 15).

A Universidade Pública brasileira, assentada sob as premissas neoliberais, passa por um profundo repensar. Assim como Chauí (2001), Iamamoto (2007) pondera que, nos últimos governos, tem-se privilegiado uma política que imprime uma lógica mercantil e empresarial à universidade brasileira.

Na trajetória de se pensar a universidade pública concretamente, convém salientar e defender seu caráter público, universal, laico e autônomo e a noção de educação superior enquanto um direito do (a) cidadão (ã):

[...] tomar a educação superior como um direito do cidadão (na qualidade de direito, ela deve ser universal); defesa da universidade pública tanto pela ampliação de sua capacidade de absorver sobretudo os membros das classes populares, quanto pela firme recusa da privatização dos conhecimentos, isto é, impedir que um bem público tenha apropriação privada (CHAUÍ, 2003, p. 10).

Para tanto, cumpre frisar a defesa da autonomia dessa instituição social. Iamamoto (2007) esclarece que a autonomia universitária envolve a indissociável integração entre ensino, pesquisa e extensão. No entanto, para a autora, no contexto neoliberal, há a substituição da autonomia universitária, em sua essência, por uma mistificada autonomia gerencial e orçamentária, sustentada pela lógica contábil do custo/benefício. É preciso reforçar o entendimento de autonomia universitária como forma de resistência perante o poder do Estado, inserida, portanto, em uma relação política:

[...] a capacidade de se autogovernar, se opõe necessariamente aos poderes que a submetem e tentam impedir seu autogoverno. A autonomia universitária só pode significar autonomia perante o poder do Estado e principalmente do executivo, por isso, deve ser entendida como uma relação política e nunca como algo pronto e acabado. Foi assim desde a fundação das universidades no século XI e continua sendo assim até hoje (VERGARA *et al.*, 2013, p. 54).

É importante frisar também que a autonomia “[...] deve ser pensada, como autodeterminação das políticas acadêmicas, dos projetos e metas das instituições universitárias e da autônoma condução administrativa, financeira e patrimonial” (CHAUÍ, 2003, p. 10). Assim, ela se manifesta em relação a diversas esferas, como defende Chauí (2003):

[...] autonomia institucional ou de políticas acadêmicas (autonomia em relação aos governos); b) como autonomia intelectual (autonomia em relação a credos religiosos, partidos políticos, ideologia estatal, imposições empresariais e financeiras); c) como autonomia da gestão financeira que lhe permita destinar os recursos segundo as necessidades

regionais e locais da docência e da pesquisa. (CHAUÍ, 2003, p. 10).

Tendo em vista que a autonomia universitária se expressa nos âmbitos institucional, intelectual e financeiro, torna-se imprescindível que haja transparência nos processos decisórios, com ampla participação da comunidade acadêmica, além de permanente diálogo com a sociedade civil e com o poder público, com o intuito de “[...] oferecer a todos as informações sobre a vida universitária, como para receber críticas, sugestões e demandas vindas da sociedade e do Estado” (CHAUÍ, 2003, p. 10).

Outro ponto a se ressaltar é a noção de democratização do ensino, que deve ser afastada de qualquer possibilidade de restringir tal conceito do ponto de vista da massificação. Portanto, tal democratização deve vir acompanhada de investimentos públicos que garantam o amplo funcionamento da universidade pública, tal como sugere Chauí, (2003, p. 12), elenca algumas sugestões para o debate: Bibliotecas com amplo acervo atualizado; Laboratórios equipados; Bolsas de estudos para estudantes (pesquisa, extensão e permanência) Assistência estudantil (alimentação, moradia e saúde); Convênios de intercâmbio entre universidades do país e estrangeiras.

Além disso, é necessário ainda, problematizar as formas de avaliação docente, dadas através de índices quantitativos de produtividade, e as condições do trabalho docente. A constituição de uma universidade pública, gratuita e de qualidade exige a realização de concurso público para professores e funcionários; o fomento à pesquisa, ensino e extensão, garantindo condições dignas de infraestrutura e salários compatíveis ao regime de dedicação exclusiva; incentivar a qualificação de docentes e funcionários, através de uma política institucional que viabilize o processo de formação e capacitação.

No âmbito da produção de conhecimentos por meio da pesquisa, cabe à instituição cumprir seu papel social em relação à sociedade, buscando:

Revalorizar a pesquisa, estabelecendo não só as condições de sua autonomia e as condições materiais de sua realização, mas também recusando a diminuição do tempo para a realização dos mestrados e doutorados. Quanto aos pesquisadores com carreira universitária, é preciso criar novos procedimentos de avaliação que não sejam regidos pelas noções de produtividade e de eficácia e sim pelas de qualidade e de relevância social e cultural. Quanto à relevância social das pesquisas, cabe às universidades públicas e ao Estado fazer um levantamento das necessidades do seu país no plano do conhecimento e das técnicas e estimular trabalhos universitários nessa direção, assegurando, por meio de consulta às comunidades acadêmicas regionais, que haja diversificação dos campos de pesquisa segundo as capacidades e as necessidades regionais. As parcerias com os movimentos sociais nacionais e regionais podem ser de grande valia para que a sociedade oriente os caminhos da instituição universitária, ao mesmo tempo que

esta, por meio de cursos de extensão e por meio de serviços especializados, poderá oferecer elementos reflexivos e críticos para a ação e o desenvolvimento desses movimentos. Ou seja, a orientação de rumos das pesquisas pode ser feita segundo a ideia de cidadania (CHAUÍ, 2003, p. 12).

Por fim, para se garantir esse imperativo, compete destacar o necessário investimento do Estado,

[...] A valorização da pesquisa nas universidades públicas exige políticas públicas de financiamento por meio de fundos públicos destinados a esse fim por intermédio de agências nacionais de incentivo à pesquisa, também, a universidade deve publicamente prestar contas de suas atividades de investigação à sociedade e ao Estado (CHAUÍ, 2003, p. 13).

Nessa direção, é preciso pensar a universidade pública, enquanto direito do cidadão, isso requer, o respeito a sua autonomia institucional, bem como “adotar uma perspectiva crítica muito clara tanto sobre a ideia de *sociedade do conhecimento* quanto sobre a de *educação permanente*, tidas como ideias novas e diretrizes para a mudança da universidade pela perspectiva da modernização” (CHAUÍ, 2003, p. 13).

Esse esforço requer uma universidade desatrelada da lógica mercantil, que se efetive enquanto instituição social capaz de responder aos anseios da sociedade em que se insere, rompendo como destaca Chauí (2003), com novas roupagens e modismos que visam descaracterizar sua função social. É imperioso, portanto, destacar que ou essa universidade “[...] será forjada aqui e agora, sob a previsão das exigências educacionais e culturais do futuro, ou nunca teremos uma universidade brasileira capaz de responder, *por si mesma*, aos requisitos da ‘civilização e de atuar, *por si mesma*, como um fator de desenvolvimento acelerado, mas independente” (FERNANDES, 2008, p. 182).

Considerada a concepção de Universidade, enfaticamente defendida sob a lógica pública, no item a seguir, segue reflexão sobre os fundamentos teóricos e princípios norteadores da formação profissional no Serviço Social, almejada como parte do ensino universitário.

Fundamentação teórica e princípios norteadores da formação profissional

Ao discutirmos a formação profissional em Serviço Social, é preciso inicialmente compreendê-la como um processo contínuo que expressa a direção social, teórico-metodológica e ética que deve orientar não somente o âmbito acadêmico, mas a qualificação para o exercício profissional. Tal entendimento encontra respaldo nas abordagens de Silva e Silva (1984) que desde a década de 1980 e 1990, já apresentava uma concepção crítica entorno da formação, devendo esta acompanhar a dinâmica da sociedade e a trajetória histórica do Serviço Social, no

sentido de entender os condicionantes que a realidade social impõe sobre a prática profissional. Segundo a autora, a formação profissional deve ser entendida “[...] como um processo dialético, portanto, aberto, dinâmico e permanente, incorporando as contradições decorrentes da inserção da profissão e dos profissionais na própria sociedade” (1984, p. 73).

Partindo dessas considerações, a formação profissional deve ser concebida como um elemento histórico, que sofre interferências do contexto social, político e econômico em sua configuração. Fazendo um recorte na trajetória histórica do Serviço Social no Brasil, verifica-se que a formação profissional recebeu interferências nos anos de 1965 a 1975 com o Movimento de Reconceituação e a construção de uma nova proposta para se pensar a profissão, alinhada à matriz marxiana. Tal movimento impulsionou a formulação do novo Currículo Mínimo em 1982, com a definição de novos objetivos e conteúdo para a formação profissional, os quais valorizavam, sobretudo, os interesses das classes subalternas, bem como apontava a necessidade de tratar o exercício profissional vinculado à dinâmica da sociedade brasileira.

Na década de 1990 houve a revisão da proposta de formação profissional, fruto do amadurecimento teórico construído pelo debate profissional. Tal movimento possibilitou identificar alguns equívocos e lacunas existentes no projeto anterior, bem como definir temas considerados centrais na definição de um novo projeto de formação quais sejam: “[...] a direção social, os eixos fundamentais, a perspectiva teórico-metodológica, a formação do mercado de trabalho e o tratamento dispensado à análise da realidade social brasileira” (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 145). As abordagens desses temas foram explicitadas nos debates promovidos pela ABESS e deram formato a Proposta de Currículo Mínimo expressa nas Diretrizes Curriculares de 1996.

Esse movimento de reformulação do currículo buscou construir uma proposta que, segundo Ortiz (2010) foi organizada a partir de uma lógica que primasse pela perspectiva de totalidade, rompendo com a organização formalista do currículo reduzida a um conjunto de matérias e disciplinas. Com esse propósito, buscou-se a formação de profissionais aptos a responder às demandas contemporâneas que decorrem da reprodução das relações sociais capitalistas e, conseqüentemente, do agravamento das manifestações da questão social. Sendo assim, a formação profissional em Serviço Social proposta pela ABEPSS

[...] aponta para o perfil profissional no qual está presente uma formação intelectual e cultural, generalista-crítica, que alimenta a competência na sua área de desempenho e a inserção crítica e propositiva no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho (MENDES, 2004, p. 12).

Encaminhar a formação profissional nesta direção requer, segundo Mendes (2004), um conjunto de conhecimentos articulados que propicie a apreensão crítica da realidade social e

histórica, bem como análise das particularidades que conformam a sociedade e o Estado, de modo a compreender as configurações assumidas pela expansão capitalista no Brasil.

Embora seja inegável o avanço e amadurecimento na direção social expressa no redesenho curricular, considera-se que esse processo não pode ser suficientemente compreendido por ele mesmo, ou seja, no âmbito formal de sua constituição, pois, “[...] a formação é, pois, parte de um projeto profissional que se define e redefine no movimento contraditório da sociedade a partir de uma direção social estratégica” (ABREU; LOPES, 2007, p. 11).

A redefinição e a readequação do Projeto Político de Curso deve ser uma constante, na medida em que, a formação profissional exige que se busque refletir criticamente a complexidade e as constantes mudanças que a realidade social está submetida. Nessa perspectiva, “a preocupação que move tais reflexões é de construir, no âmbito do Serviço Social, uma proposta de formação profissional conciliada com os novos tempos [...]” (IAMAMOTO, 1999, p. 168). Sendo assim, a formação profissional exige a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, consoante às demandas locais e ao movimento da realidade social, em sua totalidade. Isso implica:

[...] ao mesmo tempo, fazer um balanço do debate recente do Serviço Social, indicando temas a serem desenvolvidos, pesquisas a serem estimuladas para decifrar as novas demandas que se apresentam ao Serviço Social. E, sobretudo, para que a categoria profissional se arme de elementos teóricos e de informações da realidade capazes de subsidiá-la na formulação de propostas profissionais, isto é, na construção de programáticas de trabalho, tanto no campo da formulação de políticas sociais como de sua implementação (IAMMAMOTO, 1999, 169).

Dentre as condições objetivas necessárias para adequar a formação profissional aos tempos presentes, Iamamoto (1999) destaca a necessidade de superação da visão endógena do Serviço Social, assim como permitir que a vida universitária fosse além dos seus muros internos. Nesse sentido, ampliar a compreensão acerca da história da sociedade brasileira no contexto de mudanças de ordem mundial possibilita uma melhor apreensão das “[...] particularidades profissionais em suas múltiplas relações e determinações, densas de conteúdo histórico” (IAMAMOTO, 1999, p. 170). Outro aspecto importante no que se refere à formação profissional diz respeito ao processo de reestruturação pela qual vem passando o ensino superior no Brasil. A mercantilização da educação em todos os níveis e, em particular, no ensino superior, tem colocado em xeque a formação profissional das mais diversas profissões, entre elas o Serviço Social. Há um processo de reorganização das universidades no contexto do capitalismo monopolista, de maneira que o ensino superior também passa ser alvo dos setores capitalistas

ávidos pelo lucro a qualquer custo. Nesse sentido, é imprescindível a compreensão de que,

[...] os processos de reestruturação do ensino superior no Brasil, e os desdobramentos sobre a formação em Serviço Social, articulam-se à complexa dinâmica dos monopólios que submete a reprodução das relações sociais inexoravelmente ao seu princípio de maximizar os lucros (SILVA, 2010, p. 407).

Silva (2010) chama atenção para a importância de se contextualizar histórica-socialmente tal situação, a fim de que se tenha clareza da vinculação do desenvolvimento do capitalismo monopolista com os processos econômicos e políticos que ocorrem nas relações sociais. Nesse sentido, o autor destaca que neste contexto se dão profundas alterações na dinâmica social, o que inclui a organização e o significado da universidade brasileira. Essa, cada vez mais é utilizada como instrumento ideológico a serviço do pensamento dominante e orientada para uma formação técnica. Sendo assim, no contexto atual, a universidade brasileira está “[...] voltada para os interesses de mercado e processos de formação profissional cada vez mais empobrecidos de uma dimensão humanística e criticidade” (SILVA, 2010, p. 407). É no âmbito desse contexto que a universidade no Brasil,

[...] vem sofrendo, desde a década de 1990, um sistemático processo de ataques à sua dimensão pública que trata a educação como uma mercadoria, privilegiando as instituições privadas, além de investir contra o modelo universitário pautado na indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. Por isso, o desafio posto aos movimentos sociais é construir uma unidade em torno da defesa radical do ensino público (SILVA, 2010, p. 419).

Tendo por base essa premissa, verifica-se que no bojo das estratégias de institucionalização das políticas públicas neoliberais implementadas pelo Estado, a educação superior no Brasil a partir dos anos de 1990, pautou-se em um processo de reconfiguração que acabou intensificando a adequação do ensino a lógica do mercado, evidenciando a face privatizante no campo educacional.

Nesse contexto, autoras como Boschetti (2004); Iamamoto (2014); Abreu e Lopes (2007), chamam atenção ao fato de que às tendências observadas no ensino superior, com a investida do capital na mercantilização, aliado às estratégias de manutenção das relações de dominação, vêm impactando na flexibilização e na precarização da formação profissional.

Iamamoto (2014) apresenta dados mais recentes que comprovam o aumento do contingente de profissionais que vai se formando, ou “sendo lançados” no mercado de trabalho, contribuindo decisivamente para a precarização dos espaços sócio-ocupacionais, atingindo, a nosso ver, inclusive os docentes da área, que sentem diretamente as pressões desse contexto de

precarização do ensino, da profissão e do trabalho docente:

No nível da formação acadêmico-profissional existem, em agosto de 2011, 358 cursos de graduação autorizados pelo MEC, dos quais dezoito de Ensino a Distância (EAD) que ofertam, no ano, 68.742 vagas. Na modalidade presencial os 340 cursos ofertam, em 2011, 39.290 vagas, segundo a Sinopses Estatísticas do MEC, totalizadas por Larissa Dahmer, em 2013. As matrículas em cursos de Serviço Social assim se distribuem, em 2011: na modalidade EAD 80.650 matrículas e na modalidade presencial 72.019 matrículas (IAMAMOTO, 2014, p. 612).

Considerando esse crescimento acentuado do contingente de profissionais do Serviço Social, a autora ressalta que haverá implicações para o exercício profissional, nas relações de trabalho e condições salariais, pelas quais se realiza a profissão. Assim, indica que, em curto prazo, observaremos um crescimento acelerado de desemprego no país, tendo em vista que os postos de trabalho não acompanham o mesmo ritmo de crescimento do contingente profissional. Conseqüentemente, haverá uma pressão com relação ao piso salarial e uma tendência cada vez mais acentuada também da precarização do trabalho e da insegurança profissional:

O contingente de assistentes sociais brasileiros é o segundo no cenário mundial, com 135 mil profissionais ativos, conforme dados do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), apenas superado pelos EUA, num total de 750 mil assistentes sociais no mundo, conforme a International Federation of Social Workers (IFSW) (IAMAMOTO, 2014, p. 612).

Levando em conta que nos encontrarmos no ano de 2019, o aumento de alunos(as) e profissionais previstos pela autora, conseqüentemente se tornou ainda maior.

As conseqüências advindas do cenário apresentado são visíveis na formação e na profissão do Serviço Social. Tais conseqüências permitem reflexões a respeito do movimento que se instaura no país em decorrência da política neoliberal, da reestruturação produtiva, da “globalização” e da mundialização e financeirização do capital, já discutidos anteriormente. De acordo com Iamamoto,

O desmesurado crescimento do quadro profissional nas últimas décadas, decorrente da expansão acelerada do ensino superior privado – em particular no ensino a distância – tem implicado na qualidade acadêmica da formação, no aligeiramento no trato da teoria, na ênfase no treinamento e menos na descoberta científica. A massificação e a perda de qualidade da formação universitária *facilitam a submissão dos profissionais às demandas e “normas do mercado”*, tendentes a um processo de politização à direita da categoria. O aumento do contingente profissional vem acompanhado de crescimento do desemprego em uma conjuntura recessiva, pressionando o piso salarial e a precarização das condições de trabalho, aumentando a insegurança no emprego e a

concorrência no mercado profissional de trabalho (IAMAMOTO, 2014, p. 630 – itálicos originais).

Além disso, no que se refere especificamente à formação para o Serviço Social, cabe esclarecer que Koike (2009) e Iamamoto (2007) concordam que a proposta de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, de 1996, que foi elaborada coletivamente em um processo conjunto pelas unidades de ensino e apresentado ao Conselho Nacional de Educação (CNE), foi descaracterizada durante a sua tramitação e ao ser homologada pelo Ministério Educação e Cultura (MEC), em 2001. Boschetti (2004) explica que no momento da sua aprovação pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), em 2001, houve uma redução da concepção de formação crítica, presente no texto original:

Os pareceres e a resolução do CNE aprovando o currículo pleno do Serviço Social, emitidos em 2001 e 2002, após anos de análise (a ABEPSS encaminhou as diretrizes curriculares ao MEC no início de 1997), reduziram drasticamente o projeto pedagógico que constava nas diretrizes curriculares da própria ABEPSS (BOSCHETTI, 2004, p. 22).

Compreende-se que as alterações processadas pelo CNE, em relação à proposta do texto original, traduzem muito bem às orientações políticas e econômicas que o MEC vem seguindo no campo da educação, isso em todos os níveis de ensino.

Ao analisar as atuais tendências da formação acadêmico-profissional destaca-se que em relação à proposta original houve “[...] uma forte descaracterização no que se refere à direção social da formação profissional, aos conhecimentos e habilidades preconizados e considerados essenciais ao desempenho do assistente social” (IAMAMOTO, 2008, p. 445).

Fatos dessa natureza corroboram para que muitas unidades de ensino assumam um modelo mais compacto, com indicação mais geral dos conteúdos que estruturam os núcleos de formação, não incorporando em seus projetos pedagógicos muitos dos princípios e orientações contidas na proposta original. Nesse sentido, Iamamoto (2014) ressalta que essa flexibilização na formação acadêmico-profissional é condizente com os princípios liberais (e neoliberais) que vem norteando o Ensino Superior e estimulando a sua privatização, tomando como base as lógicas do mercado. O contexto atual expressa contradições que se mostram latentes na formação profissional. A complexidade das mudanças que se impõe e interpõe no processo formativo dos assistentes sociais, não pode ser interpretada a partir de uma relação de causa e efeito, como se fosse possível neutralizar o projeto de formação do campo de tensionamentos, constituído por diferentes projetos societários.

Nesse movimento dialético, coloca-se a importância de se fortalecer os fundamentos necessários para compreender que o trabalho do assistente social insere-se em uma práxis

social mais complexa, a qual envolve ações de resistência e luta de classes como campo de possibilidades para transcender da prática alienante e reificada, para uma consciência profissional que se coloca no horizonte da sociabilidade humana.

Nessa perspectiva, no que se refere especificamente à formação profissional no âmbito do Serviço Social, tal processo é orientado pelas “Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social” aprovadas no ano de 1996 pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. Tal documento aponta para a necessidade de se atentar às mudanças de ordem mundial que afetam diretamente a divisão sociotécnica do trabalho. Dentre os pressupostos norteadores da concepção de formação social que indicam essas diretrizes, destaca-se a preocupação com o caráter analítico e interventivo do Serviço Social no âmbito das relações sociais que produzem e reproduzem a vida social. Nesse sentido, a formação profissional do curso de Serviço Social da UNESPAR se fundamenta nos pressupostos norteadores da concepção de formação profissional presentes nas Diretrizes Curriculares de 1996, quais sejam:

- 1- O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista.
- 2- A relação do Serviço Social com a questão social - fundamento básico de sua existência - é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho.
- 3- O agravamento da questão social em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, nos marcos da ideologia neoliberal, determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social. Esta inflexão é resultante de novas requisições postas pelo reordenamento do capital e do trabalho, pela reforma do Estado e pelo movimento de organização das classes trabalhadoras, com amplas repercussões no mercado profissional de trabalho.
- 4- O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais (ABEPSS, 1996, p.05-06).

Além desses pressupostos, a formação profissional do Curso de Serviço Social da UNESPAR se pauta em princípios que fundamentam essa formação profissional. Nesse sentido, a ABEPSS aponta para a preocupação em compreender os problemas e desafios a serem enfrentados pelo profissional no processo de produção e reprodução da vida social. O enfrentamento de tais desafios exige que a realidade social seja submetida ao rigoroso trato teórico, histórico e metodológico. Nesse sentido, torna-se imprescindível a adoção de uma teoria

social crítica que possibilite “[...] a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade” (ABEPSS, 1996, p.6).

Ao considerar a atividade interventiva do profissional do Serviço Social, destaca-se a importância de se conhecer criticamente a realidade social. Nessa perspectiva, as dimensões interventiva e investigativa se apresentam como “[...] princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade” (ABEPSS, 1996, p. 6). Outros princípios que constam nas Diretrizes Curriculares que orientam o processo de formação profissional do Serviço Social são os seguintes:

Caráter indisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional; indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão; exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida econômica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas; em luta pela direção da formação social, que compõem a produção das ciências sociais e humanas; ética como princípio formativo permeando a formação curricular; indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional (ABEPSS, 1996, p. 6-7).

A formação profissional deve expressar uma concepção de ensino e aprendizagem que estão vinculadas à dinâmica da vida social, exigindo assim, “[...] parâmetros para a inserção profissional na realidade sócio-institucional” (ABEPSS, 1996, p. 7). Nessa perspectiva, o redimensionamento do pensar e do agir dos profissionais diante das novas demandas é determinado pelas mudanças nos padrões de acumulação e regulação social (ABEPSS, 1996).

Além disso, cumpre destacar outros princípios que devem influenciar a formação profissional no âmbito do Serviço Social. Trata-se de princípios que definem as diretrizes curriculares da formação profissional. Tais princípios se encontram nas Diretrizes Curriculares de 1996 e dão sustentação à formação profissional, tendo como objetivo possibilitar:

I - apreensão crítica do processo histórico; II - investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender a constituição e o desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país; III - apreensão do significado social da profissão, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; IV - a apreensão das demandas consolidadas e das emergentes que são apresentadas ao Serviço Social pela dinâmica social, visando formular respostas profissionais eficazes, eficientes e efetivas e; V - exercício profissional cumprindo as competências, atribuições e exigências previstas na legislação que regulamenta a profissão e, no Código de Ética Profissional (ABEPSS, 1996, p.7).

O Curso de Serviço Social da UNESPAR tem como norte orientador para a formação profissional um projeto profissional inovador e crítico, fundamentado teórico e metodologicamente no materialismo histórico dialético. Ao adotarmos o materialismo histórico dialético como sustentação da formação profissional, partimos do pressuposto que os profissionais são sujeitos sociais, ou seja, sujeitos com capacidade teleológica, pautando-se em ações humanas sempre orientadas para objetivos, metas e fins:

A ação humana, seja individual, seja coletiva, tendo em sua base necessidades e interesses, implica sempre em um projeto que, em poucas palavras, é uma antecipação ideal da finalidade que se pretende alcançar, com a invocação dos valores que legitimam e a escolha dos meios para lográ-la (NETTO, 2007, p. 2).

Contudo, esse projeto se constitui em múltiplas determinações sócio-históricas, que vão além de escolhas individuais ou coletivas, e que só adquire materialidade quando associada a uma direção política. Isto significa, na perspectiva de Netto (2007), que a categoria profissional afirma o compromisso com determinados princípios e valores que vão ao encontro de projetos societários que respondem as necessidades e interesses das classes trabalhadoras, portanto, projetos macroscópicos que são simultaneamente projetos de classe. Trata-se de um campo de tensão e de lutas, construído a partir de um universo heterogêneo, plural e contraditório, permeado de relações de poder.

Ressalta-se que estes valores adotados pela categoria profissional são de natureza explicitamente ética, mas os elementos éticos que nos referimos, “[...] não se limitam a normativas morais e/ou prescrições de direitos e deveres: eles envolvem, ademais, as opções teóricas, ideológicas e políticas dos profissionais” (NETTO, 2007, p. 8). Nessa perspectiva, entendemos que o Projeto Ético-Político do Serviço Social contempla três dimensões – ética, política e profissional – que estão imbricadas e são complementares entre si.

Para a formação e o exercício profissional, destaca-se o compromisso ético assumido pela profissão segundo princípios e valores humanistas contidos no Código de Ética do Assistente Social de 1993, tendo em vista que:

[...] este projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Conseqüentemente, este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. A partir destas opções que o fundamentam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na

sociedade como no exercício profissional (NETTO, 2007, p. 15-16).

A partir da concepção do autor, compreende-se a razão de ser do projeto profissional em questão: uma indicação ética só adquire efetividade histórico-concreta quando combinado com uma direção política-profissional.

Esta direção política deve ser entendida no seu sentido mais amplo, em contrapartida as investidas neoliberais, conversadoras e reacionárias presentes na contemporaneidade:

A dimensão política do projeto é claramente enunciada: ele se posiciona a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Correspondentemente, o projeto se declara radicalmente democrático – considerada a democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida (NETTO, 2007, p. 16).

Neste contexto, a profissão é construída a partir do terreno sócio-histórico e as respostas profissionais assumem particularidades resultantes do próprio desenvolvimento da sociedade brasileira. Sendo assim, do ponto de vista estritamente profissional:

[...] o projeto implica o compromisso com a competência, que só pode ter como base o aperfeiçoamento intelectual do assistente social. Daí a ênfase numa formação acadêmica qualificada, fundada em concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social – formação que deve abrir a via à preocupação com a (auto)formação permanente e estimular uma constante preocupação investigativa. [...] Em especial, o projeto prioriza uma nova relação com os usuários dos serviços oferecidos pelos assistentes sociais: é seu componente elementar o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população, aí incluída a publicidade dos recursos institucionais, instrumento indispensável para a sua democratização e universalização e, sobretudo, para abrir as decisões institucionais à participação dos usuários. [...] Enfim, o projeto assinala claramente que o desempenho ético-político dos assistentes sociais só se potencializará se o corpo profissional articular-se com os segmentos de outras categoriais profissionais que compartilham de propostas similares e, notadamente, com os movimentos que se solidarizam com a luta dos trabalhadores (NETTO, 2007, p. 16).

Essas dimensões atravessam não apenas o Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993), mas também a Lei que regulamenta a profissão (1993) e as Diretrizes Curriculares (1996), dentre outras regulamentações do Serviço Social, consubstanciando a formação e o exercício profissional a partir de investimentos acadêmico-profissionais que foram realizados no

sentido de se construir uma nova forma de pensar e fazer o Serviço Social, orientadas por uma perspectiva teórico-metodológica crítica e em princípios éticos de um humanismo radicalmente histórico, norteadores do projeto de profissão no Brasil (IAMAMOTO, 2007).

O Curso de Serviço Social deve contribuir para a formação de um perfil profissional capacitado nas dimensões teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa nas diversas ações interventivas dos espaços profissionais. Nessa perspectiva, Sousa (2008), ao fazer referência a Iamamoto, reforça que essas três dimensões devem ser de domínio do Assistente Social:

- Competência ético-política – [...] é fundamental que o profissional tenha um posicionamento político frente às questões que aparecem na realidade social, para que possa ter clareza de qual é a direção social da sua prática. Isso implica em assumir valores ético-morais que sustentam a sua prática – valores esses que estão expressos no Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais (Resolução CFAS nº 273/93)⁵, e que assumem claramente uma postura profissional de articular sua intervenção aos interesses dos setores majoritários da sociedade;
- Competência teórico-metodológica [...], faz-se necessário um intenso rigor teórico e metodológico, que lhe permita enxergar a dinâmica da sociedade para além dos fenômenos aparentes, buscando apreender sua essência, seu movimento e as possibilidades de construção de novas possibilidades profissionais;
- Competência técnico-operativa – o profissional deve conhecer, se apropriar, e sobretudo, criar um conjunto de habilidades técnicas que permitam ao mesmo desenvolver as ações profissionais junto à população usuária e às instituições contratantes (Estado, empresas, Organizações Não-governamentais, fundações, autarquias etc.), garantindo assim uma inserção qualificada no mercado de trabalho, que responda às demandas colocadas tanto pelos empregadores, quanto pelos objetivos estabelecidos pelos profissionais e pela dinâmica da realidade social (IAMAMOTO *apud* SOUSA, 2008, p. 121-122).

Ao fazer referência às essas competências, Iamamoto (1999) afirma que elas precisam caminhar conjuntamente, na medida em que são fundamentais e se complementam entre si. No entanto,

[...]aprisionados em si mesmos, transformam-se em limites que vêm tecendo o cenário de algumas dificuldades, identificadas pela categoria profissional, que precisam ser ultrapassadas: o teorismo, o militância e o tecnicismo (IAMAMOTO, 1999, p. 53).

Partindo desse pressuposto, Iamamoto (2004) afirma que a atualidade exige um profissional com competência crítica, o que requer: um diálogo crítico com a herança intelectual; um redimensionamento dos critérios da objetividade do conhecimento, ou seja, necessita de um profissional atento para decifrar o não-dito, e, competência técnica e política no exercício da profissão.

Assim, no âmbito do Serviço Social, a formação profissional deve propiciar o aprimoramento intelectual para decifrar a realidade; competência para desvendar as tramas das relações sócio-históricas e, diálogo crítico e rigoroso com o movimento teórico, capaz de elucidar as tendências particulares dos sujeitos sociais (IAMAMOTO, 1999).

Ao discutirmos a formação profissional em Serviço Social, é preciso inicialmente compreendê-la como um processo contínuo que expressa a direção social, teórico-metodológica e ética que deve orientar não somente o âmbito acadêmico, mas a qualificação para o exercício profissional. Tal entendimento encontra respaldo nas abordagens de Silva e Silva (1984) que desde a década de 1980 e 1990, já apresentava uma concepção crítica entorno da formação, devendo esta acompanhar a dinâmica da sociedade e a trajetória histórica do serviço social, no sentido de entender os condicionantes que a realidade social impõe sobre a prática profissional. Segundo a autora, a formação profissional deve ser entendida “[...] como um processo dialético, portanto, aberto, dinâmico e permanente, incorporando as contradições decorrentes da inserção da profissão e dos profissionais na própria sociedade” (1984, p. 73).

No item a seguir, é apresentada uma caracterização do curso de Serviço Social, a partir da sua inserção na região de Paranavaí.

Caracterização da região em que o curso se insere e o perfil do estudante

Localizada no estado do Paraná, a cerca de 493 Km da capital Curitiba, a cidade de Paranavaí, onde situa-se o Campus da UNESPAR, insere-se como parte de um conjunto de 10 mesorregiões e 30 microrregiões. Conforme destaque em preto, na figura 2, Paranavaí encontra-se na Mesorregião Noroeste, que abrangida pela microrregião de Paranavaí MRG-1, totaliza 61 municípios.

Figura 1 – Divisão Mesorregião



Fonte: IPARDES, 2015

Na figura 2, a Microrregião de Paranavaí, encontra-se assinalada em preto, sinalizando para a área geográfica onde encontra-se os seguintes municípios: Alto Paraná, Amaporã, Cruzeiro do Sul, Diamante do Norte, Guairaçá, Inajá, Itaúna do Sul, Jardim Olinda, Loanda, Marilena, Mirador, Nova Aliança do Ivaí, Nova Londrina, Paraíso do Norte, Paranacity, Paranapoema, Paranavaí, Planaltina do Paraná, Porto Rico, Querência do Norte, Santa Cruz de Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí, Santa Mônica, Santo Antônio do Caiuá, São Carlos do Ivaí, São João do Caiuá, São Pedro do Paraná, Tamboara e Terra Rica.

São município em sua maioria de pequeno porte – com exceção da cidade de Paranavaí, que insere-se como de médio porte I, compondo um total de 86.773 mil habitantes. Loanda é o município de pequeno porte com o maior número populacional (22.603), e Jardim Olinda com 1.409 mil habitantes é o menor deles (IPARDES, 2015).

Figura 2 – Divisão Microrregião



Fonte: IPARDES (2015).

O curso de Serviço Social da UNESPAR, além de abranger estudantes dos 61 municípios da Mesoregião Noroeste, absorve ainda estudantes das regiões adjacentes, como é a Mesoregião do Norte Central parananense e 6 micro regiões: Paranavaí, Cianorte, Umuarama, Floraí, Astorga e Maringá, totalizando 95 municípios, numa área total de 32.745.567 km² e população total estimada em 1.543.213 habitantes.

Para a proposta de elaboração desse documento, são consideradas com maior ênfase as características da Microrregião de Paranavaí, no tocante aos dados, onde se insere a UNESPAR/Campus Paranavaí e nela o curso de Serviço Social.

Os dados constantes na tabela abaixo, evidenciam que a microrregião de Paranavaí é composta por um extensão geográfica grande. Possui uma área territorial de 10.280 km² e comporta 28 municípios. Nesse universo, somente a cidade de Paranavaí é classificada como município de médio porte, Loanda como município de pequeno porte II e os demais, todos municípios de pequeno porte.

Como é possível visualizar na tabela 1, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) total em 0,746 pode ser considerado aceitável, levando em conta o do Estado do Paraná que é de 0,727, de acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil.

Microrregião de Paranavaí

Município	População estimada (2018)	IDH (2018)	Índice de Gini - renda per capita (2010)
Paranavaí	87.813	0,763	0,4805
Paranacity	22.927	0,725	0,4721
Loanda	22.927	0,725	0,4721
Terra Rica	16.652	0,710	0,3891
Alto Paraná	14.679	0,696	0,4385
Nova Londrina	13.225	0,758	0,4986
Paraiso do Norte	13.631	0,746	0,4775
Paranacity	11.361	0,717	0,4025
Sta Isabel do Ivaí	8.603	0,720	0,4140
Sta Cruz do Monte Castelo	7.849	0,710	0,3819
Marilena	7.067	0,681	0,3613
São Carlos do Ivaí	6.834	0,682	0,3999
Guairaçá	6.553	0,693	0,4548
São João do Caiuá	5.874	0,664	0,4663
Diamante do Norte	5.146	0,723	0,4461
Amaporã	6.181	0,669	0,3977
Tamboara	5.080	0,731	0,3438
Cruzeiro do Sul	4.489	0,713	0,4189
Planaltina do Paraná	4.254	0,705	0,4313
Itauna do Sul	2.951	0,656	0,3840
Sta Monica	3.944	0,704	0,4853
Inajá	3.103	0,705	0,4383
Paranapoema	3.164	0,709	0,4323
Sto Ant ^o do Caiuá	2.656	0,696	0,3605
Porto Rico	2.561	0,735	0,4874
São Pedro do Paraná	2.338	0,704	0,4038
Mirador	2.231	0,680	0,4191
Nova Aliança do Ivaí	1.534	0,717	0,3423
Jd. Olinda	1.343	0,682	0,4443
Microrregião	286.223	0,749	0,5416

Fonte: IPARDES, 2018 (Com base nos dados Perfil Avançado dos Municípios e Regiões)

Os estudantes de Serviço Social na Microrregião de Paranavaí

Os resultados aqui descritos constituem-se parte dos dados obtidos com a aplicação de questionário, com cerca de 40 questões, que foi aplicado aos estudantes do curso de Serviço Social de Paranavaí. A elaboração do instrumental de pesquisa contou com a participação e colaboração de discentes¹ dos Campus de Paranavaí.

¹Em Paranavaí, a pesquisa foi coordenada pela Professora Marília Gonçalves Dal Bello. O questionário foi aplicado para todas as turmas do Curso de Serviço Social. Destaca-se ainda que no curso de Serviço

Nos itens que se seguem, apresentam-se os dados organizados segundo resultados obtidos no âmbito social, econômico e cultural.

a) Dados Sociais

Nesse item foram apresentado e discutidos os dados sociais dos estudantes do curso de Serviço Social-Campus Paranavaí, entre os quais moradia, sexo idade.

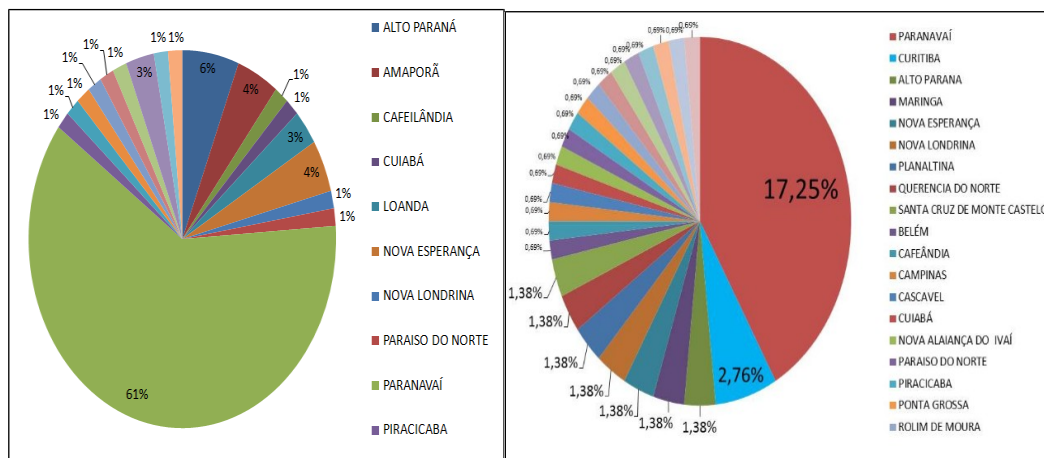


Gráfico 1- Local da moradia da família Gráfico 2- Cidade Natal

Fonte: questionário aplicado para os estudantes de Serviço Social

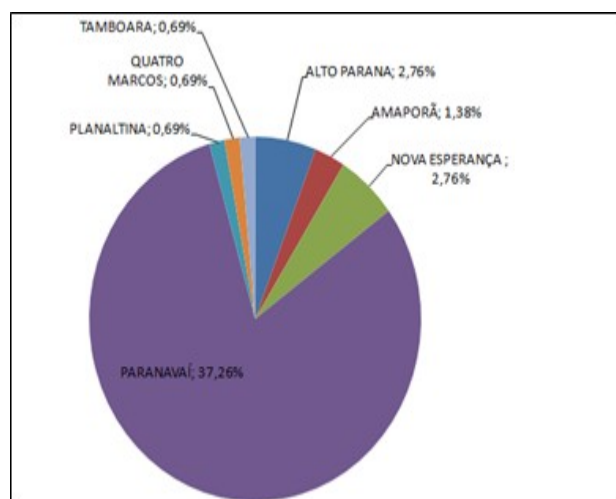


Gráfico 3- Local da moradia atual

Fonte: questionário aplicado para os estudantes de Serviço Social (2017)

Dados do gráfico 1, 2 e 3 apontam que a maioria dos estudantes do curso de Serviço Social – Unespar/Campus Paranavaí, nasceram (17%), moram (61%) e estudam (37%) na cidade

Social/Campus Paranavaí a proposta dessa pesquisa foi vinculada à proposição de projeto de Iniciação Científica (PIBIC) da estudante Brena Pantoja.

de Paranavaí. O gráfico 1, evidencia que 61% dos estudantes tem a família residente em Paranavaí. O alto percentual de estudantes que tem a família residindo em Paranavaí (61%) discrepante (17%) em relação a cidade Natal, sinaliza que muitos estudantes escolhem morar na cidade de Paranavaí, a maior cidade da Mesoregião Noroeste, em busca de melhores condições de vida, vinculadas por exemplo ao trabalho e a educação.

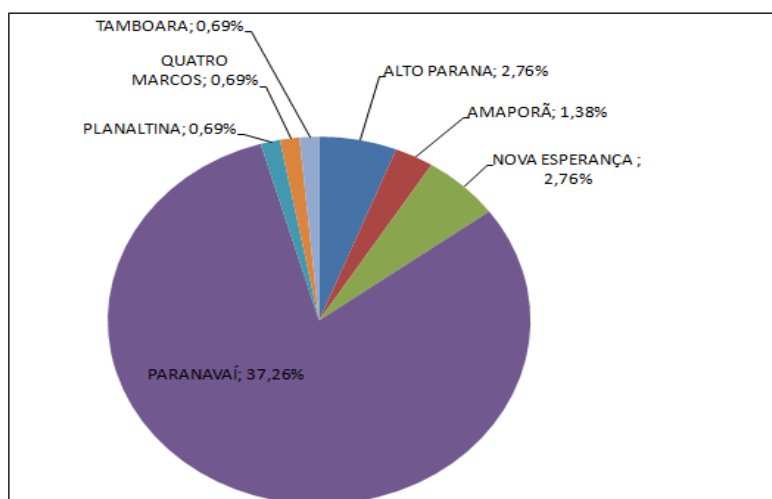
Importante sinalizar que com a adesão da UNESPAR/Campus Paranavaí no Sistema de Seleção Unificada (SISU) em 2015, o Campus recebeu, além dos estudantes residentes em cidades Paranaenses próximas a Paranavaí, estudantes de outros estados como São Paulo e Mato Grosso.

Oriundos de diversas cidades do Brasil, muitas vezes distantes da cidade Natal e do local de moradia da família, os egressos, embora tiveram como garantia o acesso a universidade, frente as múltiplas expressões da questão social enfrentadas, como dificuldades de aprendizagem, limites de acesso a assistência estudantil, muitos desistiram de estudar ou transferiram para outras instituições com maiores recursos para acolhe-los.

Em consonância com a Política de Assistência Estudantil, reconhece-se que muitos alunos foram contemplados com bolsas, como as de Iniciação Científica, entretanto, é preciso considerar, que, para além da renda, a permanência estudantil passa pelo reconhecimento de demandas materiais como restaurante universitário, moradia estudantil e também por serviços, como os de atendimento psico social, bem como projetos de monitoria e acompanhamento das dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos estudantes.

Fonte:
aplicado
de Serviço

demonstra,
estudantes
Serviço
estudam



questionário
para os estudantes
Social (2017)

O gráfico 3,
que a maioria, dos
do curso de
Social moram e
em Paranavaí

(37%). Por outro lado, constata-se que embora, sejam minoria, cerca de 9% deles moram em cidades próximas a Paranavaí. Isso implica em deslocamentos diários de até 100 Km. Esse percurso é feito na maioria das vezes em transportes particulares contratados pelos estudantes, cujos gastos somam cerca de R\$ 300,00 mensais.

Uma outra alternativa adotada pelos estudantes residentes em cidades mais distantes, tem sido a moradia em República como mostra o gráfico 4.

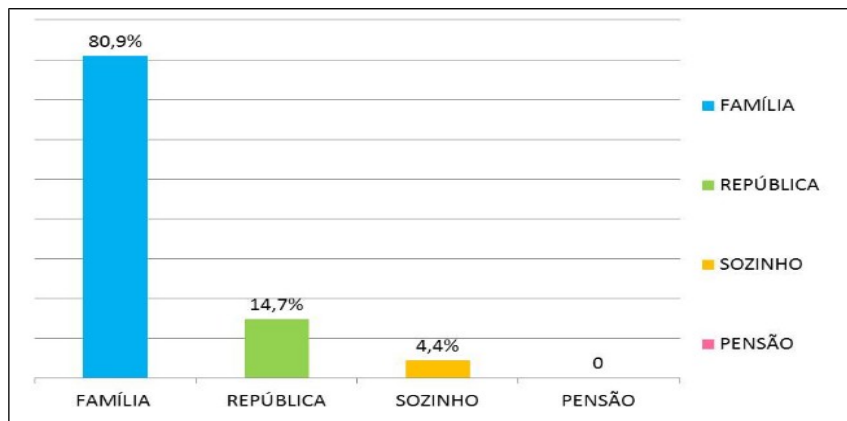


Gráfico 4- Jeito de Morar

Fonte: questionário aplicado para os estudantes de Serviço Social (2017)

Segundo dados do gráfico 4, a grande maioria dos estudantes (81%) residem com suas famílias. Uma minoria (14,7%) residem em Repúblicas, seguido por 4,4% dos que afirmaram residirem sozinhos. A moradia em Republica tem sido uma alternativa para baratear custos com habitação entre estudantes residentes em cidades próximas a Paranavaí, mas principalmente para egressos do SISU, considerada as longas distancias em que se encontram suas famílias.

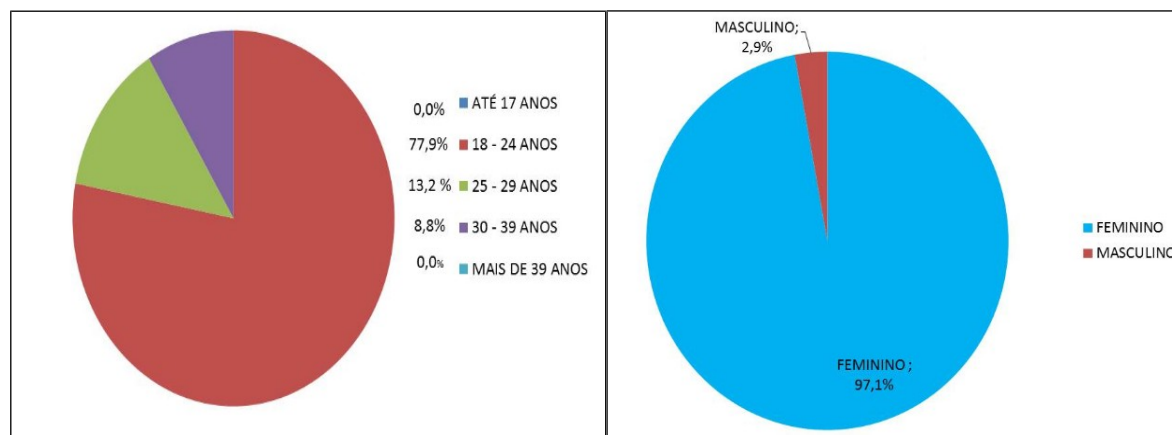


Gráfico 5- Idade - Gráfico 6- sexo

Fonte: questionário aplicado para os estudantes de Serviço Social (2017)

Como mostra o gráfico 5, a maioria (78%) dos estudantes do curso de Serviço Social da Unespar/Campus Paranavaí tem idade entre 18 e 24 anos e são do sexo feminino (97,1%) como aponta o gráfico 6. Apenas uma minoria é do sexo masculino (3%).

O gráfico 5, sinaliza ainda que uma minoria, 13% tem idade entre 28 e 29 anos. Seguido de 8,8%, com idade entre 30 e 39 anos. Os dados obtidos sinalizam, para o curso de Serviço Social, uma tendência ao ingresso de jovens mulheres na Universidade, logo após o término do ensino médio. Esse dado, evidencia a distribuição por gênero, pois o Curso de Serviço Social, por ser uma profissão que possui uma característica relacionada ao serviço (e não ao poder), desde sua gênese, comporta mais mulheres que homens. Logo, afirma a formação de jovens profissionais, a maioria mulheres, disponíveis para serem absorvidos pelos espaços sócio ocupacionais do Serviço Social, principalmente no âmbito dos serviços públicos.

Aliada característica jovem dos estudantes do curso de Serviço Social, constata-se que são também solteiras(os) e sem filhos, como aponta dados do gráfico 6 e 8.

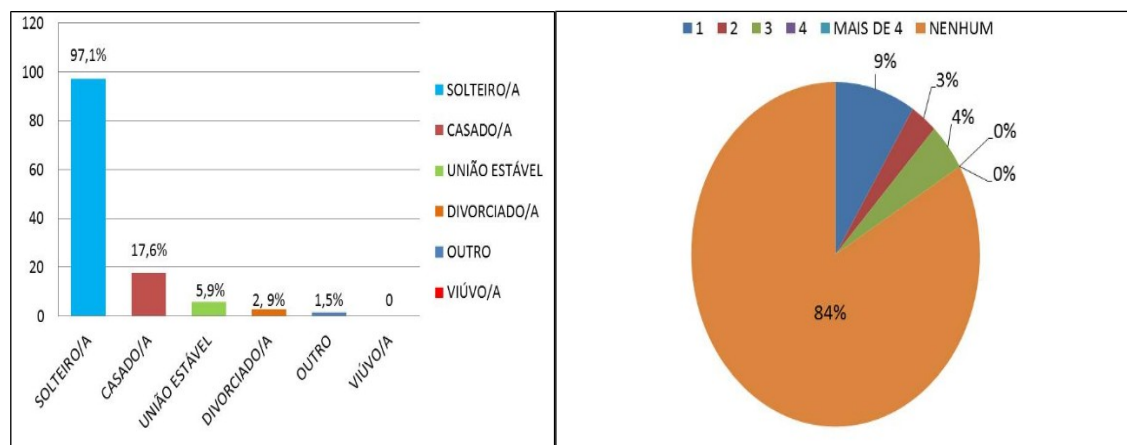


Gráfico 7- Estado Civil **Gráfico 8- Número de Filhos**

Fonte: questionário aplicado para os estudantes de Serviço Social (2017)

De acordo com o gráfico 7, a maioria dos(as) estudantes de Serviço Social (97%) são solteiros, seguido de uma minoria (17,6%), casados; 5,9% em união estável e 3% de divorciados. Interessante notar que, a maioria desses estudantes (84%) também não tem filhos. Uma minoria dos estudantes que sinalizaram ter filhos, 9% tem apenas 1, seguido de 3% com 2 e 4% com 3. Isso possibilita conjecturar que, jovens estudantes, ao ingressarem na Universidade, depositam toda uma expectativa em construir, concomitante a vida profissional, também a vida pessoal e familiar.

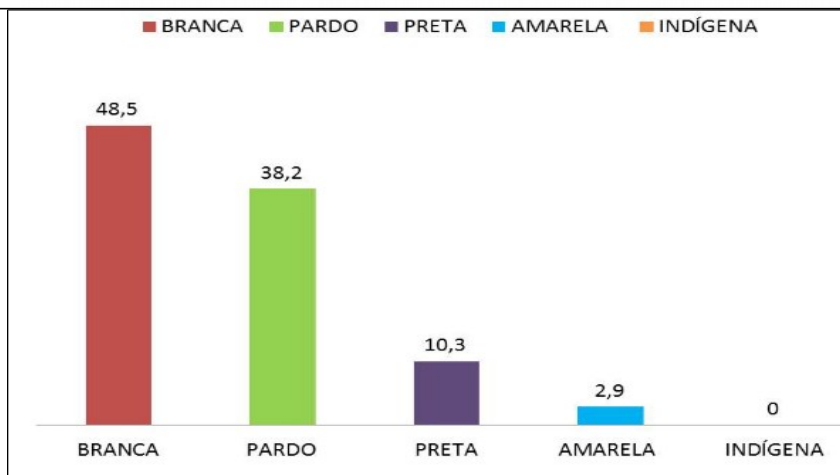


Gráfico 9- Cor/Etnia

Fonte: questionário aplicado para os estudantes de Serviço Social

Dados do gráfico 9, aponta que 48,5% dos estudantes declaram-se serem da cor branca, seguido de 38% que se declaram pardos. Já uma minoria 10,3% declaram-se serem da cor preta e 2,9% serem da cor amarela. Os números obtidos expressam e afirmam uma tendência histórica de exclusão social no Brasil, em que os brancos possuem maiores oportunidades de inclusão social. Esses indicativos são de extrema importância para reflexões e gestão de estratégias no âmbito universitário, no sentido de aprimorar e prover a ampliação de oportunidades de inserção universitária de minorias.

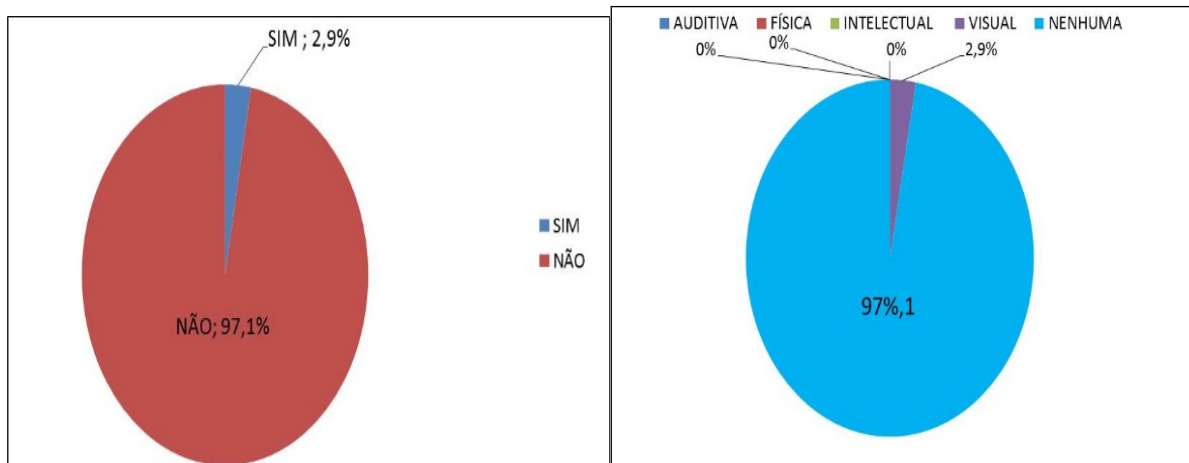


Gráfico 9- Pessoas com deficiência

Gráfico 10- Tipo de Necessidade

Fonte: questionário aplicado para os estudantes de Serviço Social

De acordo com dados do gráfico 9, uma minoria (2,9%) dos estudantes do curso de Serviço Social declaram ter algum tipo de necessidade especial na visão (2,9), como aponta o

gráfico 10. Embora, muitas vezes são minorias, estudantes com necessidades especiais tem direitos, que quando não incorporados pela Universidade impedem ou dificultam a conclusão do curso de Serviço Social.

Conforme prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1996), entre seus princípios está a garantia de igualdade de acesso e permanência estudantil. E ainda sobre o direito a educação, a LDB, pauta como direito o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino.

Na UNESPAR/Campus Paranavaí, embora esforços tenham sido empreendidos no sentido de prestar atendimento aos estudantes com algum tipo de deficiência, como a disponibilidades de tradutores e interpretes em libras, preparo e disponibilidades de textos para leitura em braile – ainda se trata de ações pontuais, que, desvinculadas de uma política universitária, sustentada por uma divisão institucional especializada na prestação de serviços aos estudantes, imputa aos gestores, docentes e discentes, muito mais desafios, do que conquistas na garantia do direito a educação especial a todos dos que dela necessitar.

Ressalta-se o ganho institucional com a criação do CEDH em 2016. O Centro de Educação em Direitos Humanos (CEDH) é estruturado por um comitê gestor da UNESPAR e um comitê de cada campus (CEDH Local), o CEDH é composto por três núcleos: Núcleo de Educação para Relações de Gênero (NERG); Núcleo de Educação Especial e Inclusiva (NESPI); Núcleo de Educação para Relações Étnico-raciais (NERA). Cada núcleo tem uma demanda específica e trabalha em conformidade a ela. Cabe aos núcleos, e ao comitê gestor do CEDH local, ações para a inclusão e permanência da diversidade humana na Universidade.

No item abaixo, são apresentadas as demandas econômicas dos(as) estudantes do curso de Serviço Social/Campus Unespar – Paranavaí, bem como a inserção do curso no contexto econômico regional de Paranavaí.

b) Dados Econômicos

Nesse item será discutido sobre as demandas econômicas, como renda, e principais gastos dos alunos do curso de Serviço Social, a partir da região na qual se insere o curso de Serviço Social da UNESPAR/Campus Paranavaí.

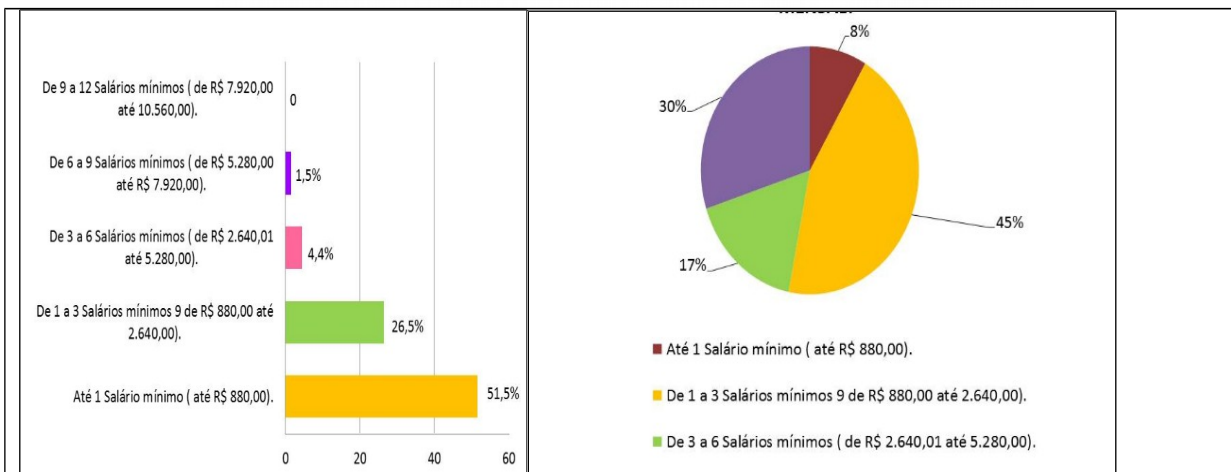


Gráfico 11-Renda mensal do estudante Gráfico 12-Renda mensal da família

Fonte: questionário aplicado para os estudantes de Serviço Social (2017)

De acordo com dados do gráfico 11, a maioria (51,5%) dos estudantes de Serviço Social na Unespar/Paranavaí, tem renda de até 1 salário mínimo, seguidos de 26,5% com renda entre 1 a 2 salários mínimos. Uma minoria (6%) apresentam-se com renda superior a 6 salários mínimos. Os baixos valores declarados contribui para compreender porque muitos estudantes, solteiros moram com as famílias ou em Republicas, como mostra o gráfico 4. Conjectura-se que grande parte dos estudantes estão vivendo com ajuda da renda familiar que na maioria dos domicílios dos estudantes é de até 3 salários mínimos, como mostra o gráfico 12.

Os estudantes de Serviço Social são em sua maioria trabalhadores(as), dividindo-se entre as atividades de estudos e remuneradas durante o dia, após as aulas ou mesmo no período noturno, como é a atividade de guarda noturno ou caixa de farmácia. Nos gráficos abaixo observa-se os vários setores em que se inserem os estudantes trabalhadores.

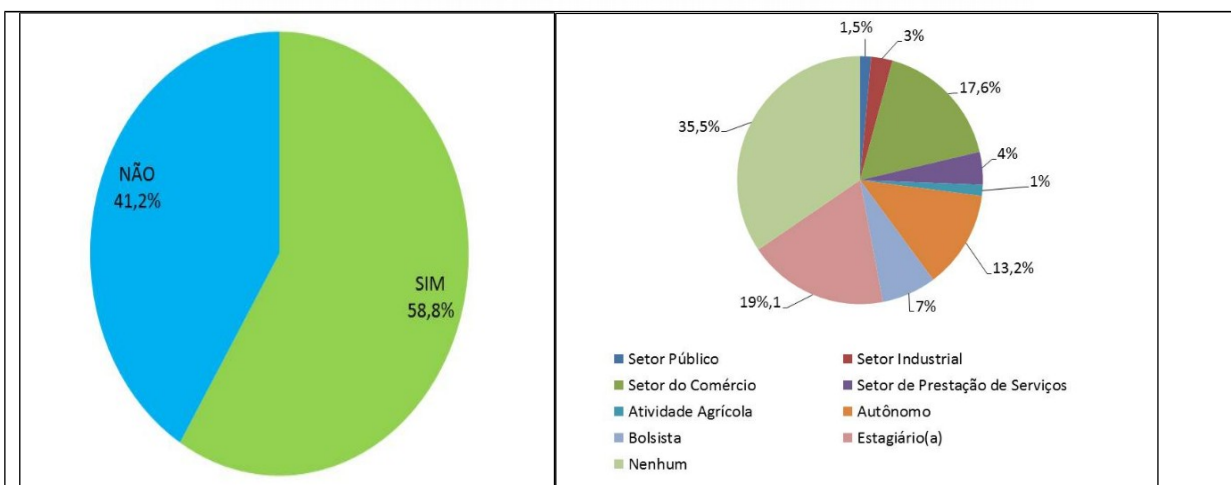


Gráfico 13- Atividade Remunerada

Gráfico 14- Setor em que Atua

Fonte: questionário aplicado para os estudantes de Serviço Social

Como aponta o gráfico 15, a maioria dos estudantes declararam exercerem atividade remunerada (60%), seguida de 41% dos não exercerem tal atividade. Isso sinaliza que quase 50% dos estudantes podem estar sobrevivendo de contribuições financeiras somente da família.

Entre os que exercem atividade remunerada, a maioria atua principalmente no setor comercial (17,6%), seguido de 13,2% dos que atuam como autônomos. Uma pequena minoria exercem atividades remuneradas no setor público (1%), na atividade agrícola (1,5%), setor industrial (3%) e no setor de prestação de serviço (4%).

Chama a atenção o contingente de estudantes que exercem atividade remunerada na Universidade, entre as quais 19% declararam-se estagiárias(as) e 7% bolsistas. Se por um lado os dados sinalizam para uma substituição de quadro de funcionários, que frente as limitações de concursos públicos, são precariamente substituídos por estagiários estudantes, sinaliza também que o crescimento de bolsistas, tem sido uma tendência, que, mais do que contribuir com a sobrevivência estudantil, significa um aumento das atividades de pesquisa vinculadas a Programas de Iniciação Científica (PIC e PIBIC) e também da bolsa permanência na UNESPAR. Esta última, apesar da excelente proposta, que é a de contribuir com a renda do estudante para que permaneça na Universidade, trata-se de um recurso ainda bastante limitado, que muitos poucos estudantes podem contar.

Nos gráficos abaixo, representa-se os três principais gastos sinalizados pelos estudantes, assim como os valores despendidos com esses gastos.

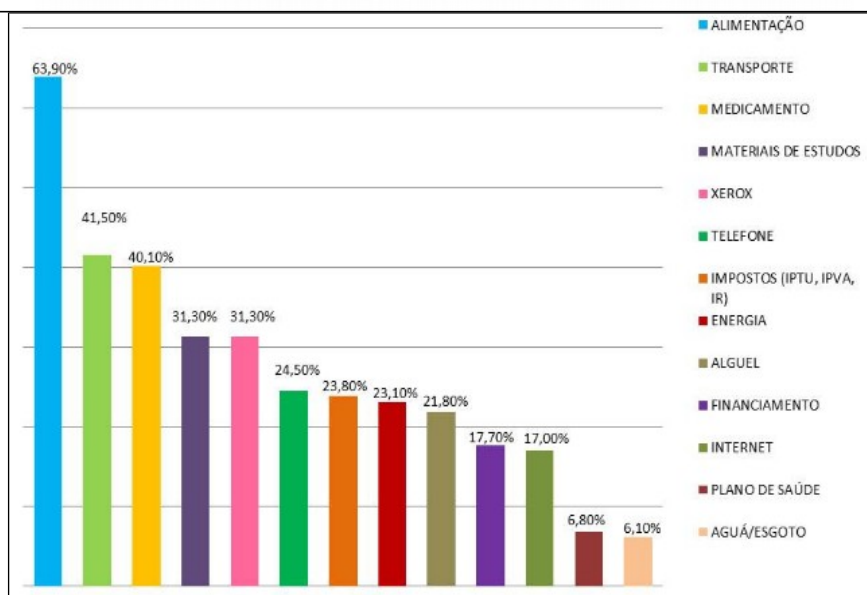


Gráfico 13- três maiores Gastos Mensais

Fonte: questionário aplicado para os estudantes de Serviço Social

Como demonstra o gráfico 13, os três maiores gastos dos estudantes do curso de Serviço Social concentram-se principalmente na alimentação (64%), seguido no transporte (42%) e na compra de medicamentos (40%). Destaca-se ainda os gastos com fotocopia (31%) e materiais de estudos (31%). Os menores gastos, cerca de 20% foram atribuídos aos dispêndios com telefone, impostos, energia elétrica, seguidos dos gastos (17%) com internet e financiamentos. Percentuais ainda menores foram atribuídos aos gastos, em torno de (6%) com água/esgoto e plano de saúde. Ou seja, são estudantes, cujo uso de medicamentos, indica um uso frequente de serviços de saúde da rede pública.

No gráfico abaixo, observa-se os valores despendidos pelos estudantes com o três maiores gastos, como é alimentação, transporte e medicação.

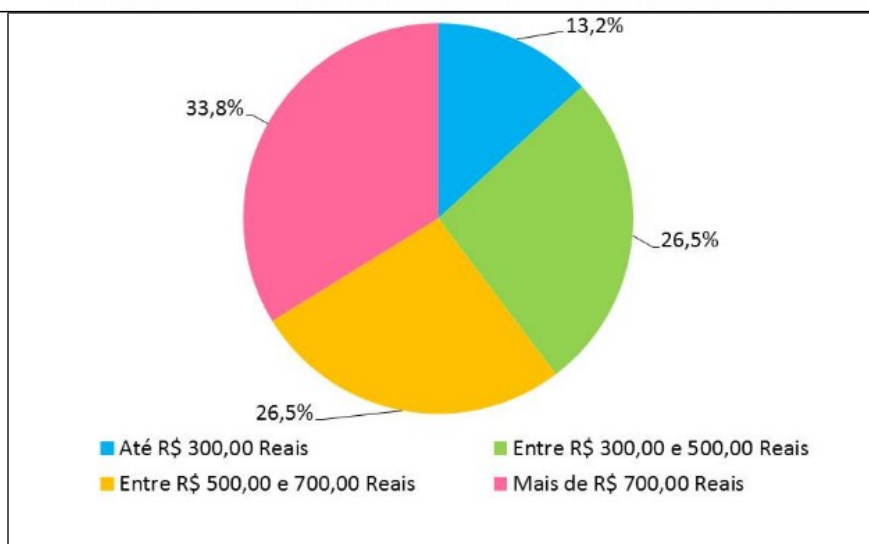


Gráfico 14- Valores despendidos com os maiores gastos

Fonte: questionário aplicado para os estudantes de Serviço Social

O gráfico 14, sinaliza que a maioria dos estudantes 34%, ao declarem uma renda de até 1 salário mínimo, gastam quase a totalidade do que ganham mensalmente (mais de R\$ 700,00) com alimentação, transporte e medicamentos. Mais da metade dos estudantes afirmaram gastos com as mesmas necessidades entre R\$ 300,00 e R\$ 700,00. Uma minoria situou os dispêndios com tais necessidades em até R\$ 300,00.

Os estudantes ao apresentarem seus três principais gastos, evidenciam a urgência da Universidade em reconhecer direitos à educação, que para além do acesso no nível superior, sinalizam para o necessário reconhecimento de direitos a permanência estudantil. A questão econômica apontada pelos estudantes como uma das principais causas da evasão estudantil no curso de Serviço Social reforça a urgência na concretização da Política Nacional Estudantil, que prevê entre outras iniciativas, a implantação do Restaurante Universitário e atendimento médico. Atenção deve ser dada ainda, a questão do transporte. Embora o município de Paranavai mantenha passe gratuito aos estudantes nos horários de aula, o benefício ao não se estender para o período vespertino, compromete parte da renda do estudante com transporte, diante do compromisso, em estar presente, por exemplo, nos campos de estágio, assim como, nas orientações de estágio – ambas atividades obrigatórias a partir do 3º ano do curso de Serviço Social.

O alto gasto com materiais de estudos sugere ainda que o maior meio de disponibilidade de materiais para os alunos tem sido pela via impressa. Isso demonstra a urgência na renovação e atualização da biblioteca, bem como a disponibilidade de volumes de livros compatível com o número de estudantes existentes no curso. Outra questão, diz respeito a urgência na

implantação de rede de internet ágil, que possa viabilizar por exemplo, aulas de professores no laboratório de informática, bem como o acompanharem das aulas via internet. Atualmente, apesar do campus dispor de amplo laboratório de informática, a qualidade da internet compromete em muito o trabalho de docentes e discentes.

Importante notar que o gasto com moradia, embora não aparece como uma necessidade para maioria dos estudantes, com a adesão da UNESPAR ao SISU, torna-se a demanda real para que os alunos que chegam de outros estados ou de cidades paranaenses, distantes de Paranavaí, possam permanecer estudando. Nos gráficos abaixo, descreve-se as características da situação de moradia dos estudantes do curso de Serviço Social.

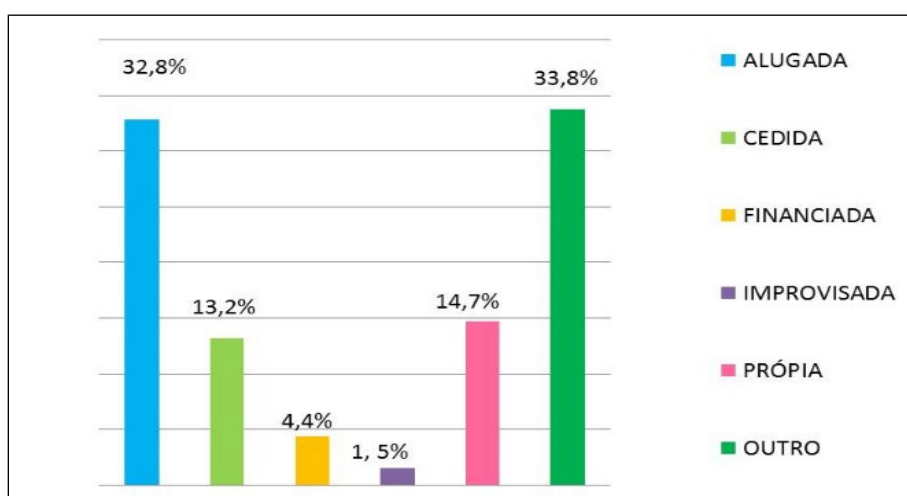


Gráfico 15- Tipo da Casa onde mora

Fonte: questionário aplicado para os estudantes de Serviço Social

Percentual considerável. (33%) de estudantes afirmaram residirem em casa alugada, seguido de cerca de 13% que moram em casa cedida. Apenas 20% dos estudantes têm casa própria ou financiada. Uma pequena minoria afirmou morar em casa improvisada. Os resultados reafirmam o gasto com aluguel, como um dos maiores dispêndios para os estudantes.

c) Dados Culturais

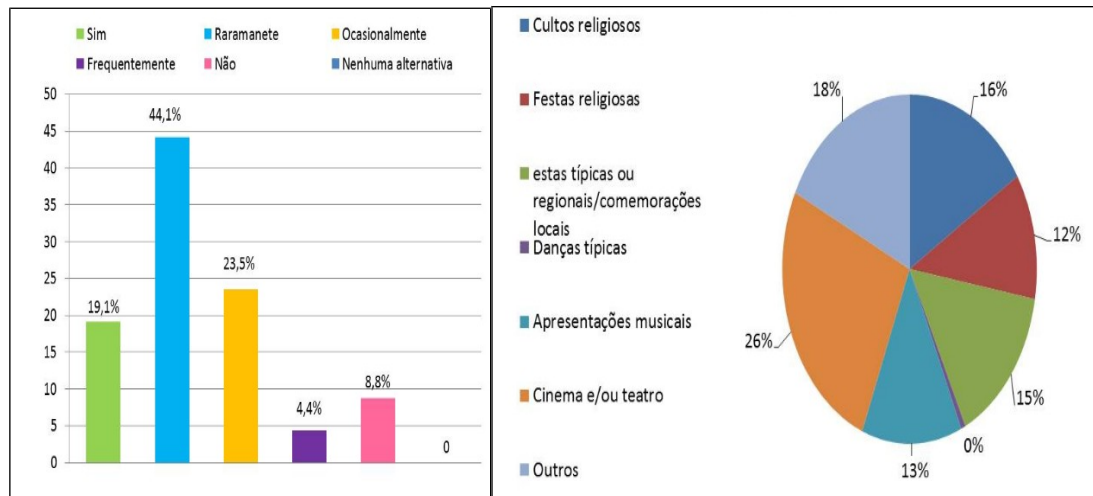


Gráfico 16- Oferta de atividade cultural **Gráfico 17-Atividade cultural mais frequente**
Fonte: questionário aplicado para os estudantes de Serviço Social (2017)

No gráfico 17, 41% dos estudantes, residentes em Paranavaí, afirmam que a cidade raramente oferece eventos culturais, outros 23,5% afirmam que os eventos são ofertados ocasionalmente. Para uma minoria, os eventos ocorrem frequentemente (4%) ou não ocorrem (9%). Embora, a maioria dos pesquisados, afirma que a cidade não oferece ou raramente oferece eventos culturais, a maioria dos estudantes pontuaram participarem de alguma atividade cultural na cidade. É o caso de 26% de estudantes que afirmam irem ao cinema e/ou teatro; de 16% que frequentam apresentações musicais e 15% que vão a festas típicas ou regionais (gráfico 18).

Os dados sinalizam, pode estar havendo uma compreensão restrita de cultura pelos estudantes, que, limitada ao erudito, limita o entendimento de cultura, muitas vezes presente na vida cotidiana.

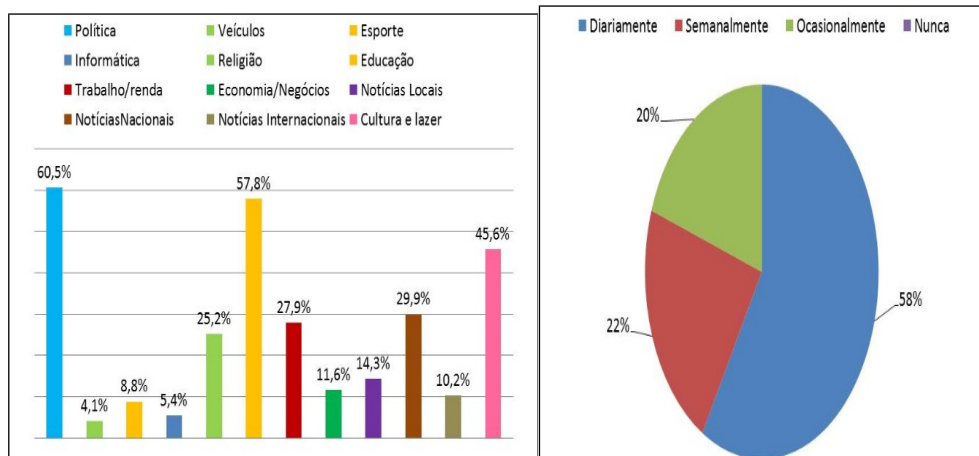


Gráfico 19-Leitura de interesse no tempo livre Gráfico 20- Frequência da atividade
Fonte: questionário aplicado para os estudantes de Serviço Social (2019)

O tipo de informação que os estudantes (60,5%) mais buscam no tempo livre é sobre política. A busca por informações vinculadas ao esporte, também é representativa para mais de 50% dos estudantes, seguida da busca de informações sobre Cultura e Lazer (45,6%). Para cerca de 50% dos estudantes a busca dessas informações é diária, seguido por 22% que as buscam semanalmente e outros 20% em que a busca por informações sobre política é ocasionalmente. Os dados sinalizam entre os estudantes de Serviço Social, uma preocupação em se informar sobre com os acontecimentos no contexto da política brasileira.

No gráfico abaixo, buscou-se identificar, quais outras atividades se dedicam no tempo livre.

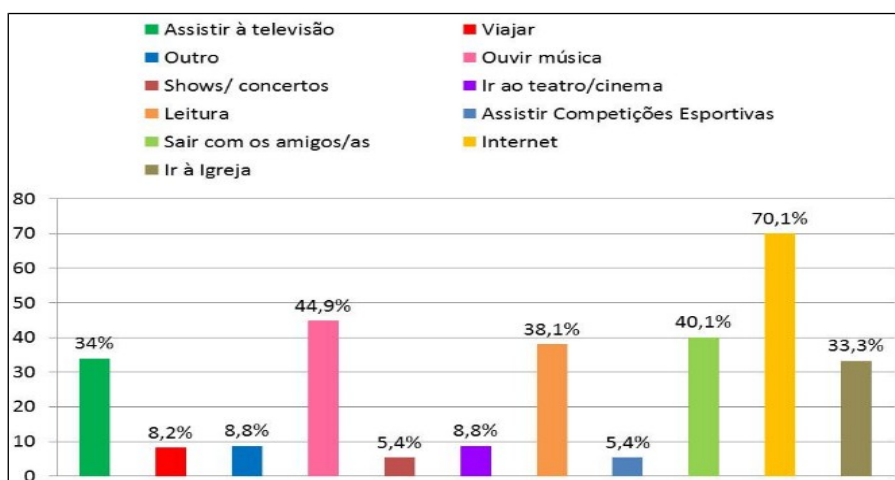


Gráfico 21- Três Atividades Mais Comuns no Tempo Livre
Fonte: questionário aplicado para os estudantes de Serviço Social

Segundo dados do gráfico 21, a maioria dos estudantes (70%) dedicam-se principalmente a atividade de acesso à internet, seguidos de 45% dos que se ocupam em ouvir

música e 40% daqueles dos que saem com os amigos. Outras atividades importantes para os estudantes são leitura (38%), assistir televisão (34%), e ir na igreja (33,3%). Atividades como viajar, ir ao cinema, ir a shows são atividades que os estudantes menos se dedicam. Observa-se que são atividades que, ao exigir maior dispêndio de recursos financeiros, limitam o transito dos estudantes. O interesse pela internet pelos estudantes reforça a importância da Universidade em se adequar às exigências e motivações movidas pelas novas tecnologias, no sentido de motivar e enriquecer o universo cultural informacional dos estudantes.

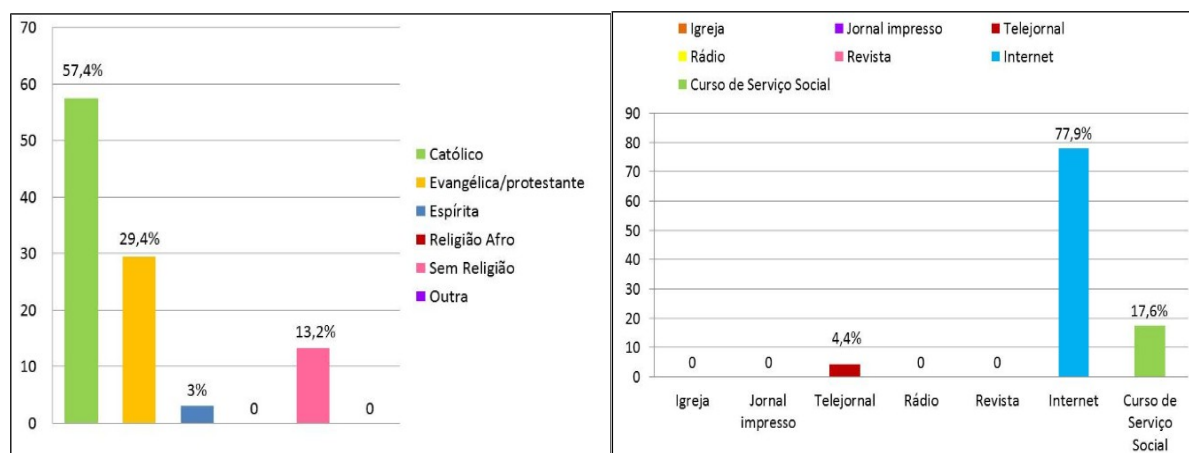


Gráfico 22- Religião que Pertence

Gráfico 23- meio de acesso a informação

Fonte: questionário aplicado para os estudantes de Serviço Social

A religião católica é prevalente para mais de 50% dos estudantes de Serviço Social, seguida da Evangélica (29,4%). Uma minoria 13,2% declara-se sem religião e 3% se declaram Espíritas. Pertencentes e frequentadores assíduos das atividades religiosas, destaca-se, para os estudantes de Serviço Social a importância da internet (78%) e do curso de Serviço Social (18%), como possibilidade de informação além daquelas construídas no âmbito religioso.

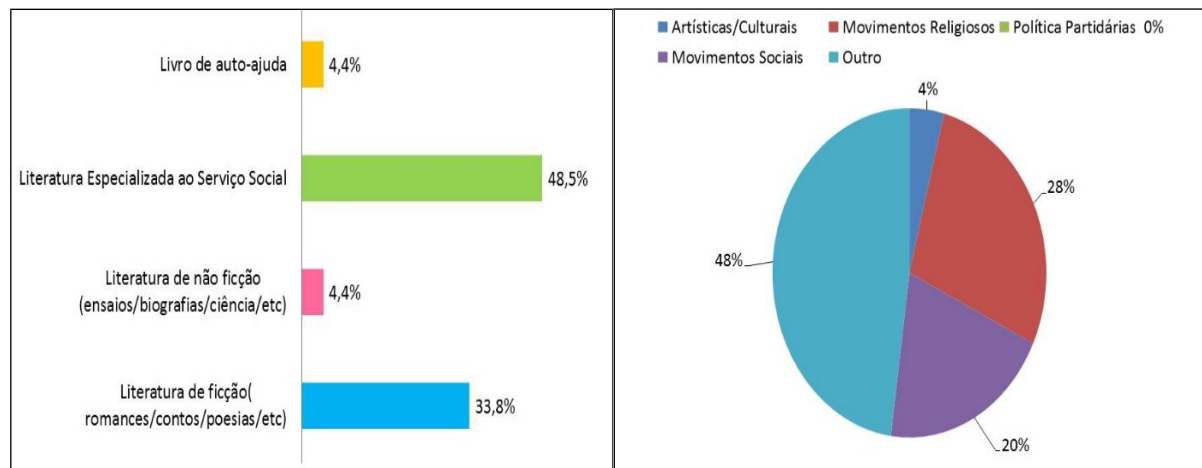


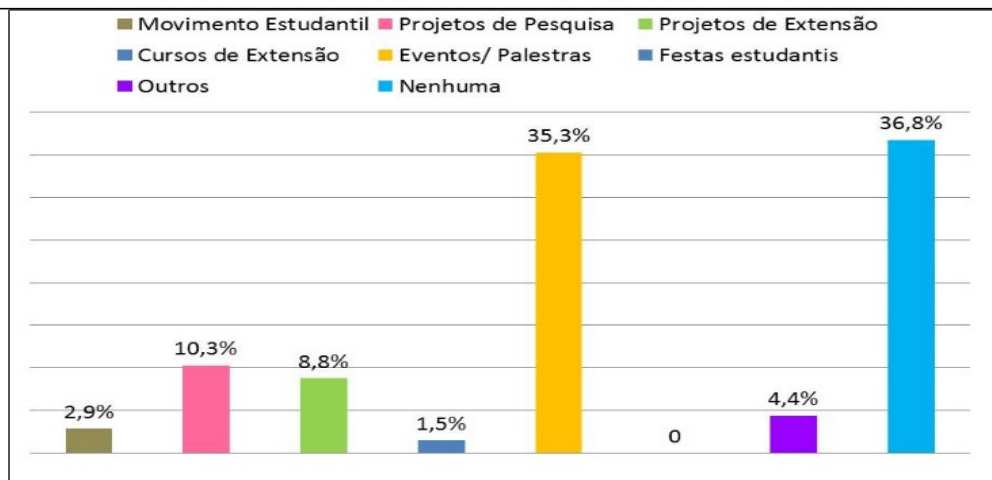
Gráfico 21- Tipo de leitura realizada Gráfico 22- Atividade fora da universidade

Fonte: questionário aplicado para os estudantes de Serviço Social (2017)

Entre os estudantes do curso de Serviço Social na Unespar/ Campus Paranavaí, como demonstra o gráfico 21, quase a metade (48%), posiciona a leitura especializada em Serviço Social como o tipo de leitura mais lida. Outros 34% sinalizaram interesse por leitura de ficção e uma minoria 4,4% mencionaram leitura de livro de auto-ajuda.

No gráfico 22, referente as atividades desenvolvidas além do ambiente Universitário, a maioria (28%) afirma participar de movimento religioso, seguida de 20% que se inserem como parte de movimentos sociais. Uma minoria (4%) participa de atividades ligadas a movimentos artísticos culturais. Um montante de 48% mencionou ainda participarem de outros movimentos.

Além do acesso a atividades culturais na cidade onde moram, bem como no cotidiano fora do ambiente universitário, importante ainda é, refletir sobre as possibilidades de inserção cultural proporcionada pela UNESPAR/Campus Paranavaí, como apontam os gráficos a seguir.



Fonte: questionário aplicado para os estudantes de Serviço Social (2017)
Gráfico 21- Atividade na Universidade além da sala de Aula

Indagados sobre as atividades que mais frequentam na Universidade além da sala de aula, 37% dos estudantes afirmaram não participarem de nenhuma atividade. Outros 35% mencionaram a participação em eventos e palestras. Uma minoria (10,3%) relatou participar de projetos de pesquisa; 8,3% participam de projetos de extensão e 4,4% de cursos de extensão. Apenas 1,5% dos estudantes participam de movimento estudantil.

Dados importante para reflexões no Campus Universitário, quais atividades estão sendo ofertadas para atrair a permanência desse estudante. Ou ainda, quais condições estruturais como transporte, internet, alimentação, estão sendo materializadas para que o aluno participe do universo cultural extra sala.

Entretanto, importante ressaltar, que apesar de um número considerável de alunos afirmarem não participarem de atividades além da sala de aula, é frequente a oferta aos estudantes de Serviço Social de eventos e atividades culturais extra sala de aula. Entre as quais podemos citar: Jornada de Estudos em Serviço Social, Seminário sobre Gênero e Diversidade Sexual, Semana do Acolhimento todo início de ano. Destaca-se ainda o projeto cultural do curso de Serviço Social em parceria com o curso de Educação Física: “Intervalo Cultural” e ainda o projeto cultural “Curta o Curta”, disponibilizado aos estudantes, Gincana Cultural entre outros.

Diante dos resultados alcançados importante é refletir sobre as condições objetivas podem contar os estudantes para participarem das atividades extra sala de aula, entre outras, alimentações, transporte, bem como o tipo de atividades que gostariam que fosse ofertado no Campus, como mostra o gráfico 23.

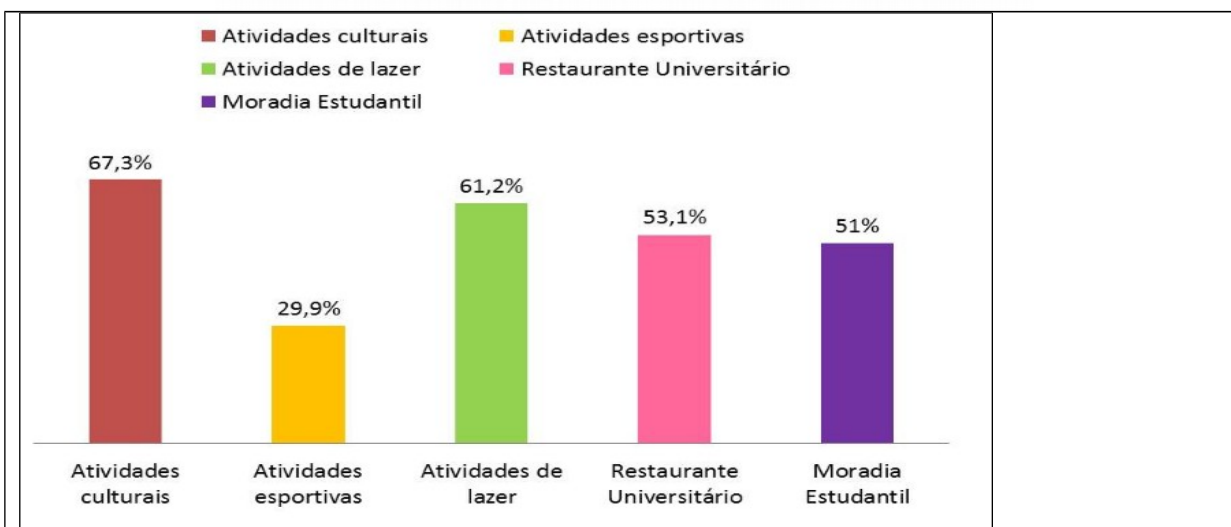


Gráfico 23- Três principais itens que gostaria que tivesse no

Fonte: questionário aplicado para os estudantes de Serviço Social

Uma grande maioria (67%) dos estudantes de Serviço Social do Campus da UNESPAR/Paranavaí gostaria que fossem ofertadas atividades culturais, outros 61% tem interesse na oferta de atividades de lazer, seguidos de 53,1% prezam pelo Restaurante Universitário e 51% que mencionaram a necessidade de moradia estudantil.

Importante notar que além das atividades culturais, os estudantes apresentam grande interesse em atividades de lazer e esportes. Demanda essa que poderia ser pensada no âmbito da oferta e ampla divulgação de atividades a serem organizadas no rol de atividades do curso de Educação Física, como a natação e demais modalidades esportivas.

O Restaurante Universitário, bem como a moradia estudantil, são itens valorizados e essenciais para uma vivencia acadêmica com maior intensidade.

Princípios inerentes ao PPC (com base nas Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS/1996):

A proposta para a elaboração do Projeto Pedagógico do Curso, tem como direção os princípios definidos pelas diretrizes curriculares da formação profissional, **que implicam capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa** para:

1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade;
2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país;
3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;

4. Apreensão das demandas - consolidadas e emergentes - postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado;

5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação profissional em vigor.

Nesse sentido, o curso tem como objetivos:

- Promover a apreensão das contradições presentes na realidade social em sua totalidade a partir da teoria social crítica, que se constitui na direção social do curso, de acordo com as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisas em Serviço Social;
- Fomentar uma postura investigativa que possibilite a apreensão dialética do movimento histórico da sociedade capitalista, considerando as particularidades da realidade social brasileira;
- Promover a reflexão crítica acerca das transformações no mundo do trabalho e suas particularidades no Brasil;
- Reconhecer o exercício profissional como trabalho socialmente determinado;
- Propiciar uma formação que desenvolva competências e habilidades, a partir de uma perspectiva analítica-interventiva, para atuar nos diversos espaços sócio ocupacionais;

Promover a articulação dos conhecimentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos, com o objetivo de atuar sobre os fenômenos sociais resultantes da luta de classes.

METODOLOGIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão

É importante partir da defesa de uma universidade pública, gratuita, universal, laica, autônoma e de qualidade, que funciona como uma instituição social, entendendo que “Ensino - Pesquisa - Extensão apresentam-se, no âmbito das universidades públicas brasileiras, como uma de suas maiores virtudes e expressão de compromisso social” (MARTINS, 2008, p. 73). Esta proposta de formação profissional se constrói à luz da apropriação e produção do conhecimento

científico, mas em quais condições?

Como escreve Buarque (1991), a universidade tem um único papel social: “gerar saber”. Isso faz parte do compromisso social da universidade, mas não basta. Para o autor, infelizmente a universidade brasileira tem “patinado” na definição do seu compromisso social. É preciso resgatar o papel histórico da universidade.

O sentido essencial da responsabilidade social da educação superior consiste em produzir e socializar conhecimentos que tenham não só o mérito científico, mas também valor social e formativo. Portanto, que sejam importantes para o desenvolvimento econômico, que tenham sentido de cidadania pública [...] Que a universidade não dê razão ao mercado se e quando ele se impõe como razão da sociedade. Que a universidade não seja um motor de globalização da economia de mercado, mas sim da globalização da dignidade humana. (DIAS SOBRINHO, 2005, p 172-173)

A universidade, na sua essência, produz e socializa o conhecimento, visando à intervenção na realidade da população, na perspectiva da ação coletiva. Nesse sentido, busca-se tornar o processo de ensino-aprendizagem uma realidade concreta que venha de encontro com as demandas da sociedade, objetivando a transformação social.

A compreensão da natureza pública da universidade se confirma na proporção em que diferentes setores da população brasileira usufruam os resultados produzidos pela atividade acadêmica, provocando impactos sociais.

A ação cidadã das universidades não pode prescindir da efetiva difusão dos saberes nelas produzidos, entendendo a população e suas demandas apenas como um objeto de pesquisa acadêmica e/ou intervenção técnica; pelo contrário, estes são protagonistas da história, sujeitos de conhecimento e a mediação entre universidade e sociedade constitui-se um espaço privilegiado de práxis social.

Portanto, esta afirmação da indissociabilidade entre Ensino-Pesquisa-Extensão remete-nos ao modelo de universidade e objetivos do ensino superior que defendemos.

[...] numa sociedade organizada, espera-se que a educação, como prática institucionalizada, contribua para a integração dos homens no tríplice universo das práticas que tecem sua existência histórica concreta: no universo do trabalho, âmbito da produção material e das relações econômicas; no universo da sociabilidade, âmbito das relações políticas, e no universo da cultura simbólica, âmbito da consciência pessoal, da subjetividade e das relações intencionais (SEVERINO, 2002, p. 11 *apud* MARTINS, 2008, p. 75).

A universidade, portanto, tem uma função social e precisa assumir mais veementemente a posição de uma universidade voltada para os interesses e as necessidades da maioria da população, contrapondo-se a reforma neoliberal iniciada na década de 1990 que impõe uma “educação de qualidade” associada aos princípios mercadológicos de produtividade e rentabilidade, implantando nas instituições educacionais a lógica de concorrência, do individualismo e da produção do conhecimento a partir de experiências imediatas, como destaca Possamai (2014).

Essa “tendência” se intensifica após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases Nacionais – LDB, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, como aponta Martins (2008, p.73)

Não obstante algumas ideias defensoras da flexibilidade da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão terem se anunciado com relativo destaque pós LDB/96, tendo em vista que, ao dispor sobre a Educação Superior em seu capítulo IV, a referida lei omitiu este princípio, não podemos perder de vista que as universidades continuam imbuídas destas funções.

Todavia, na contramão do pensamento neoliberal, desde a década de 1980, em especial nos seus últimos anos, possibilita-se pensar a elaboração de uma nova concepção de universidade, baseada na redefinição das práticas indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão até então vigentes. Mas a defesa desse tripé não tem sido um processo fácil tendo em vista os limites estruturais e conjunturais impostos a ele.

Consideramos que um dos maiores entraves para a concretização desta indissociabilidade reside na visão dicotômica, taylorista, dos processos nela envolvidas, pela qual ensino, pesquisa e extensão convertem-se em atividades em si mesmas, dotadas inclusive, de distintos status acadêmicos. Enquanto não for afirmada teórica e praticamente a organicidade desses processos como fundamento metodológico do ensino superior, pouco se avançará na direção de reais transformações neste nível educacional. Esta organicidade pressupõe a formação superior como síntese de três grandes processos, quais sejam: processos de transmissão e apropriação do saber historicamente sistematizado, a pressupor o ensino; processos de construção do saber, a pressupor a pesquisa e os processos de objetivação ou materialização desses conhecimentos, a pressupor a intervenção sobre a realidade e que, por sua vez, retornam numa dinâmica de retro-alimentação do ensino e da pesquisa (MARTINS, 2008, p. 77).

Organicamente unidas – ensino, pesquisa e extensão – terão, certamente, a máxima expressão na formação superior. Embora com suas especificidades, Saviani (1984) reafirma a interdependência entre elas e alerta que não podem ser preferidas a custo de se enfraquecer

tanto um processo quanto o outro.

Esse status acadêmico distinto entre ensino, pesquisa e extensão provém da história da universidade no Brasil. Ressalta-se que a universidade brasileira surgiu tardiamente, na primeira metade do século XX, como aponta Martins (2008), através da união de escolas superiores isoladas, criadas por necessidades práticas do governo, por carências sentidas pela sociedade ou como resultado de avaliação sobre um potencial existente em uma ou outra área. Este contexto traz implicações ao Ensino Superior no Brasil até hoje.

Neste sentido, temos que ter o cuidado para que “[...] a pesquisa e o ensino não se transformem em uma extensão de serviços e convênios, sendo por eles determinados, no conteúdo, na forma e [...] nos recursos e manutenção” (MORAES, 2001, p. 70).

Entendemos que a universidade não é a hegemonia de saberes prontos e acabados. Ao contrário, exatamente porque participa dessa sociedade a instituição deve estar sensível as problemáticas sociais apresentadas, quer através dos grupos sociais com os quais interage, quer através das questões que surgem de suas atividades próprias de ensino, pesquisa e extensão, partindo de uma interação dialógica que coaduna democraticamente saberes sistematizados, acadêmicos e populares, a partir de uma perspectiva interdisciplinar e intersetorial.

Sendo assim, a universidade, mais que o processo ensino-aprendizagem, assume corresponsabilidades em questões que extrapolam os muros da instituição, nela reflete as múltiplas expressões da Questão Social, exigindo um perfil de aluno/a que tenha uma formação técnica e cidadã para analisar e intervir em uma realidade que é complexa, contraditória e multidimensional.

A universidade é um espaço privilegiado que nos dá a possibilidade de apreensão do conhecimento historicamente produzido pela humanidade e de sua utilização no exercício efetivo da cidadania, portanto tem uma função político-pedagógica. No entanto, a “crise da educação” tem colocado em xeque esta função.

Como uma forma de resistência a este contexto de “crise”, um dos princípios fundamentais da formação profissional proposta pelas Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 1996) é a indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão.

Promover o ensino, a pesquisa e a extensão exige a soma de esforços por meio da interação de metodologias, diferentes profissionais e áreas que possibilite a articulação de

saberes e experiências coletivas na resolutividade de demandas sociais.

Importante contextualizar a discussão, a partir da Constituição Federal de 1988, que estabelece em seu Artigo 207 que as universidades públicas devem obedecer ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Esse mesmo artigo garante “[...] autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial [...]” (BRASIL, 1988, art. 207) como uma das condições objetivas para a efetivação dessa indissociabilidade. Nesta tríade não há uma hierarquia, ou mesmo a sobreposição de uma à outra, mas todas têm a mesma valoração no meio acadêmico.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é fundamental, na medida em que possibilita a formação profissional, a produção e divulgação do conhecimento científico e ações voltadas para as demandas dos diferentes segmentos sociais localizados na região de abrangência da universidade. O Curso de Serviço Social da UNESPAR, *campus* Paranavaí, oferta projetos de pesquisa e de extensão, que articulados com as atividades de ensino, consolidam a unidade teoria e prática na formação profissional.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é uma necessidade inegável. Sendo assim, entende-se que o desenvolvimento dos conteúdos em sala de aula deve priorizar a construção do conhecimento articulado à materialidade da vida social. A partir dessa compreensão, o curso de Serviço Social da UNESPAR, *campus* de Paranavaí, tem direcionado a formação profissional, através de uma prática educacional que tem como direção a apreensão crítica da realidade, em seu movimento histórico e dialético, relacionando o conhecimento científico e a prática social, preservando a unidade teoria e prática. Por esse ângulo, entende-se que o planejamento das aulas no âmbito do curso deve buscar meios que possibilitem a aproximação dos conteúdos teóricos ao movimento da realidade social, observando sempre as características econômicas, políticas e sociais da região em que o curso está inserido.

Dados sobre ações no âmbito da extensão, pesquisa e ensino

Necessário esclarecer as ações curriculares e extra-curriculares que encontram-se em desenvolvimento do curso de Serviço Social da Unespar/Campus Paranavaí, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, tem por base o cumprimento das normativas:

- A) *Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira, Africana e Indígena.* A Educação das Relações Étnico Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afro descendentes deverão estar inclusas nas disciplinas e atividades curriculares do curso, nos termos da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996; da Resolução CNE nº 1, de 17

de junho de 2004 e no parecer CNE/CP nº 3 de 10 de março de 2004.

- B) Deliberação nº. 02/2015 CEE/PR que dispõe sobre as normas estaduais para a Educação para Direitos Humanos no Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
- C) Deliberação nº. 02/2016 que dispõe normas sobre modalidade Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Estado do Paraná.
- D) Deliberação nº. 04/2013 CEE/PR, que trata das normas estaduais para a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino do Paraná;

Ressalta-se que temáticas como relações étnico-raciais; cultura afro-brasileira, africana e indígena; meio ambiente e educação ambiental, naturalmente perpassam os núcleos de fundamentos de formação profissional, conforme previsto nas Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social. Desta forma, tais temas são desenvolvidos de forma transversal nas diversas disciplinas que compõem a matriz curricular.

Todavia, ressalta-se que tais temáticas, podem ser desenvolvidas em conjunto com o Centro de Educação em Direitos Humanos (CEDH) da UNESPAR, que tem em seus núcleos essas especificidades. o CEDH é composto por três núcleos: Núcleo de Educação para Relações de Gênero (NERG); Núcleo de Educação Especial e Inclusiva (NESPI); Núcleo de Educação para Relações Étnico-raciais (NERA). Destaca-se que o Centro de Educação em Direitos Humanos (CEDH), tem como objetivo promover ações de apoio e acompanhamento pedagógico aos estudantes com necessidades educativas especiais e grupos vulneráveis (PDI - UNESPAR, 2018). A estrutura do curso de Serviço Social da *Unespar/Campus Paranavaí*, de acordo com as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, define-se e dinamiza-se por uma lógica curricular que propõe a superação da fragmentação do processo de ensino/aprendizagem e permite uma intensa convivência acadêmica entre docentes, discentes, supervisores(as) e sociedade. Essa lógica objetiva-se em três núcleos de fundamentação constitutivos da formação: **Núcleo de Fundamentos Teórico- Metodológicos da Vida Social; Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira e Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional**. O primeiro núcleo compreende o conjunto de fundamentos teórico metodológicos e ético-políticos para explicar e decifrar o ser social e a vida em sociedade. O segundo remete à compreensão da sociedade brasileira resguardando as características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural em suas diversidades regionais e locais. O terceiro abrange todos os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os

componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento, a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado.

Cada núcleo agrega um conjunto de conhecimentos e atividades pedagógicas que se especifica em matérias que, por sua vez, desdobram-se em disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares. O curso como um todo passa a ser estruturado por por seriação anual.

AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

Em consonância com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisas em Serviço Social (ABEPSS), a direção social do Curso de Serviço Social, pauta-se no materialismo histórico dialético, que dá origem à teoria social crítica. À luz dessa corrente teórica e filosófica, o Colegiado do Curso de Serviço Social do Campus da UNESPAR em Paranavaí e o Núcleo Docente Estruturante (NDE), compreendem a formação profissional como um componente na trajetória dos(as) estudantes que deve leva-los à ter clareza das contradições da vida real, permeada pela exploração capitalista e suas implicações.

Ao tomar o materialismo histórico dialético como fundamento teórico e filosófico na formação profissional, é necessário compreendê-lo de fato como dialético, ou seja, em uma dinâmica que permite leituras e análises a partir das mudanças que se processam em contextos diversos, permeados por diferentes variáveis.

É importante considerar que a teoria social crítica tem encontrado hegemonia entre as opções teórico-metodológicas no Serviço Social, tendo em vista a direção Social do Curso de Serviço Social pautada no materialismo histórico dialético, bem como em decorrência do Projeto Ético-Político-Profissional que foi construído pela categoria em seu processo de amadurecimento e reconhecimento das contradições oriundas do capitalismo, relacionadas ao capital e ao trabalho.

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da UNESPAR, esclarece a importância de se levar em consideração todos os sujeitos envolvidos no processo de formação profissional, bem como todas as atividades desenvolvidas pelos mesmos. Sendo assim, a UNESPAR define como avaliação “[...] o momento de expressão da síntese relativo ao trabalho desenvolvido pelos professores e alunos para a apreensão de um novo conhecimento” (PDI – UNESPAR, 2018, p. 84).

Por esse ângulo, a avaliação deve:

[...] expressar a relação entre o cotidiano e o científico, o teórico e o prático, marcando uma nova relação com o conteúdo em relação ao que havia no início do processo evidenciando um grau mais elevado de compreensão da realidade. O resultado da avaliação deve ainda contribuir para repensar as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos

professores, subsidiando a melhoria dos cursos (PDI – UNESPAR, 2018, p. 84).

O procedimento prático, das diferentes etapas de avaliação, equivale à avaliação, a qual deve expressar a apropriação do conteúdo e a compreensão da realidade com vistas à transformação social. A avaliação deve atender às dimensões trabalhadas e aos objetivos propostos. Quanto à avaliação, Gasparin afirma:

A avaliação da aprendizagem do conteúdo, não como demonstração de que aprendeu um novo tema apenas para a realização de uma prova, de um teste, mas como expressão prática de que se apropriou de um conhecimento que se tornou um novo instrumento de compreensão da realidade e de transformação social. Deve-se ressaltar que esse tipo de avaliação não ocorre apenas nessa fase, mas durante o transcorrer de todas as atividades. Todavia, aqui se conclui o processo intelectual de aquisição do conhecimento proposto. (GASPARIN, 2007, p.138).

A Prática Social Final é o ponto de chegada desse encaminhamento metodológico. Essa prática é a mesma do ponto de partida, porém alterada qualitativamente pela mediação pedagógica.

A concepção que orienta o processo avaliativo no Curso de Serviço Social da UNESPAR/*Campus Paranavaí* considera o aprendizado como resultante da construção do conhecimento mediado pela articulação dos conteúdos teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, com vistas a uma formação profissional dotada da compreensão crítica da realidade, considerando suas variáveis nos âmbitos econômico, político e cultural. Nesse sentido, entende-se que a avaliação deve ser realizada de forma contínua, por meio de um processo interativo, articulando ensino, pesquisa e extensão, mas também por meio de instrumentos definidos nos Planos de Ensino, que se constituem em trabalhos acadêmicos, atividades práticas, projetos, relatórios, painéis, seminários, pesquisas bibliográficas e de campo, entrevistas, provas e outras atividades, sempre com a devida articulação com os saberes e direção baseada na teoria social crítica, com o objetivo de garantir a avaliação dos processos de ensino e aprendizagem.

Por fim, e, considerando as diferentes disciplinas que compõe o matriz curricular e as áreas que “dialogam” com o curso, visando a formação generalista e crítica, ressalta-se a importância da realização de reuniões pedagógicas entre o Colegiado do Curso de Serviço Social e docentes das diferentes áreas para discussões sobre os Planos de Ensino, os conteúdos propostos e as metodologias de avaliações de cada professor(a).

PERFIL DO PROFISSIONAL - FORMAÇÃO GERAL

Ao tecer considerações acerca do perfil profissional do profissional durante o processo de formação, é necessário considerar, de acordo com a ABEPSS, que a postura investigativa é um suposto para a sistematização teórica e prática do exercício profissional, assim como para a definição de estratégias e o instrumental técnico que potencializam as formas de enfrentamento da desigualdade social. Este conteúdo da formação profissional está vinculado à realidade social e às mediações que perpassam o exercício profissional. Tais mediações exigem não só a postura investigativa, mas o estreito vínculo com os modos de pensar/agir dos profissionais. (ABESS/CEDEPSS, 1996. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social)

Por esse âmbito, não se pode mais pensar em um profissional meramente técnico-operativo, nem em um profissional teórico-generalista, que conhece as grandes determinações da sociedade, mas não consegue nem exercitar as necessárias mediações em relação aos fenômenos com os quais trabalha. Assim, dotar o profissional de uma perspectiva crítico-investigativa é transmitir a perspectiva de que um dos elementos de ampliação da capacidade interventiva está na ampliação da capacidade de conhecimento e criticidade em relação à realidade que constitui-se objeto de sua intervenção.

Nesse sentido, e, concordando com Yamamoto, na realidade contemporânea, exige-se um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a sua realidade. Alimentado por uma atitude investigativa, o exercício profissional cotidiano tem ampliadas as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho nesse momento de profundas alterações na vida em sociedade. O novo perfil que se busca construir é de um profissional afinado com a análise dos processos sociais, tanto em suas dimensões macroscópicas quanto em suas manifestações quotidianas; um profissional criativo e inventivo, capaz de entender o 'tempo presente, os homens presentes, a vida presente' e nela atuar, contribuindo, também, para moldar os rumos da sua história. (IAMAMOTTO, 2005, p. 49).

Com base na fundamentação teórica e em conformidade com os pressupostos das Diretrizes Curriculares aprovadas pela ABEPSS em 1996 e aprovadas pelo MEC em 2002 e, com os dispositivos da Lei de Regulamentação da Profissão nº 8.662, de 07/07/1993 e do Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1993, o Curso de Serviço Social da UNESPAR, *Campus* Paranavaí, visa contribuir para a formação profissional crítica, tendo em vista dimensões: teórico-metodológica; ético-política e técnico-operativa. Nesta perspectiva, considerando a legislação profissional em vigor e a análise da realidade particular na qual se efetiva o exercício profissional, pretende-se que o perfil do egresso esteja respaldado por uma formação

profissional que atenda as necessidades:

- Generalista em sua formação intelectual, política e cultural, munido de um acervo de informações, capaz de apresentar propostas inovadoras e criativas em seu campo de trabalho;
- Capacidade para promover a participação dos diferentes atores sociais na definição, formulação, controle e avaliação das políticas sociais;
- Domínio para elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos, assim como administrar benefícios e serviços sociais, prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública e privada, e aos movimentos sociais.
- Profissional imbuído de atitude investigativa e interventiva, capaz de proceder a uma leitura crítica da realidade social sobre a qual atua.

4. ESTRUTURA CURRICULAR – CURRÍCULO PLENO

DESDOBRAMENTO DAS ÁREAS/MATÉRIAS EM DISCIPLINAS			
Área/Matéria	Código	Disciplinas	C/H
1. Núcleo de Fundamentos Teórico- Metodológicos da Vida Social	SS.001	Filosofia	60
	SS.002	Sociologia	60
	SS.003	Antropologia	60
	SS.004	Ciência Política	60
	SS.005	Economia Política	60
	SS.006	Psicologia Social	60
	SS.007	Processos de Trabalho e Constituição da Sociabilidade	60
Subtotal			420
2. Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira	SS.008	Formação Sócio Histórica do Brasil	60
	SS.009	Movimentos Sociais e Serviço Social	60
	SS.010	Direito e Legislação Social	60
	SS.011	Seguridade Social	120
	SS.012	Política Social	120
Subtotal			420
3. Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional	SS.013	Oficina Profissional: Serviço Social e Investigação da Realidade Social	120

	SS.014	Fundamentos do Serviço Social I	120
	SS.015	Fundamentos do Serviço Social II	120
	SS.016	Ética Profissional	120
	SS.017	Oficina Profissional: Instrumentalidade do Serviço Social	120
	SS.018	Gestão Social	120
	SS.019	Planejamento em Serviço Social	120
	SS.020	Pesquisa em Serviço Social	120
	SS.021	Serviço Social e o Debate Contemporâneo	60
	SS.022	Oficina Profissional: Núcleos Temáticos	120
	SS.023	Políticas Setoriais	60
	SS.024	Políticas Intersetoriais e perspectivas profissionais na atualidade	60
	SS.025	Ensino em Supervisão de Estágio em Serviço Social	60
Subtotal			1320
4 - Outras disciplinas previstas na matriz curricular			
	SS.026	Libras	60
Subtotal			60
5 - Estágios e TCC			
	SS.027	Seminário de Orientação do Trabalho de Conclusão de Curso	120
	SS.028	Seminário de Formação Profissional I	60
	SS.029	Seminário de Formação Profissional II	60
	SS.030	Estágio supervisionado I	225
	SS.031	Estágio supervisionado II	225
Subtotal			690
6 - Atividades Acadêmicas Complementares			150
CARGA HORÁRIA TOTAL			3.000

5. DISTRIBUIÇÃO ANUAL/SEMESTRAL DAS DISCIPLINAS

Código	Nome da Disciplina		Carga Horária	Forma de Oferta
--------	--------------------	--	---------------	-----------------



		Pré-requisito (Código)	Teórica	Prática	Extensão	Sem. (S)	Anual (A)
1º Ano							
SS.013	Oficina Profissional: Serviço Social e Investigação da Realidade Social		90 hs	30 hs			A
SS.014	Fundamentos do Serviço Social I		120 hs				A
SS.007	Trabalho e Constituição da Sociabilidade		60 hs				A
SS.004	Ciência Política		60 hs				A
SS.005	Economia Política		60 hs				A
SS.001	Filosofia		60 hs				A
SS.008	Formação Sócio-histórica do Brasil		60 hs				A
SS.002	Sociologia		60 hs				A
Subtotal			570 hs	30 hs			
2º Ano							
SS.015	Fundamentos do Serviço Social II		120 hs				A
SS.012	Política Social		120 hs				A
SS.017	Oficina Profissional: Instrumentalidade do Serviço Social		90 hs	30 hs			A
SS.10	Direito e Legislação Social		60 hs				A
SS.016	Ética profissional		60 hs				A
SS.003	Antropologia		60 hs				A
SS.006	Psicologia Social		60 hs				A
Subtotal			570 hs	30 hs			
3º Ano							
SS.018	Gestão Social		120 hs				A
SS.019	Planejamento em Serviço Social		120 hs				A
SS.020	Pesquisa em Serviço Social		120 hs				A
SS.011	Seguridade Social		120 hs				A
SS.021	Serviço Social e o debate contemporâneo		60 hs				A

SS.028	Seminário de Formação Profissional I		60 hs			A
SS.030	Estágio supervisionado I			225 hs		A
Subtotal			600 hs	225 hs		
4º Ano						
SS.027	Seminário de Orientação do Trabalho de Conclusão de Curso		30 hs	90 hs		A
SS.022	Oficina Profissional: Núcleos Temáticos		90 hs	30 hs		A
SS.009	Movimentos Sociais e Serviço Social		60 hs			A
SS.023	Políticas Setoriais		60 hs			A
SS.024	Políticas Intersetoriais e perspectivas profissionais na atualidade		60 hs			
SS.026	Libras		60 hs			A
SS.025	Ensino em Supervisão de Estágio em Serviço Social		60 hs			A
SS.029	Seminário de Formação Profissional I		60 hs			A
SS.031	Estágio supervisionado II			225 hs		A
Subtotal			480 hs	345 hs		
TOTAL/TIPO DE CARGA HORÁRIA			2220 hs	630 hs		
ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES				150 hs		
TOTAL GERAL						3000

6. EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

PRIMEIRO ANO

DISCIPLINA:	Oficina Profissional: Serviço Social e Investigação da Realidade Social		
C/H TOTAL:	120		
C/H TEÓRICA: 90	C/H PRÁTICA: 30	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Conceituação histórica da questão social, suas expressões e enfrentamento pelo Estado. Análise de conjuntura. A questão social enquanto objeto do Serviço Social. Investigação das expressões da questão social na realidade local e regional.			
Bibliografia Básica CELADEC. Como funciona a sociedade? Caxias do Sul: Ed. Paulinas, 1984. 32 p. (Coleção			

Cadernos de Base; 6)

DUARTE JR. João Francisco. O que é realidade? São Paulo, Brasiliense, 1984.

SANTOS, Josiane Soares. "Questão social": particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

Bibliografia Complementar

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. Revista Temporalis. Ano 2, n. 3. Brasília:

ABEPSS, Grafile, jan/jul.2001.

CASTEL, R. Desigualdade e a Questão Social. 2ª ed. São Paulo: EDUC, 2000.

NETTO, José Paulo. Cinco Notas a Propósito da "Questão Social". Revista Temporalis. Ano 2, n. 3. Brasília: ABEPSS/Grafile, jan/jul/2001

PASTORINI, Alejandra. A categoria "questão social" em debate. São Paulo: Cortez, 2004.

SOUZA, Herbert Jose. Como se faz análise de conjuntura. 10. Ed. Petrópolis. Vozes.

DISCIPLINA:	Fundamentos do Serviço Social I			
C/H TOTAL:	120			
C/H TEÓRICA:	120	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA:				
As origens do Serviço Social no contexto da expansão do capitalismo monopolista. A institucionalização do Serviço Social no Brasil: demandas societárias e respostas profissionais entre a década de 1930 e 1970. A lei de regulamentação da profissão.				
Bibliografia Básica				
AGUIAR, Antônio Geraldo de. Serviço Social e Filosofia: das origens a Araxá. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.				
IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológico. 36. ed. São Paulo: Cortez, 2012.				
MICHAEL. Lowy Positivismo. In: _____. Ideologias e Ciências Sociais: elementos para uma análise marxista. 19. ed. São Paulo: Cortez, p. 37-74, 2010.				
MARTINELLI. Maria Lúcia. Serviço Social: identidade e alienação. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.				
Bibliografia Complementar				
CASTRO, Manuel Manrique. História do Serviço Social na América Latina. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2011.				
ESTEVAO, Ana Maria Ramos. O que é Serviço Social. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.				
LESSA, Sérgio.; TONET, Ivo. As grandes linhas do debate ideológico contemporâneo. In. _____. Introdução à filosofia de Marx. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, p. 13-16, 2011.				

SANTOS, Josiane Soares. "Questão Social": particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Ivone Maria Ferreira da. Questão Social e Serviço Social no Brasil: fundamentos sócio históricos. 2 ed. Campinas, SP: Papel Social; Cuiabá, MT: EdUFTM, 2014.

DISCIPLINA:	Trabalho e Constituição da Sociabilidade		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA:			
<p>O trabalho e o processo de trabalho como eixos centrais da produção e reprodução da vida social, suas repercussões na constituição das formas de organização dos indivíduos e da sociedade.</p> <p>Bibliografia Básica</p> <p>ENGELS, Freidrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. Disponível: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer fontes/acer_marx/tme_09.pdf. Acesso: 26 de maio de 2010.</p> <p>MARX, Karl. Processo de Trabalho e processo de valorização. In _____. O Capital. Crítica da Economia Política. Livro I. 3a ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. cap. 5, p. 141 - 156.</p> <p>MARX, Karl. Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro. 2a, ed. São Paulo; Expressão Popular, 2010.</p> <p>LUKÁCS, Geörgy. "Os princípios ontológicos fundamentais de Marx". In: LUKÁCS, György, Para uma ontologia do Ser Social I. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 281-339.</p> <p>Bibliografia Complementar</p> <p>ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 14a. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>ANTUNES, Ricardo. Crise, o desemprego e alguns desafios atuais. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 104, p. 632-636, out./dez. 2010.</p> <p>IAMAMOTO, Marilda V. Serviço Social em tempo de capital fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social. 8ª edição. São Paulo: Cortez, 2014.</p> <p>MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2010</p> <p>MARX, Karl. O capital: livro I capítulo VI (inédito). São Paulo; livraria editora ciências humanas LTDA, 1978.</p>			

DISCIPLINA:	Ciência Política
-------------	-------------------------



C/H TOTAL:	60			
C/H TEÓRICA:	60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Origens e formação do Estado moderno. Maquiavel e a condução do Estado. Clássicos do pensamento contratualista: Hobbes, Locke, Rousseau. Edmund Burke e conservadorismo clássico. A crítica hegeliana ao contratualismo. O pensamento político marxista.				
Bibliografia Básica HOBBES, Thomas. Leviatã. 2 ed. Martin Claret, 2008. MARX, Karl. 18 Brumário. Boitempo, 2011. LOCKE, John. O segundo tratado sobre o governo civil. Martin Claret, 2001. ROUSSEAU, Jean-Jacques. O contrato social. 4 ed. Martins Fontes, 1999.				
Bibliografia Complementar ALTHUSSER, Louis. Aparelhos ideológicos de Estado. 11 ed. Graal Editora, 2011. ENGELS, Friedrich. Anti-Duhring. A Revolução da Ciência Segundo o Senhor Eugen Druhring. Coleção Marx e Engels. Boitempo editorial. 2015. MAQUIAVEL, Nicolau. O príncipe. Trad. de Mário e Celestino da Silva. 3. ed. Rio de Janeiro, Ed. Vecchi, 1955. p. 10-167. MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã [Feuerbach]. Boitempo Editorial, 2007. PLATÃO. A República. São Paulo: Martin Claret, 2003.				

DISCIPLINA:	Economia Política			
C/H TOTAL:	60			
C/H TEÓRICA:	60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Processo de produção, reprodução e acumulação capitalista a partir das diferentes escolas do pensamento econômico e das diferentes interpretações da economia capitalista: liberal, keynesiana, marxista e neoliberal. Reprodução e acumulação capitalista, globalização da economia, reestruturação produtiva e terceirização. Problemas econômicos contemporâneos.				
Bibliografia Básica NETTO, José P.; BRAZ, Marcelo. Economia Política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2007. Introdução. MARX, Karl. O capital: livro I capítulo VI (inédito). São Paulo; livraria editora ciências humanas LTDA, 1978. MARX, Karl. Contribuição à Crítica da Economia Política. São Paulo, Martins Fontes, 1983. Prefácio.				

Bibliografia Complementar

ANTUNES, Ricardo. A crise contemporânea e as metamorfoses no mundo do trabalho. In Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo. Cortez. 16ª edição. 2014. Poderia ir na básica

HUNT, E. K., História do Pensamento Econômico: uma perspectiva crítica, 2005, pp. 37-60.

NUNES, Antônio José Avelãs, Uma introdução à economia política, 2007, pp. 383-441.

MARX, Karl. “Glosas críticas ao artigo ‘O rei da Prússia e a reforma social: de um prussiano’”. In: Karl Marx e Friedrich Engels. Lutas de classes na Alemanha. São Paulo: Boitempo, [1844] 2010. p. 25-52.

SMITH, Adam. A riqueza das nações. livro I. São Paulo: Abril Cultural, [1776] 1982. capítulos I (41-47), IV (p. 61), V (p. 63-65) e VI (77-82), VII (83-89) e VIII (p. 91-93).

DISCIPLINA:	Filosofia		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA:

Empirismo e racionalismo: características e impasses. O criticismo kantiano. O sistema hegeliano: lógica, filosofia da natureza e filosofia do espírito. Positivismo e neopositivismo: continuidades e rupturas. Heidegger e a questão da ontologia. Existencialismo. Pós-estruturalismo.

Bibliografia Básica

ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. São Paulo Nova Cultura, 1987. Col. Os Pensadores.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã [Feuerbach]. Boitempo Editorial, 2007.

SARTORI, Vitor B. O segundo Heidegger e Lukács: alienação, história e práxis. Verinotio revista **on-line**. N. 11, Ano VI, abr. 2010.

Bibliografia Complementar

FAYE, Emmanuel. Heidegger: a introdução do nazismo na filosofia. São Paulo, É Realizações, 2015.

PALMER, Bryan D. Velhas posições/novas necessidades: história, classe e metanarrativa marxista. In: WOOD, Ellen M., FOSTER, Bellamy. Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro, Zahar, 1999.

NIETZSCHE, F. A genealogia da moral. São Paulo: brasiliense, 1987.

REALE, Giovanni.; ANTISERI, Dário. História da Filosofia: Filosofia pagã antiga, v.1. São Paulo: Paulus, 2003.

REALE G. História da Filosofia. Trad. Marcelo Perine. 9ª ed. São Paulo: Loyola, 1993.

DISCIPLINA:	Formação sócio-Histórica do Brasil		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: A formação do Estado Nacional Brasileiro. A República oligárquica do café com leite. A “revolução brasileira” e as particularidades do processo nacional-desenvolvimentista. As diferentes configurações do estado brasileiro e sua relação com a sociedade civil: ditaduras e democracias.			
Bibliografia Básica:			
AQUINO, R. S. L. de (et.al). Sociedade Brasileira - Uma história através dos movimentos sociais. 4 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.			
PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo: colônia. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).			
SOUZA, Jessé de. A Elite do atraso: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.			
Bibliografia Complementar			
CARVALHO, José Murilo de. Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.			
MARTINS, J. de S. O poder do atraso - ensaio de sociologias da História Lenta. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.			
PRADO JUNIOR, Caio A revolução brasileira. São Paulo: Brasiliense, 2004.			

DISCIPLINA:	Sociologia		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: A emergência do pensamento racional e a sua relação com a origem da sociologia. Matrizes clássicas do pensamento sociológico: Marx, Durkheim e Weber. A contemporaneidade do debate sociológico.			
Bibliografia Básica			
COSTA, C. Sociologia: Introdução à Ciências da Sociedade. 4 ed. – São Paulo: Moderna, 2011.			
MARTINS, Carlos B. O que é Sociologia? São Paulo: Brasiliense, 2001.			
MARX, K, ENGELS, F. O Manifesto Comunista. São Paulo: Boitempo, 2010.			
Bibliografia Complementar			
DURKHEIM, É. Da divisão do trabalho social. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.			
GOUNET, Thomas Fordismo e toyotismo: na civilização do automóvel. São Paulo: Boitempo,			

1999 (Cap. I e II – pp. 13-53).

MACHADO, I. J. de R; AMORIM, H.; BARROS, C. R de. Sociologia hoje. São Paulo: Ática, 2013.

MARX, K., ENGELS, F. A ideologia alemã. 9. ed. - São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política. Livro I: O Processo de produção do capital, Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

SEGUNDO ANO

DISCIPLINA:	Fundamentos do Serviço Social II			
C/H TOTAL:	120			
C/H TEÓRICA:	120	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: O Serviço Social no Brasil: demandas societárias e respostas profissionais entre a década de 1980 e 1990. O debate sobre a questão da metodologia no Serviço Social. Serviço Social na contemporaneidade: o redimensionamento da profissão ante as transformações societárias. A questão curricular e a formação profissional.				
Bibliografia Básica				
NETTO, J. P. introdução ao estudo do método em Marx. São Paulo . Ed.expressão popular				
NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós 64. São Paulo, 1992.				
IAMAMOTO. Marilda Vilela Serviço Social em tempo de capital fetiche, capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo, Cortez. 2007.				
Bibliografia Complementar				
CFESS/ABEPSS. Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.				
GUERRA, Yolanda (orgs.) Serviço Social E Seus Fundamentos: conhecimento e crítica. Campinas: Papel Social, 2018.				
IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 4º ed. São Paulo: Cortez, 2001.				
MARANHÃO, Cesar. Uma peleja teórica e histórica. Serviço Social, Sincretismo e conservadorismo. In: MOTA, Ana Elizabete. AMARAL, Ângela (orgs). Cenários, contradições e pelejas do serviço social brasileiro. São Paulo: Cortez, 2016.				
MOTA, A. E. et. al. Orgs Serviço social e saúde formação e trabalho profissional. São Paulo:Cortez; Brasília OPAS, OMS ministério da saúde 2008.				

DISCIPLINA:	Política Social		
C/H TOTAL:	120		
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
120			
EMENTA: Fundamentos de política social. O desenvolvimento do sistema brasileiro de Proteção Social. A relação entre Estado e sociedade civil na constituição das políticas sociais. A constituição da democracia, da cidadania e dos direitos sociais e suas perspectivas no contexto neoliberal.			
Bibliografia Básica ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: Pós neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático. Gentili, P e Sader. E (org). Editora Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1995 BEHRING. E.R; BOSCHETTI, I. E no Brasil?. Política Social-fundamentos e historia. São Paulo: Cortez, 2006 PEREIRA. Potyara Amazoneida P. SIQUEIRA. Marcos César Alves. Política social e Direitos Humanos sob o jugo imperial dos Estados Unidos. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 119, p. 446-467, jul./set. 2014.			
Bibliografia Complementar BOSCHETTI, I et al (Org). Capitalismo em Crise. Política Social e Direitos. Cortez: São Paulo, 2010. DRAIBE, Sonia. O Welfare state no Brasil: características e perspectives. In: Ciências Sociais hoje, - São Paulo: Editora Vértice/ANPOCS, 1989. MARSHALL, T. H. Cidadania e classe social. In: Cidadania, classe social e status. Tradução Meton Porto Gabelha – Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1963. COIMBRA, Marcos A. Abordagens teóricas ao estudo das Políticas Sociais. In: ABRANCHES, Sérgio, SANTOS, Wanderley G. dos, & COIMBRA, Marcos. Política social e combate à pobreza no Brasil. 3. Ed. – Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1987. (65-104). PRZEWORSKI, A e WALLERSTEIN. O Capitalismo democrático na encruzilhada. In: Capitalismo e social democracia. Cia das Letras, São Paulo, 1991.			

DISCIPLINA:	Oficina Profissional: Instrumentalidade do Serviço Social -		
C/H TOTAL:	120		
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
90	30		
EMENTA: O Serviço Social e sua dimensão técnico-operativa em articulação com suas dimensões teórico metodológica e ético política. Habilidades fundamentais para a intervenção profissional: os instrumentos e técnicas.			
Bibliografia Básica CARDOSO, Maria de Fátima Matos. Reflexões sobre Instrumentais em Serviço Social: observação Sensível, Entrevista, Relatório, Visitas e Teorias de Base no Processo de Intervenção Social. São			

Paulo: LCTE Editora, 2008.

CFESS (org). O Estudo Social em perícias: laudos e pareceres técnicos; debates atuais no Judiciário, no Penitenciário e na Previdência Social. 11 ed. Brasília: Cortez, 2014.

PONTES. Reinaldo Nobre. Mediação e Serviço Social. 8 ed. São Paulo. Cortez, 2016.

Bibliografia Complementar

CFESS/ABEPSS (Orgs.). Direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/Abepss, 2009.

GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1999.

MOREIRA, Carlos Felipe Nunes. O trabalho com grupos em Serviço Social: a dinâmica de grupo como Estratégia para reflexão Crítica. São Paulo: Cortez, 2013.

PEREIRA, H. E.; POLLIS, R. F.; ROCHA, M. A. A visita institucional como instrumento técnico-operativo do Serviço Social no Ministério Público do Paraná. Disponível em:
 <<http://www.mp.rs.gov.br/areas/ceaf/arquivos/enssmp>>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2019.

NETTO, José Paulo; BRANT CARVALHO, Maria C. Cotidiano: conhecimento e crítica. 9. ed. São Paulo: Cortez. 2011.

DISCIPLINA:	Direito e Legislação Social		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: A construção das instituições de direito no Brasil. As formas de estruturação dos direitos e garantias fundamentais da cidadania. A Constituição Federal e as legislações sociais vigentes e suas interfaces com o Serviço Social.			
Bibliografia Básica			
SANTOS, Boaventura de Souza/CHAUI, Marilena. Direitos Humanos, democracia e desenvolvimento. Cortez Editora, São Paulo, 2013.			
SIMÕES, Carlos. Curso de direito do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2007. (Biblioteca Básica de Serviço Social).			
PÓTERE. Vade Mecum do Serviço Social. Organizado por Cintia Fonseca Lopes e Erivânia Bernardino Cruz. 7ª Edição. Fortaleza: Premium, 2016			
Bibliografia Complementar			
CASTILHO, Ricardo. Direitos Humanos. Editora Saraiva, São Paulo, 2013.			
NAVES, Márcio Bilharinho. Marxismo e Direito: um estudo sobre Pachukanis. São Paulo: Boitempo, 2008, 183p.			
PACKUKANIS, Evgeny Bronislavovich. Teoria Geral do Direito e Marxismo. São Paulo: Acadêmica, 1988. Tradução de Sílvia Donizete Chagas.			

RUIZ, Jefferson Lee de Souza. Direitos humanos e concepções contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2014.

TRINDADE, José Damião de Lima. HISTÓRIA SOCIAL DOS DIREITOS HUMANOS. Editora Peirópolis, São Paulo, 3ª ed. 2011.

DISCIPLINA:	Ética profissional		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Os fundamentos ontológico-sociais da dimensão ético-moral da vida social e seus rebatimentos na ética profissional. O processo de construção de um ethos profissional, o significado de seus valores e as implicações ético-políticas de seu trabalho. O debate teórico-filosófico sobre as questões éticas da atualidade. Os Códigos de Ética profissional na história do Serviço Social brasileiro.			
Bibliografia Básica			
BARROCO, Maria Lucia S. Ética: fundamentos sócio-históricos. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica de Serviço Social; v.4).			
NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise Contemporânea. In Capacitação em serviço social e política social: Módulo 1: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social – Brasília : CEAD, 1999.			
VÁSQUEZ, Adolfo. Ética. Civilização Brasileira S/A, Rio de Janeiro, 1970.			
Bibliografia Complementar			
BARROCO, Maria Lucia Silva. Ética e serviço social: fundamentos ontológicos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.			
BONETTI, Dilséia A. / GONELLI, Valéria M.M. / VVAA. Serviço Social e Ética – Convite a uma Nova Práxis. Cortez/CFESS, São Paulo, 1996.			
BRITES, M. C., BARROCO, M. L. S. “A centralidade da ética na formação profissional”. Temporalis. Brasília, ABEPSS, nº 2, 2000.			
HELLER, Agnes. O Cotidiano e a História. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1972.			
OLIVEIRA, M. A. Ética e práxis histórica. S. Paulo, Ática, 1995.			

DISCIPLINA:	Antropologia		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA:

A relação dialética entre o material e o simbólico na construção das identidades sociais e da subjetividade. Imaginário, representações sociais e expressões culturais dos diferentes segmentos sociais com ênfase na sociedade contemporânea brasileira e suas particularidades regionais.

Bibliografia Básica

DA MATTA, Roberto. Relativizando: Uma Introdução à Antropologia. Social. Editora Rocco. 2010.

LARAIA, Roque de Barros. Da natureza da cultura ou da natureza à cultura. In: _____. Cultura: um conceito antropológico. 13. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e história. In: _____. Antropologia Estrutural Dois. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

Bibliografia Complementar

BARBOSA, Livia. O Jeitinho brasileiro: a arte de ser mais igual que os outros. Rio de Janeiro: Campus Elsvier, 2000.

HARVEY, David. A Condição pós-moderna. 16. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

PRADO, Paulo. Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira. 2. ed. São Paulo: IBRASA, 1981. Biblioteca "Estudos Brasileiros", n. 3.

RIBEIRO, Darcy. Os Brasis na história. In: _____. O Povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil, São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ROUSSEAU. Jean Jacques. Discurso Sobre A Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens. Porto Alegre: L&PM Editores. 2008

DISCIPLINA:	Psicologia Social		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: As principais matrizes teóricas que fundamentam as relações entre o indivíduo e a sociedade. A constituição da subjetividade no processo de produção e reprodução da vida social.			
Bibliografia Básica			
FARR, R. M. As raízes da psicologia social moderna. Petrópolis: Vozes, 2001.			
MARTINS, L. M. A natureza histórico-social da personalidade. Cad. Cedes, Campinas, vol. 24, n. 62, p. 82-99, abril 2004. Disponível em http://www.cedes.unicamp.br			
SILVEIRA, Paulo. DORAY, Bernard. Elementos para uma teoria Marxista da Subjetividade. São			

Paulo. Editora Vértice. 1999.

Bibliografia Complementar

CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS (CREPOP). Referências Técnicas para atuação do/a psicólogo/a no CRAS/SUAS. Brasília: CFP, 58 p.

LANE, S.T.M. O que é psicologia social. SP: Brasiliense, 1986.

LANE, S. T. M.; CODO, W. (orgs.) Psicologia Social: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SAWAIA, Bader B. (org.). As artimanhas da exclusão – análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2004.

Ximenes, V., Paula, L.R.C. de & Barros, J.P.P. (2009). Psicologia comunitária e política de assistência social: diálogos sobre atuações em comunidades. Psicologia: Ciência e Profissão, Conselho Federal de Psicologia, 29 (4), 656-671.

TERCEIRO ANO

DISCIPLINA:	Gestão Social			
C/H TOTAL:	120			
C/H TEÓRICA:	120	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Introdução a administração, conceito de gestão e a gestão das políticas sociais.: universalização, descentralização e participação popular. A implementação das políticas sociais: orçamento, financiamento e controle social. Gestão das políticas sociais no âmbito público e privado.				
Bibliografia Básica				
CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Gestão Social: alguns apontamentos para o debate. In: RICO, Elizabeth de M. e RAICHELIS, Raquel (orgs.) Gestão Social: uma questão em Debate. São Paulo: 1992.				
RAICHELIS, Raquel. Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social–caminhos da construção democrática. São Paulo: Cortez, 1998a.				
SOUZA FILHO, Rodrigo de; GURGEL Claudio. Gestão democrática e Serviço Social: princípios e propostas a intervenção crítica: SP: Cortez, v. 7, 2016. (Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social).				
Bibliografia Complementar				
BRAVO, M. I. S., CORREIA, M.V.C. Desafios do controle social na atualidade. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 109, p. 126-150, jan./mar. 2012.				
INOJOSA, Rose Marie. Intersetorialidade e a configuração de um novo paradigma organizacional. Revista de Administração Pública. vol. 32, março/abril, Rio de Janeiro,1998.				

MONTAÑO, Carlos. Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SALVADOR, Evilásio. Fundo público e o financiamento das Políticas Sociais no Brasil. Serviço Social em Revista. Londrina, v. 14, N.2, p. 04-22, jan./jun. 2012

SILVA, Ademir A. A gestão da seguridade social brasileira: entre a política pública e o mercado. São Paulo: Cortez, 2004.

SOUZA FILHO, Rodrigo de. Gestão pública e democracia: a burocracia em questão. RJ: Lumen Juris, 2011.

DISCIPLINA:	Planejamento em Serviço Social			
C/H TOTAL:	120			
C/H TEÓRICA:	120	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA:

Introdução ao planejamento. O planejamento como instrumento de trabalho do assistente social. Modelos de planejamento. Plano, programa e projeto: diagnóstico, formulação, implementação e instrumentos de monitoramento e avaliação. As tendências da avaliação de políticas sociais. Elaboração do projeto de intervenção profissional.

Bibliografia Básica

BAPTISTA, Mirian Veras. Planejamento social: intencionalidade e instrumentação. 2 ed. São Paulo. Veras, 2007.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores Sociais No Brasil - Conceitos, Fontes de Dados e Aplicações. 5 ed. Campinas, SP: Alínea, 2012.

SOUZA, Marconi Fernandes de. Indicadores, Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas. In: BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. 2013

Bibliografia Complementar

BUSTELO, E.S. Planejamento e Política social: a dialética do possível. In: BROMLEY, R. e BUSTELO, E.S. (org.) Política x Técnica no Planejamento: perspectivas críticas. São Paulo: Brasiliense, 1982.

GANDIN, D. A Prática do Planejamento Participativo. 13.ed., Petrópolis: Vozes, 2008.

MATUS, Carlos. Adeus, senhor presidente : Governantes e governados. / Carlos Matus : tradução de Luis Felipe Rodrigues Del Riego. – São Paulo : FUNDAÇÃO, 1996. – (ciências e Técnicas de Governo) 381 p.

NEGRINI, Daniela Aparecida Flausino. Planejamento Social: Uma necessidade atual e futura em relação à seguridade social. São Paulo. LTr. 2015.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira da. (org) Avaliação de políticas e programas sociais : teoria & prática. – São Paulo : Veras Editora, 2001.

DISCIPLINA:	Pesquisa em Serviço Social			
C/H TOTAL:	120			
C/H TEÓRICA:	120	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: O processo investigativo e a construção do conhecimento. Métodos de conhecimento da realidade social. Método crítico dialético e suas categorias fundamentais: totalidade e história, as categorias de mediação e a apreensão da universalidade, da singularidade e particularidade. Tipos de pesquisa. Metodologias de pesquisa. A dimensão investigativa do Serviço Social e o Serviço Social como área de conhecimento. Os elementos constitutivos do projeto de pesquisa. Preceitos ética na pesquisa que envolve seres humanos.				
Bibliografia Básica.				
ALCOFORADO, Mirtes Guedes. Elaboração de projetos de pesquisa. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília-DF: CFESS / ABEPSS, 2009.				
MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio. 2 ed. São Paulo: Veras, 1999. (Série Núcleo de Pesquisa; v.1).				
MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.				
Bibliografia Complementar				
ABRANTES. Angelo Antonio. MARTINS. Lígia Márcia. A produção do conhecimento científico: relação sujeito-objeto e desenvolvimento do pensamento. Interface - Comunic, Saúde, Educ, V.11, nº 22 , p. 313-325, mai/ago 2007. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/icse/v11n22/10.pdf . Sugestão de bibliografia.				
ALBUQUERQUE. Aline. Para uma ética em pesquisa fundada nos Direitos Humanos. 2013. http://www.scielo.br/pdf/bioet/v21n3/a05v21n3.pdf . Sugestão de bibliografia				
MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 13. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2013.				
NETTO, José Paulo. Introdução ao método na teoria social. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília-DF: CFESS / ABEPSS, 2009. Já tem em fundamentos 3				
PEREIRA. Potyara Amazoneida Pereira. A Utilidade da Pesquisa para o Serviço Social. In: Revista Serviço Social e Saúde. n. 4. Campinas: Unicamp, 2005.				

DISCIPLINA:	Seguridade Social			
C/H TOTAL:	120			
C/H TEÓRICA:	120	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA:

Organização e perspectivas da política de Seguridade Social no Brasil: a política Previdenciária, a política de Saúde e a Política de Assistência Social na atualidade. O trabalho do assistente social no âmbito da Seguridade Social.

Bibliografia Básica

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). CFESS Manifesta - Em Defesa da Política de Assistência Social e do Trabalho de Assistentes Sociais. Fortaleza. Agosto de 2018.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social. 2 Seminário Nacional de Serviço Social da Previdência. In: 70 anos de Serviço Social na Previdência. In: SILVA, M.L.L. 70 anos do Serviço Social na Previdência: luta pela efetivação da seguridade no Brasil. Brasília, 2014.

MOTA, A.L. et al. Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. In: BRAVO, M.I.S; MATOS, M.C. Projeto Ético Político do Serviço Social e sua Relação com a Reforma Sanitária: Elementos para o Debate. São Paulo: OPS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Constituição Federal de 1988

BRASIL. Política Nacional da Assistência Social (PNAS/2004)

BRASIL. Lei 8080/1990 e Lei 8142/1990

BRASIL. Pacto pela Saúde - Portaria 399/2006

BRASIL. CFESS. Parâmetros de Atuação do Serviço Social na Saúde

DISCIPLINA:	Serviço Social e o debate contemporâneo		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
<p>EMENTA: Crises capitalistas contemporâneas e as transformações no mundo do trabalho. Desafios históricos para a consolidação do projeto ético político. As competências e atribuições do(a) Assistente Social, mercado de trabalho e espaços sócio ocupacionais.</p> <p>Bibliografia Básica ALENCAR, Mônica Maria Torres de; GRANEMANN, Sara. Ofensiva do capital e novas determinações do trabalho profissional. Revista Katálysis, Florianópolis, v.12, n. 2, jul./dez. 2009.</p> <p>NETTO, José Paulo. A conjuntura brasileira: o Serviço Social posto à prova. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, ano XXV, n. 79, p. 5-26, set. 2004, 2. reimp., maio 2010.</p> <p>IAMAMOTO, Marilda Villela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS; ABEPSS. Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 341-376.</p>			

Bibliografia Complementar

BARROCO, Maria Lucia S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto éticopolítico. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011. Disponível em: . Acesso em: 15 jul. 2013.

CEOLIN. George Francisco. Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 118, p. 239-264, abr./jun. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n118/a03n118.pdf>. Acesso em: 10 de abr. 2018.

DELGADO, Leila Baumgratz; LIMA, Michele Luiz; CORRÊA, Raysa Fegalli Ribeiro. Mercado e condições de trabalho do assistente social: síntese da produção teórica no Brasil. Universidade Federal de Alagoas, 27 a 29 de abril de 2015. Disponível em: <https://colquio3.files.wordpress.com/2015/03/mercado-e-condic3a7c3b5es-de-trabalho-do-assistente-social.pdf>. Acesso em: ago. 2018.

RAICHELIS, Raquel. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria (Orgs.). A nova morfologia do trabalho no serviço social. São Paulo: Cortez, 2018.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. As dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da prática profissional. In: _____. Na prática a teoria é outra?: mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no serviço social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 53-92.

DISCIPLINA:	Seminário de Formação Profissional I		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA:			
<p>Problematização teórico-histórico do contexto conjuntural e sócio institucional. Identificação e delimitação do objeto de intervenção do Serviço Social. Reconhecimento e utilização dos instrumentais técnico operativos do Serviço Social.</p>			
Bibliografia Básica			
<p>LIMA, T.C.S.de; MIOTO, R.C.T; PRÁ.K.R.D. A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais: algumas considerações acerca do diário de campo. Revista Textos & Contextos, Porto Alegre, v.6, n. 1, p. 93-104, jan/jun. 2007.</p>			
<p>FALEIROS, V.P. Poder Institucional e Saber Profissional. São Paulo: Cortez, 2001.</p>			
<p>TRINDADE, R.L.P. Ações profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos</p>			

assistentes sociais nas políticas sociais. In: SANTOS, C.M.dos; BACKX, S.

GUERRA, I. A dimensão técnico-operativa no serviço social: desafios contemporâneos. Juiz de Fora: UFRJ, 2012.

Bibliografia Complementar

BISNETO, J. A. A análise institucional no processo de renovação do serviço social no Brasil. In: VASCONCELOS, E. M. (org.). Saúde mental e serviço social. S. Paulo, Cortez, 2000.

BURIOLA, Marta A. F. O Estágio Supervisionado. 4. ed. – São Paulo : Cortez, 2006

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social (PNAS). CFESS, Brasília, 2010

BRASIL. CEFESS - Resolução 533 de 29 de setembro de 2008.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista; SILVEIRA, Esalva Maria Carvalho Silveira. A entrevista nos processos de trabalho do assistente social. Revista Textos e Contexto, v.6 n.2. Porto Alegre: 2007.

DISCIPLINA:	Estágio supervisionado I		
C/H TOTAL:	225		
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA: 225	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
<p>EMENTA: A formação profissional e o estágio. A inserção do estudante nos diferentes campos de estágios em Serviço Social.</p> <p>GIOMETTI. A.BR; CORIJO, D; PEQUIÁ. R. R.S. Legislações, Normativas e Estratégias Políticas: fortalecimento do estágio supervisionado em Serviço Social. In: LIPORONIM.J.O El al Estágio Supervisionado em Serviço Social. Editora Cultura Acadêmica. Curitiba/São Paulo, 2017.</p> <p>MARTINIANO, L.A. Conhecimento e Mediação como Categorias Empíricas para a Análise e Sistematização do Estágio Supervisionado em Serviço Social. In: LIPORONIM.J.O El al Estágio Supervisionado em Serviço Social. Editora Cultura Acadêmica. Curitiba/São Paulo, 2017.</p> <p>SOUSA, Charles Toniolo de. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. Revista Emancipação. Ponta Grossa: 2008, p.119-132</p> <p>Bibliografia complementar</p> <p>LACERDA, L. E. P. Exercício Profissional do Assistente Social da imediatez às possibilidades históricas. Revista Serviço Social e Sociedade, Cortez: São Paulo, 2014. In: LIPORONIM.J.O El al Estágio Supervisionado em Serviço Social. Editora Cultura Acadêmica. Curitiba/São Paulo, 2017.</p> <p>MORAES, C.A.S. A Particularidade da dimensão investigativa na formação e prática profissional do Assistente Social. Revista Serviço Social e Sociedade, nº 122. São Paulo: Cortez, 2015.</p>			

MONTEIRO, F.O. Plantão Social espaço privilegiado para identificação/notificação de violência contra crianças e adolescentes. Revista Serviço Social e Sociedade, n.103. Cortez: São Paulo, 2010.

SAMPAIO, S.S; RODRIGUES, W.F. Ética e Sigilo Profissional. Revista Serviço Social e Sociedade, n.117. Cortez: São Paulo, 2014.

SPOSATI, A. Proteção Social e Seguridade Social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social. Revista Serviço Social e Sociedade. Cortez: São Paulo, 2013.

QUARTO ANO

DISCIPLINA:	Seminário de Orientação do Trabalho de Conclusão de Curso		
C/H TOTAL:	120		
C/H TEÓRICA: 30	C/H PRÁTICA: 90	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
<p>EMENTA: Análise e discussão das temáticas de pesquisa e dos resultados obtidos no processo de investigação como momento de síntese da formação profissional</p> <p>Bibliografia Básica CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2014.</p> SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23 ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007 TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1987. <p>Bibliografia Complementar AQUINO, Ítalo de Souza. Como escrever artigos científicos – sem rodeio e sem medo da ABNT. 1 ed. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 2017.</p> ANDERY, Maria Amália et al. Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica. 8. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; São Paulo: EDUC, 1999. DEMO, Pedro. Metodologia científica em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1983. PEREIRA. Potyara Amazoneida Pereira. A Utilidade da Pesquisa para o Serviço Social. In: Revista Serviço Social e Saúde. n. 4. Campinas: Unicamp, 2005.			

DISCIPLINA:	Oficina Profissional: Núcleos Temáticos		
C/H TOTAL:	120		
C/H TEÓRICA: 90	C/H PRÁTICA: 30	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA:

Temas transversais ao Serviço Social. Abordagem às questões relacionadas aos Direitos Humanos com ênfase nas interfaces implícitas para pensar a inseparabilidade estrutural do patriarcado, racismo, capitalismo e sociedade heteronormativa.

Bibliografia Básica

RUIZ, Jefferson Lee Souza. Direitos Humanos e concepções contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2014

FERNANDES, Idilia; PRATES, Jane Cruz. (Orgs). Diversidade e Estética em Marx e Engels. Campinas : Papel Social, 2015;

HIRATA, Helena. Dicionário Crítico do Feminismo. / Helena Hirata [ET AL] (orgs.) – São Paulo: Editora UNESP, 2009

Bibliografia Complementar

ACOTIRENE, Carla. O que é Interseccionalidade? Feminismos Plurais. Coord. Djamira Ribeiro. São Paulo. Editora Letramento, 2018.

HEILBORN, Maria Luiza... [et al.] (ORG) *Sexualidade, família e ethos religioso*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005;

MIOTTO, Regina Celia Tamasso; CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cássia Maria. *Familismo, Direitos e cidadania : Contradições da política social*. São Paulo. Cortez, 2015;

PÓTERE. *Vade Mecum do Serviço Social*. Organizado por Cintia Fonseca Lopes e Erivânia Bernardino Cruz. 7ª Edição. Fortaleza: Premium, 2016;

DISCIPLINA:	Movimentos Sociais e Serviço Social		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
<p>EMENTA: Teoria sobre as classes sociais e os movimentos sociais. Estrutura de classes da sociedade brasileira. Construção da identidade dos movimentos sociais. Os movimentos sociais na contemporaneidade. O Serviço Social e os Movimentos Sociais.</p> <p>Bibliografia Básica ENGELS, F. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. Rio de Janeiro. Boitempo. 2008.</p> <p>GOHN, Maria da Glória. História dos movimentos e lutas sociais. A construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Edições Loyola, 1995.</p> <p>MORO, M. D; MARQUES, M.G. A relação do serviço social com os movimentos sociais na contemporaneidade. <i>Temporalis</i>, Brasília (DF), ano 11, n.21, p.13-47, jan./jun. 2011.</p>			

Bibliografia Complementar

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; DURIGUETTO, Maria Lúcia (Orgs.). Movimentos sociais e serviço social: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2015. Complementar

GOHN, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2006.

GOHN, Maria da Glória. Sociologia dos movimentos sociais. São Paulo: Cortez, 2014.

GOHN, Maria da Glória. O Protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGS e redes solidárias. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

DISCIPLINA:	Políticas Setoriais		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA:

Fundamentos, conceitos e perspectivas contemporâneas das políticas sociais da Educação, Habitação, Meio ambiente e Segurança Pública a luz do exercício profissional do assistente social.

Bibliografia Básica

BRAVO, Maria Inês S.; RAICHELIS, Raquel; MARSIGLIA, Regina Maria G. (Orgs.). Trabalho, Saúde e Meio Ambiente. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo. Cortez: 2015.

WACQUANT, Loic. As prisões da miséria. São Paulo: ZAHAR, 2008.

BORGIANNI, Elisabete. Para entender o Serviço Social na área sociojurídica. Revista Serviço Social e Sociedade [online]. 2013, n.115, pp.407-442. ISSN 0101-6628. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282013000300002>. Acesso em 06 de fevereiro de 2019.

Bibliografia Complementar

KOGA, Dirce. Aproximações sobre o conceito de território de sua relação com a universalidade das políticas sociais. Serviço Social em Revista, Londrina-PR, v.16, n. 1, p. 30-42, jul./dez. 2013.

LIBÂNEO, Jose Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n1/aop323.pdf>. Acesso em 06 de fevereiro de 2019.

MINISTÉRIO das Cidades. Política nacional de habitação.vol.4 Brasília, 2004

MOTTA, Luana Dias. A Questão da Habitação no Brasil: Políticas Públicas, Conflitos Urbanos e o Direito à Cidade. Disponível em http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/geral/anexos/txt_analitico/ Acesso em 06 de fevereiro de 2019.

DISCIPLINA:	Políticas Intersetoriais e perspectivas profissionais na atualidade		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Conceito de Intersectorialidade. As diferentes Políticas Intersectoriais e o trabalho profissional do Serviço social. A interlocução das Políticas Intersectoriais com a Seguridade Social, as Políticas Setoriais e os Conselhos de Direitos nesse contexto.			
Bibliografia Básica			
ACOSTA, Ana Rojas; FALLER, Maria Amalia (orgs). Família: Redes, laços e políticas públicas. 4. ed. São Paulo, Cortez, 2008.			
PÓTERE. Vade Mecum do Serviço Social. Organizado por Cintia Fonseca Lopes e Erivânia Bernardino Cruz. 7ª Edição. Fortaleza: Premium, 2016.			
RIZZOTTI, Maria Luiza Amaral; CORDEIRO, Sandra Maria Almeida; PASTOR, Márcia. Gestão de Políticas Sociais: Território Usado, intersectorialidade e participação. Eduel, 2017.			
Bibliografia Complementar			
RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. (orgs) <i>A arte de governar crianças: a história das políticas sociais e da legislação à infância no Brasil.</i> – 2 ed. rev. – São Paulo : Cortez, 2009.			
NERI, Anita Liberalesso (org). <i>Desenvolvimento e envelhecimento: perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas.</i> 4. ed. Campinas, SP : Papirus, 2001.			
MIOTTO, Regina Celia Tamasso; CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cássia Maria. <i>Familismo, Direitos e cidadania : Contradições da política social.</i> São Paulo. Cortez, 2015.			
TEIXEIRA, Solange Maria (ORG.). <i>Envelhecimento e Sociabilidade do Capital.</i> Campinas, Papel Social, 2017.			
ZIMMERMAN, Guite I. <i>Velhice: aspectos biopsicossociais.</i> - Porto Alegre: Artmed, 2000.			

DISCIPLINA:	Libras		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Conceitos, cultura e relação histórica da surdez com a língua de sinais. Políticas públicas e legislação. Gramática e noções básicas de Libras. Inclusão social e educacional do surdo. O papel do intérprete.			
Bibliografia Básica			
KARNOPP, L. B.; QUADROS, R.M. <i>Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos.</i> Porto Alegre: Artmed, 2004.			
PIMENTA, Nelson; QUADROS, Ronice Muller de. <i>Curso de Libras 1.</i> Rio de Janeiro: LIBRAS Vídeo,			

2006.

STROBEL, K. História da Educação de Surdos. Caderno de Estudos do Curso de educação à distância Licenciatura Letras/LIBRAS. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2008.

Bibliografia Complementar

CAMPELO, A. R. S. Aspectos da visualidade na educação de Surdos. Tese de Doutorado. Florianópolis. UFSC. 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/91182/258871.pdf>.

FERNANDES, Sueli F. Práticas de letramento na educação bilingüe para surdos. Curitiba: SEED, 2006. Disponível em: http://www.cultura-sorda.org/wp-content/uploads/2015/03/Fernandes_praticas_letramentos-surdos_2006.pdf

GESUELI, Zilda Maria. Letramento e surdez: a visualização das palavras, ETD - EDUCAÇÃO TEMÁTICA DIGITAL, Campinas, v.7, n.2, p. 110-122 e também disponível no site <http://www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=artc&cat=13&idart=128>.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. Igualdade e diferenças na escola: como andar no fio da navalha. Revista UFSM EDUCAÇÃO, edição 2007, vol. 32, n. 2. Disponível em: <http://coralx.ufsm.br/revce/revce/index2007.htm>

QUADROS, Ronice Müller e Magali L. P. Schmiedt - Idéias para ensinar português para alunos surdos, Portal do MEC. Disponível no site http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port_surdos.pdf:

DISCIPLINA:	Ensino em Supervisão de Estágio em Serviço Social		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: A centralidade do estágio no processo de formação profissional. A relação entre as instituições de ensino e os campos de estágio. O papel do(a) supervisor(a) e o processo da supervisão de estágio. O conteúdo da supervisão. Planejamento, execução e avaliação.			
Bibliografia Básica			
GIAQUETO, Adriana. In: LIPORONIA.A.C. et al. Estágio Supervisionado em Serviço Social. Fundamentos, Significados e Perspectivas. L A dimensão Educativa na Supervisão de Estágio em Serviço Social. Editora Cultura Acadêmica. Curitiba, 2017.			
BENEVIDES, G. O; RAMOS. L. ; LIMA M.J.O. Estágio em Serviço Social e a Supervisão Direta: Considerações sobre o trabalho e formação profissional. In: LIPORONIA.A.A.R.C. Estágio Supervisionado em Serviço Social: fundamentos, significados e perspectivas. Editora Cultura Acadêmica : Curitiba/São Paulo, 2017.			
MIOTO, R.C. Formação Profissional, estágio e supervisão: impasses e desafios persistentes. Revista Katalysis, n. 19 ,Florianópolis, 2016.			

Bibliografia Complementar

BRASIL. CFESS. Parâmetros para a Organização dos Fóruns de Supervisão de Estágio em Serviço Social. CEFESS, Brasília, 2018.

TORRES, M; PORTES, M. O estágio e a Supervisão – a educação permanente direcionada aos supervisores de campo. In: LIPORONI.A.A.R.C. Estágio Supervisionado em Serviço Social: fundamentos, significados e perspectivas. Editora Cultura Acadêmica: Curitiba/São Paulo, 2017.

GIAQUETO, Adriana. A Dimensão Educativa na supervisão de Estágio em Serviço Social – O papel do supervisor de campo. In: LIPORONI.A.A.R.C. Estágio Supervisionado em Serviço Social: fundamentos, significados e perspectivas. Editora Cultura Acadêmica : Curitiba/São Paulo, 2017.

CAPUTI, Lesliane. Supervisão de Estágio em Serviço Social: significâncias e Significados. Revista Katalysis, v19, 2019.

DISCIPLINA:	Seminário de Formação Profissional II		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA:	60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:
			C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA:

O estágio supervisionado como processo de formação profissional. O acompanhamento do planejamento, da execução, avaliação e proposição de alternativas de intervenção no âmbito do trabalho profissional.

Bibliografia Básica

GUERRA, Y. O estágio supervisionado como espaço de síntese da unidade dialética entre teoria e prática: o perfil do profissional em disputa. In: SANTOS,C.M.dos; LEWGOY, A.M.B; ABREU, M.H.E. (Orgs). A supervisão de estágio em serviço social: aprendizados, processos e desafios.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016, p. 101- 124.

MIOTO, R.C.T.; LIMA, T.C.S. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social em foco: sistematização de um processo investigativo. In: *Revista Textos e Contextos*, Porto Alegre, vol. 8 n. 1 p.: 22-48. Jan-jun. de 2009.

TORRES, M. M. O trabalho socioeducativo desenvolvido pelo assistente social: concepções e atividades desenvolvidas. In. *Revista Libertas*, Juiz de Fora: MG, vol. 14, n. 2, 2014.

Bibliografia Complementar (4 ano)

BRASIL. CFESS – Cartilha Estágio supervisionado: meia formação não garante um direito. Gestão Tempo de Luta de Resistência (2011-2024).

BRASIL. CFESS – Atribuições privativas do/a Assistente Social em questão. 1ª Edição Ampliada. 2012.

MEDEIROS, M.S.S. Os fundamentos da relação teoria e pratica no estágio em Serviço Social.

Revista Katalysis, v19, 2019.

MOREIRA, Iana Vasconcelos. Dilemas e Desafios do estágio curricular em serviço social: expressões dos (des) encontros entre a formação profissional e o mercado de trabalho. *Temporalis* n. 17.

SANTOS; F.H.C; RAMOS; A. Articulação entre supervisão de Campo e Acadêmica em Serviço Social. *Revista Temporalis*, Brasília, 2016.

DISCIPLINA:	Estágio supervisionado II		
C/H TOTAL:	225		
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA: 225	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: A formação profissional e o estágio. O Planejamento, execução, avaliação como forma de apropriação do trabalho do(a) Assistente Social nos diferentes campos de estágio.			
Bibliografia Básica			
BARBOSA, C.A.P. et al. Estágio Supervisionado e Supervisão: perspectivas e concretude no espaço de formação profissional em Serviço Social. In: LIPORONIM, J.O El al. Estágio Supervisionado em Serviço Social. Editora Cultura Acadêmica. Curitiba/São Paulo, 2017.			
WALHERS, M.L.S; OLIVEIRA; C.A.H.S. O Estágio Supervisionado em Serviço Social e a Centralidade na Práxis Profissional. In: LIPORONIM, J.O El al. Estágio Supervisionado em Serviço Social. Editora Cultura Acadêmica. Curitiba/São Paulo, 2017.			
YASBEK, C. A dimensão política do trabalho do Assistente Social. <i>Revista Serviço Social e Sociedade</i> , n. 214. São Paulo: Cortez, 2014.			
Bibliografia complementar			
AZAMBUJA, M.R.F. A Interdisciplinaridade na violência sexual. <i>Revista Serviço Social e Sociedade</i> , n.115. Cortez: São Paulo, 2013.			
BERBERIAN, T.P. Serviço Social e avaliações de negligência: debates no campo da ética profissional. <i>Revista Serviço Social e Sociedade</i> , n.121. Cortez: São Paulo, 2015.			
COSTA, M.D.H. da. O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos(as) assistentes sociais. In: MOTA, A.E. <i>Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional</i> . São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006, p. 304-35			
GASPARINI, M.F.V. Avaliação de Programas e Serviços Sociais: uma análise das práticas no contexto atual. <i>Revista Serviço Social e Sociedade</i> , n.117. Cortez: São Paulo, 2014.			
RAICHELIS, R. Intervenção Profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas. <i>Revista Serviço Social e Sociedade</i> , n104. Cortez: São Paulo, 2010.			

7. DESCRIÇÃO DA PESQUISA E EXTENSÃO NO CURSO DE GRADUAÇÃO

É pertinente retonar aspectos já trabalhados no item “metodologias” para afirmar o posicionamento do Colegiado do Curso de Serviço Social do Campus de Paranavai.

Concordando com Buarque (1991), a universidade tem um único papel social: “gerar saber”. Isso faz parte do compromisso social da universidade, mas não basta. Para o autor, a universidade brasileira tem “patinado” na definição do seu compromisso social. É preciso resgatar o papel histórico da universidade.

O sentido essencial da responsabilidade social da educação superior consiste em produzir e socializar conhecimentos que tenham não só o mérito científico, mas também valor social e formativo. Portanto, que sejam importantes para o desenvolvimento econômico, que tenham sentido de cidadania pública [...] Que a universidade não dê razão ao mercado se e quando ele se impõe como razão da sociedade. Que a universidade não seja um motor de globalização da economia de mercado, mas sim da globalização da dignidade humana. (DIAS SOBRINHO, 2005, p 172-173)

A universidade, na sua essência, produz e socializa o conhecimento, visando à intervenção na realidade da população, na perspectiva da ação coletiva. Nesse sentido, busca-se tornar o processo de ensino-aprendizagem uma realidade concreta que venha de encontro com as demandas da sociedade, objetivando a transformação social.

A compreensão da natureza pública da universidade se confirma na proporção em que diferentes setores da população brasileira usufruam os resultados produzidos pela atividade acadêmica, provocando impactos sociais.

A ação cidadã das universidades não pode prescindir da efetiva difusão dos saberes nelas produzidos, entendendo a população e suas demandas apenas como um objeto de pesquisa acadêmica e/ou intervenção técnica; pelo contrário, estes são protagonistas da história, sujeitos de conhecimento e a mediação entre universidade e sociedade constitui-se um espaço privilegiado de práxis social.

Portanto, esta afirmação da indissociabilidade entre Ensino-Pesquisa-Extensão remete-nos ao modelo de universidade e objetivos do ensino superior que defendemos.

[...] numa sociedade organizada, espera-se que a educação, como prática institucionalizada, contribua para a integração dos homens no tríplice universo das práticas que tecem sua existência histórica concreta: no universo do trabalho, âmbito da produção material e das relações econômicas; no universo da sociabilidade, âmbito das relações políticas,

e no universo da cultura simbólica, âmbito da consciência pessoal, da subjetividade e das relações intencionais (SEVERINO, 2002, p. 11 *apud* MARTINS, 2008, p. 75).

A universidade, portanto, tem uma função social e precisa assumir mais veementemente a posição de uma universidade voltada para os interesses e as necessidades da maioria da população, contrapondo-se a reforma neoliberal iniciada na década de 1990 que impõe uma “educação de qualidade” associada aos princípios mercadológicos de produtividade e rentabilidade, implantando nas instituições educacionais a lógica de concorrência, do individualismo e da produção do conhecimento a partir de experiências imediatas, como destaca Possamai (2014).

Essa “tendência” se intensifica após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases Nacionais – LDB, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, como aponta Martins (2008, p.73)

Não obstante algumas ideias defensoras da flexibilidade da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão terem se anunciado com relativo destaque pós LDB/96, tendo em vista que, ao dispor sobre a Educação Superior em seu capítulo IV, a referida lei omitiu este princípio, não podemos perder de vista que as universidades continuam imbuídas destas funções.

Nesse sentido, e, diante do contexto desafiador em que se encontram as universidades para se manterem em sua condição de pública, laica e inclusiva, vislumbra-se o envolvimento do conjunto de docentes, a maioria com titulação de doutorado, na criação de estratégias para envolver os(as) discentes em programas e Iniciação Científica, artilhado a pesquisas consistentes de seus(suas) orientadores(as).

Da mesma forma, e, levando em conta a indissociabilidade com a extensão, buscar-se-á uma conexão intrínseca com o ensino e a pesquisa, em que esse processo tenha de fato a função social articulada às demandas da sociedade em diferentes frentes a serem constru[idas pelo conjunto.

Cabe ressaltar que a curricularização da extensão ainda não é prioridade no curso, todavia, a indissociabilidade que se almeja, contempla as demandas e interesses dos diferentes atores e atrizes envolvidos(as) nesse processo, sejam estas pessoas e/ou instituições.

8. CORPO DOCENTE

COORDENADORA DO COLEGIADO DE CURSO				
Nome	Graduação	Titulações	Carga horária semanal dedicada à Coordenação do Colegiado de Curso	Regime de Trabalho
MARIA INEZ BARBOZA MARQUES	Serviço Social Universidade Estadual de Londrina (1996)	Especialização em Metodologia da Ação Docente Universidade Estadual de Londrina (1998) Mestre em Ciências da Religião Universidade Metodista de São Paulo (2001) Doutorado em Serviço Social Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2015)	12 horas	RT40-TIDE

PROFESSORAS(ES) EFETIVAS(OS)			
Nome do Docente	Graduação	Titulações	Regime de Trabalho
KARIMA OMAR HAMDAN	Serviço Social Centro Universitário de Maringá (2009) Letras Universidade Estadual de Maringá (1999)	Mestre em Geografia Universidade Estadual de Maringá (2010)	RT40-TIDE



KEILA PINNA VALENSUELA	Serviço Social Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo (2003)	Especialização em Política Social e Gestão de Serviços Sociais UEL (2006) Especialização em Educação Especial Instituto Paranaense de Maringá (2007) Especialização em Docência do Ensino Superior Instituto Paranaense de Maringá (2008) Mestrado em Serviço Social e Política Social Universidade Estadual de Londrina (2013) Doutoranda em Serviço Social e Política Social Universidade Estadual de Londrina (2017- 2021)	RT40-TIDE
MARIA INEZ BARBOZA MARQUES	Serviço Social Universidade Estadual de Londrina (1996)	Especialização em Metodologia da Ação Docente Universidade Estadual de Londrina (1998) Mestre em Ciências da Religião Universidade Metodista de São Paulo (2001) Doutorado em Serviço Social Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2015)	RT40-TIDE

MARÍLIA GONÇALVES DAL BELLO	Serviço Social Universidade Estadual de Londrina (2002)	Mestrado em Serviço Social e Política Social Universidade Estadual de Londrina (2004) Doutorado em Serviço Social, Políticas Sociais e Movimentos Sociais Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2014)	RT40-TIDE
PRISCILA SEMZEZEM	Serviço Social Centro de Ensino Superior de Maringá (2008)	Mestrado em Serviço Social e Política Social Universidade Estadual de Londrina (2012) Doutoranda em Serviço Social Universidade Federal de Santa Catarina (2019-2024)	RT40-TIDE
SUELI GODOI	Serviço Social Universidade Estadual de Londrina (2002)	Mestrado em Serviço Social e Política Social Universidade Estadual de Londrina (2003) Doutoranda em Território, Risco e Políticas Públicas Universidade de Coimbra, UC, Portugal (2013-2019)	RT40-TIDE
TEONE MARIA RIOS DE S. RODRIGUES ASSUNÇÃO	Serviço Social Universidade Estadual de Londrina (1996)	Mestrado em Serviço Social e Política Social Universidade Estadual de Londrina (2005) Doutorado em Serviço Social e Política Social Universidade Estadual de Londrina (2017)	RT40-TIDE



THAÍS GASPAS MENDES DA SILVA	Serviço Social Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo (2004)	Especialização em Gestão de Políticas Sociais com centralidade na Família Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Letras de Paranavaí (2008) Mestrado em Serviço Social e Política Social Universidade Estadual de Londrina (2012) Doutoranda em Serviço Social Universidade Estadual Paulista (2016-2020)	RT40-TIDE
JOÃO EGÍDIO DA SILVA	Direito Universidade Paranaense(1999) Geografia Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí(1976)	Especialização em Administração Estratégica e de Recursos Humanos. Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí, FAFIPA, Brasil (1991) Mestrado em Geografia Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Brasil (2001)	RT40-TIDE
ELIAS DE SOUZA JUNIOR	Filosofia Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.	Mestrado em Educação. Universidade Estadual de Maringá, UEM, Brasil. Especialização em Psicologia Educacional. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC Minas, Brasil.	RT-40

MAYSA RICARDO DA SILVA	Psicologia Universidade Estadual de Maringá (1985)	Especialização em Marketing, Recursos Humanos e Qualidade Total Universidade de Ribeirão Preto, UMAERP, Brasil. (1987) Mestrado em Psicologia Universidade Estadual de Maringá (2012)	RT40
GILMAR APARECIDO ASALIN	Geografia Universidade Estadual de Maringá (1994)	Especialização em História Econômica Universidade Estadual de Maringá (2001) Mestrado em Geografia Universidade Estadual de Maringá (2008) Doutorado em Regional e Ambiental Universidade Estadual de Maringá (2015)	RT40
PROFESSORES CRES			
Nome do Docente	Graduação	Titulações	Regime de Trabalho
LOURIVAL SOUZA FELIZ	Serviço Social Universidade Estadual do Paraná, campus Paranaíba (2011)	Mestrado em Serviço Social e Política Social Universidade Estadual de Londrina (2018)	RT40



VERA PEDROSO RIBAS	Serviço Social Universidade Estadual de Ponta Grossa (2000)	Especialização em ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA E CULTURA. Universidade Estadual de Ponta Grossa, UEPG, Brasil.(2002)	RT20
---------------------------	-----------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------



LEANDRO DA SILVA SELARI	Ciências Sociais Universidade Estadual de Londrina (2009)	Especialização em Psicologia Política, Políticas Públicas e Movimentos Sociais. Universidade de São Paulo, USP, Brasil. (2011) Mestrado em Mudança Social e Participação Política Universidade de São Paulo, USP, Brasil (2013) Doutorado em Programa em Integração da América Latina. Universidade de São Paulo, USP, Brasil (2018)	RT40
GICELI WARMLING DO NASCIMENTO	História Universidade Estadual do Paraná (Paranavaí) (2009)	Mestrado em História Universidade Estadual de Maringá (2016)	RT40
CÉLIA REGINA SILVA STOCCO	Economia Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) (2004)	Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN- (2007)	RT20
GUILHERME TADEU DE PAULA	Ciências Sociais Universidade Estadual de Maringá (2009)	Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal de São Paulo, UNIFESP (2013) Doutorado em História Universidade Estadual de Maringá (2015)	RT20

REGIANE ABRAHÃO	<p>Licenciatura em Letras Português/Inglês</p> <p>Faculdade Machado de Assis, FAMA, Brasil. (2017)</p> <p>Pedagogia</p> <p>Faculdade Entre Rios do Piauí, FAERPI, Brasil. (2014)</p> <p>Educação Física</p> <p>Faculdade Estadual de Educação Ciências e Letras de Paranaíba, FAFIPA, Brasil. (2003)</p>	<p>Especialização em Educação Especial: Atendimento às Necessidades</p> <p>Instituto de Estudos Avançados e Pós-Graduação, ESAP, Brasil. (2004)</p> <p>Especialização em Educação Especial: Área da Surdez - LIBRAS.</p> <p>Instituto de Estudos Avançados e Pós-Graduação, ESAP, Brasil. (2007)</p> <p>Especialização em Saúde para Professores da Educação Fundamental.</p> <p>Universidade Federal do Paraná, UFPR, Brasil. (2008)</p> <p>Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino.</p> <p>Universidade Tecnológica Federal do Paraná, UTFPR, Brasil. (2009)</p> <p>Mestranda em Formação Docente Interdisciplinar</p> <p>Universidade Estadual do Paraná (2017-2019)</p>	
------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

RESUMO DA QUANTIDADE DE DOCENTES POR TITULAÇÃO: Graduação: 00

Especialistas: 01

Mestres: 12

Doutores: 06

Pós-Doutores: 00

9. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Karima omar Hamdan

Maria Inez Barboza Marques

Marília Gonçalves Dal Bello

Teone Maria Rios de S. Rodrigues Assunção

Thaís Gaspar Mendes da Silva

Suely Godoy

10. INFRAESTRUTURA DE APOIO DISPONÍVEL

SALA ESPECÍFICA PARA FUNCIONAMENTO DO COLEGIADO DO CURSO – com uma mesa para reuniões, duas mesas para arrendimento aos alunos, um computador de uso coletivo, quatro armários também de uso coletivo, dois sofás para reuniões ou descanso.

.

SALAS DE AULAS – Salas de aulas equipadas com carteiras e cadeiras com capacidade para acomodar cinquenta estudantes.

CENTRO DE CONFERÊNCIAS – trata-se de um espaço com capacidade para 500 pessoas, com sistema de som e ar condicionado palco com iluminação apropriada e camarim, banheiros e rampa de acesso para deficiente além de tela elétrica com data show e cabine suspensa para assessoramento do som e imagem. Auditório em condições de acessibilidade.

MINI AUDITÓRIO - auditório com capacidade para 100 pessoas, sistema de som e ar condicionado, palco com mesa e cadeiras estofadas.

LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA - sala com computadores instalados em baias individuais para permitir o desenvolvimento de trabalhos individuais com acesso a internet. Espaço em condições de acessibilidade.

BIBLIOTECA: com apoio de uma bibliotecária e estagiários(as). Espaço amplo para estudos individuais e coletivos.

CENTRO DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS – espaço físico equipado com estrutura para reuniões e atendimento a discentes para apoio dos Núcleos de Educação para: Relações de Gênero, Igualdade Racial e Educação Especial.

SALA DE VÍDEO CONFERÊNCIAS: Equipada com TV para reuniões por skipe.

11. ANEXOS:

- ✓ Regulamento do Estágio Supervisionado;
- ✓ Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso (quando houver);
- ✓ Regulamento de Atividades Complementares.

ANEXO I

**REGULAMENTO DE ESTÁGIO
SERVIÇO SOCIAL**

UNESPAR/CAMPUS DE PARANAVÁI/PR

Paranavaí
2019

DEFINIÇÃO

Art1º - O Estágio Supervisionado em Serviço Social consiste em uma atividade curricular obrigatória que configura-se a partir da inserção do aluno no espaço sócio institucional. Apresenta como uma de suas premissas oportunizar ao(a) estudante o estabelecimento de relações mediatas entre os conhecimentos teórico-metodológicos e o trabalho profissional, a capacitação técnico-operativa e o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício da profissão, bem como o reconhecimento do compromisso da ação profissional com as classes trabalhadoras, neste contexto político-econômico-cultural sob hegemonia do capital. O alcance desse processo formativo pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor/a supervisor/a e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre Unidade de Ensino e Unidade Campo de Estágio, tendo como referência a lei 8.662/93 – Lei de Regulamentação da Profissão, Código de Ética Profissional (1993) e Lei 9394 de 8/11/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a Política Nacional de Estágio (PNE/2009).

Parágrafo Único – É vedado a oferta de Estágio em Serviço Social por instituições que não consta em seu quadro de profissionais a/o assistente social.

DOS OBJETIVOS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art 2º- O estágio deve, fundamentalmente, oferecer condições para a iniciação profissional em uma ou mais áreas do Serviço Social. Prática esta que deverá ser aprimorada ao longo do exercício profissional.

Art 3º- Proporcionar à/aos alunas/os acesso ao aprendizado dos instrumentais e política que envolve o exercício profissional no campo de estágio em que se encontra alocado.

Art 4º- Levar a/o aluna/o a internalizar valores associados ao projeto ético político do Serviço Social e a defesa da justiça social.

Art 5º- Oferecer a/o aluna/o condições de perceber através da prática de estágio, a inter-relação entre realidade institucional e conteúdo teórico metodológico apreendido na academia.

Art 6º - Estimular junto a/o aluna/o postura investigativa e crítica frente a conjuntura trabalhada.

Art 7º- A supervisão do Estágio tem por objetivo possibilitar a reflexão e a análise de experiências de intervenção do Serviço Social, compreendendo as seguintes situações:

I- Conhecer realidades específicas ao Serviço Social;

II- Sistematizar, planejar e executar as ações concernentes a prática do assistente social no que diz respeito as demanda colocada ao/à profissional

DA CARGA HORÁRIA

Art 8º - A carga horária a ser cumprida pelo estudante de Serviço Social corresponde a 15% da carga horária total ministrada no curso.

Art 9º - O curso de Serviço Social na UNESPAR - Campus Paranavaí, tem a exigência do cumprimento de estágio obrigatório de 225 horas para o terceiro ano e 225 horas para o quarto ano, no ano corrente.

I-A carga horária em ambas as series deverá ser cumprida em 08 horas semanais, em números de semanas a serem definidas em consonância com o calendário letivo anual da Unespar/Campus Paranavaí.

II- É vetado ao estudante deixar o campo de estágio antes do cumprimento do número de semanas estabelecido pela coordenação do curso, em consonância com o colegiado do curso, mesmo tendo já cumprido a carga horária do estágio estipulada para a série.

III- Nos casos em que o assistente social cumpre 6 horas semanais, conforme disposto no Art. 5º A da Lei nº 8.662/1993, o cumprimento das horas pendentes deverá ser planejada entre o supervisor de campo e acadêmico e o estudante.

Parágrafo Único: no caso de reprova no terceiro ano, a/o acadêmica/o poderá cumprir em um só ano as disciplinas de Estágio Supervisionado I e II.

SOBRE O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

Art 10º Estágio Não Obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, não acrescida à carga horária regular e obrigatória, conforme inscrição na Matriz Curricular do curso de Serviço Social (Resolução 046/2018).

Art 11 º O estágio, sendo considerado um processo educativo, observado pela articulação entre formação e o exercício profissional, deverá ser realizado em área e local compatíveis com o curso de Serviço Social, sendo expressamente vedado o exercício de atividades não relacionadas à sua área de formação (Resolução 046/2018).

Art a12 º Constituem-se campos de estágio em Serviço Social as instituições ou órgãos da administração pública, as instituições de ensino, pesquisa e cultura, públicas e privadas, os próprios campi da Unespar e a comunidade em geral, desde que apresentem condições para (Resolução 046/2018)

I. Planejamento e execução conjuntas com a Unespar das atividades de estágios;

II. Aprofundamento dos conhecimentos teórico-práticos para a formação do estudante

III. Vivência efetiva de situações reais de vida e de trabalho, compatíveis com o campo profissional de atuação, previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação, no Projeto Pedagógico do Curso e demais legislações pertinentes em vigor;

IV. Avaliação e acompanhamento conjuntos das instituições formadora e cedente.

Art 13 º As/aos alunas/os do 1º e 2º ano do curso de Serviço Social é assegurado/a a realização de estágio, desde que devidamente acompanhado/a mediante supervisão acadêmica e de campo.

Art 14 º Quando se tratar de Estágio não Obrigatório, o Termo de Compromisso deverá ser instruído com (Resolução 046/2018)

I. cópia de apólice de seguros pessoais a ser custeada pela unidade concedente, cujo número deve constar no Termo de Compromisso;

II. plano de Estágio, elaborado em conjunto pelo estudante, professor supervisor da unidade concedente, com aquiescência do professor orientador da Unespar.

Art 15º A carga horária máxima de estágio não poderá ultrapassar 30h/semanais e 6 h diárias.

Art 16º O aluno que cumprir 30 horas semanais e 6 horas diárias de estágio, nos períodos de avaliação de aprendizagem estipulados pela instituição de ensino, poderá ter carga horária de estágio reduzida pelo menos à metade, segundo o estipulado no Termo de Compromisso, a fim de garantir o bom desempenho do/a aluno/a (lei 11.788, de 25/09/2008).

Art 17º- É assegurado à/ao estagiária/o, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a um ano, período de recesso de 30 dias, a ser gozado durante o mês de janeiro, em consonância com o calendário da UNESPAR/ Campus Paranavaí. (lei 11.788, de 25/09/2008).

Parágrafo único. A carga horária da supervisão acadêmica realizada semanalmente na Universidade será contabilizada no cumprimento da carga horária total da disciplina de estágio.

DA DINÂMICA DA SUPERVISÃO

Art 18º - Entende-se por Supervisão de Estágio a orientação e o acompanhamento direto dado à/aos alunas/os no decorrer de suas atividades de estágio, de forma a proporcionar-lhes o desenvolvimento de uma atuação capacitada e competente no desempenho de suas ações pertinentes a profissão.

Art 19º - As supervisões de estágio no âmbito acadêmico serão realizadas semanalmente, mediante organização grupal, distribuídas por áreas afins ao Serviço Social.

Art 20º - O número de alunas e alunos a serem supervisionados pelas/os docentes será condizente com o quadro contratado pela UNESPAR - Campus Paranavaí, e a carga horária disponível das/os professoras/es, não podendo ultrapassar 4 alunos/ hora aula.

I-O montante de estudantes por docente, não poderá ultrapassar o número de 15 (Política Nacional de Estágio em Serviço Social, 2009)

Art 21º - É vedado aos/às discentes 2 (duas) faltas consecutivas na supervisão acadêmica sem aviso prévio com justificativa plausível e comprovada ao/à supervisor/a pedagógico/a.

Art 22º É vedado mudar de orientador/a de estágio, salvo em situações específicas em que ocorrerá a anuência do supervisor acadêmico/a e coordenador/a de estágio.

Art 23º Supervisões individuais deverão ser previamente agendadas mediante as demandas apresentadas.

Art 24º Será realizada, pelo supervisor acadêmico, no mínimo uma visita anual junto as instituições - campo de estágio, a fim de integrar academia e campos de estágio, visando uma formação qualificada e competente das/os acadêmicas/os em Serviço Social.

DAS ATRIBUIÇÕES DAS/OS ESTAGIARIAS/OS

Art 25º Providenciar documentação exigida para regulamentação do estágio supervisionado em Serviço Social, entre UNESPAR - Campus Paranavaí e instituição campo de estágio.

I. Protocolar para Central de Estágio o Termo de Compromisso (04 vias), sendo uma destinada a Central de Estágio, outra a Instituição Concedente do estágio, uma terceira ficará sob posse do estudante, e uma quarta se destinará ao supervisor acadêmico, podendo ser por ele dispensada.

II. Elaborar o termo de compromisso do estagiário em relação ao campo de estágio

Art 26º Estar ciente do Regulamento de Estágio.

Art 27º. Frequentar assiduamente as supervisões acadêmicas.

Art.28º- Cumprir rigorosamente carga horária anual referente ao estágio supervisionado em Serviço Social

Parágrafo Único: em caso de falta ao campo de estágio, justificar com antecedência mínima de 24 horas o/a profissional supervisor/a de campo.

Art 29º. Em caso de mudança de campo de estágio a instituição campo de estágio deverá ser comunicada mediante documento assinado pela coordenação de estágio e supervisor/a acadêmico/a.

Art 30º - Cumprir os prazos para entrega das atividades solicitadas nas supervisões acadêmicas, conforme calendário pré estabelecido pela coordenação do Estágio e inscrita nos anexos desse regulamento.

Art 28º Utilizar vestimentas adequadas ao ambiente profissional, onde se encontra inserido/a como estagiário/a.

Art231. Desenvolver as atividades de estágio, tendo em vista os padrões éticos que regem a profissão.

DA DEFINIÇÃO DE SUPERVISÃO E ATRIBUIÇÕES DOS SUPERVISORES/AS

Art. 32 – Compete aos supervisores/as de estágio comparecer sempre que possível nas reuniões e encontros organizados pela UNESPAR- Paranavaí e/ou instituição campo de estágio

Art 33º - O número de aluno/a por supervisor/a de campo não poderá ultrapassar um aluno/a para cada 10 horas semanais de trabalho do profissional em Serviço Social (Resolução CFESS Nº 533 de 2008)

Art 34º - O/a docente supervisor/a acadêmico e supervisor/a de campo não poderá ser o mesmo.

Art 35º Compete ao/à Supervisor/a Acadêmico/a.

§1º Orientar os/as alunos/as quanto a elaboração e organização das atividades associadas as avaliações em Serviço Social

§ 2º Contribuir com a elaboração do Plano de Estágio junto com aluno/a e supervisor/a de campo, referente as atividades a serem desenvolvido durante o período de estágio.

§ 3º - Realizar visitas periódicas ao campo de estágio, conforme demanda do processo de formação profissional.

§ 4º - Participar das reuniões convocadas para discussão de assuntos pertinentes ao estágio supervisionado em Serviço Social

Art 36º Compete ao/à Supervisor/à de Campo

§1º Apresentar projeto de trabalho à unidade de ensino, de modo a incluir sua proposta de supervisão, no momento da abertura do campo de estágio.

§ 2º Participar da construção do plano de estágio em conjunto com supervisor/a acadêmico e ao estagiário/a em que conste os papeis, funções, atribuições e dinâmica processual da supervisão, no início de cada ano letivo.

§ 3º Delimitar as atividades a serem desenvolvidas pelo estagiário na instituição em que realiza o estágio;

§ 4º- Planejar atividades condizentes com a prática profissional, contrapondo-se a inserção dos/as acadêmicos/as em atividades meramente laborativas.

§ 5º - Disponibilizar sempre que possível material referente ao funcionamento e dinâmica da instituição na qual se insere o/a estagiário/a.

§ 6º Organizar, no mínimo mensalmente supervisão de campo sistematizada, com atividades programadas e planejadas referente a prática de estágio.

§ 7º - Comunicar à coordenação de estágio da Instituição de Ensino possíveis dificuldades na execução do estágio supervisionado, que possa comprometer o aprendizado do acadêmico em Serviço Social.

§ 8º - Assinar folha de frequência dos estagiários e outras documentações pertinentes.

§ 8º - Proceder semestralmente avaliação, mediante atribuição de notas referente às atividades desenvolvidas pelo acadêmico de Serviço Social no campo de estágio.

DA COORDENAÇÃO E SUAS ATRIBUIÇÕES

Art 37º O curso de Serviço Social poderá, de acordo com as possibilidades de número de docentes, possuir 01 (um) Coordenador e 01 (um) Vice-coordenador de Estágios, indicado pelo Colegiado, preferencialmente, dentre os docentes efetivos em Regime de Tempo Integral e/ou atuando nas disciplinas de estágio (Resolução 046/2018)

Art 38º O Coordenador/a e Vice-coordenador/a de Estágios serão nomeados pela Direção do Campus, por um período de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos

Art 39º Quando houver, o Vice-coordenador deve colaborar com o Coordenador de Estágios em suas atribuições e substituí-lo em eventuais ausências e, em caso de vacância do cargo, deve assumir a função de coordenador de estágio, até que se realizem novas eleições.

Art 40º Cabe ao coordenador de estágio, zelar pelo planejamento das atividades a serem desenvolvidas pelos estagiários nos processos e supervisão acadêmica

Art 41º-Integrar academia e instituições ofertantes dos campos de estágio.

Art 42º-Cadastrar as instituições campo de estágio.

Art 43º Responsabilizar-se pela abertura dos campos de estágio de acordo com a demanda do curso.

Art 44º Acatar as orientações do CRESS, CFESS, COFI no que diz respeito a política de estágio concernente a profissão.

Art 45º - Organizar documentação a fim de regularizar os campos de estágio associado a prática do Serviço Social.

Art 46º- Encaminhar ao Conselho Regional de Serviço Social, com sede em Londrina, comunicação formal e escrita indicando:

- I- Campos credenciados, bem como seus respectivos endereços e contatos;
- II- Nome e número de registro no CRESS dos profissionais responsáveis pela supervisão acadêmica e de campo;
- III- Nome do estagiário e ano em que está matriculado

Art 47º Encaminhar à instituição campo de estágio calendário acadêmico, compatível com as determinações da UNESPAR – Campus Paranavaí, bem como a regulamentação de estágio para ciência dos supervisores de campo.

Art 49^o -Promover em articulação com o Colegiado do Curso de Serviço Social, em caráter permanente, curso de Capacitação de Supervisores (podendo ser oferecido como atividade de extensão) e a organização da agenda do Fórum de Supervisores da UFA (PNE, 2009).

DA AVALIAÇÃO

Art 50^o O acompanhamento e a avaliação do processo de estágio se darão mediante as atividades desenvolvidas no campo de estágio.

Art 51^o - A cada bimestre será organizado um conjunto de atividades a serem trabalhadas e elaboradas, a fim de compor a nota referente aos quatro bimestres no decorrer do ano letivo.

Art 52^o- No 2^o e 4^o bimestre a nota de avaliação será composta pela avaliação do/a assistente social responsável pelo/a acadêmico/a no campo de estágio e o relatório de acompanhamento de estágio curricular, sendo esse último entregue à Central de Estágio.

Art 53^o - Todo bimestre a/o discente deverá entregar folha de frequência ao campo de estágio para controle de frequência do estágio. A folha de frequência deverá ser assinada pelo/a supervisor/a acadêmico/a e de campo.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Situações que extrapolem os dispostos neste regulamento serão discutidas e decididas mediante reunião do colegiado de Curso de Serviço Social.

REFERENCIAIS:

BRASIL. Unespar. Resolução CEPE nº 046 de 2018. Revoga a Resolução 010/2015

BRASIL. ABEPSS - Política Nacional de Estágio, 2009.

BRASIL. lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008.

BRASIL. CFESS- Resolução 493 de 21 de agosto de 2006.

BRASIL. CEFESS - Resolução 533 de 29 de setembro de 2008.

BRASIL, Lei nº 8862/93 – Lei de Regulamentação da Profissão

Versão revista e aprovada pelo Colegiado do Curso de Serviço Social em 25/04/2019

Gestão: 2018/2020.

Profa Dra. Marília Gonçalves Dal Bello
Coordenação de Estágio Supervisionado em Serviço Social I e I

ANEXO II - REGULAMENTO DE TCC

**REGULAMENTO PARA ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE
CONCLUSÃO DE CURSO**

**Paranavaí
2020**

REGULAMENTO PARA ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

TÍTULO I DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CAPÍTULO I A Obrigatoriedade e o Entendimento

Art.1º - De acordo com as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social de 1996 e Documento elaborado pela Comissão de Especialistas de 1999 “O Trabalho de Conclusão de Curso é uma exigência curricular para a obtenção do diploma de bacharel em Serviço Social. Deve ser entendido como um momento de síntese e expressão da totalidade da formação profissional. É o trabalho no qual o aluno sistematiza o conhecimento resultante de indagações preferencialmente geradas a partir da experiência de estágio. Esse processo realiza-se dentro de padrões e exigências metodológicas e acadêmico-científicas. É elaborado sob a orientação de um professor e avaliado por banca examinadora” (BRASIL, 1999, p. 8).

Art. 2º - A Resolução nº 15, de 13 de março de 2002, a qual estabelece também Diretrizes para os Cursos de Serviço Social em território nacional, assegura que o Trabalho de Conclusão de Curso, assim como o Estágio Supervisionado, deve ser desenvolvido durante o processo de formação a partir do desdobramento dos componentes curriculares, concomitante ao período letivo escolar.

CAPÍTULO II Natureza e Objetivos

Art. 3º - O Trabalho de Conclusão de Curso será mencionado neste documento simplesmente por TCC, o mesmo trata-se de um exercício acadêmico de natureza intelectual, que exige a observância de um conjunto de procedimentos, técnicas, atividades e requisitos diretamente associados à atividade científica. Quanto aos objetivos, espera-se possibilitar ao aluno formando de Serviço Social:

- a) a construção de um trabalho de cunho científico de modo que essa experiência seja entendida e vivenciada como uma dimensão constitutiva e incontornável do exercício profissional do Assistente Social;
- b) o aprimoramento da capacidade crítico-analítica acerca de processos, fenômenos, expressões e demandas sociais que perpassam o cotidiano profissional do Assistente Social;
- c) a potencialização de sua habilidade para tratar com rigor científico a sistematização e a articulação entre teoria e prática.

CAPÍTULO III

Modalidade do TCC

Art. 4º - A modalidade de TCC exigida para os formandos do Curso de Serviço Social da UNESPAR/Campus Paranavaí, se constitui na realização de uma Pesquisa Científica. Como tal deverá expressar o domínio de um conjunto de atividades orientadas para a busca e a construção de um conhecimento acerca de temas-problemas relacionados à realidade empírica em que se realiza o exercício profissional do Assistente Social. Para merecer o qualificativo de científica, a pesquisa deverá ser feita de modo sistematizado, com emprego de métodos e técnicas específicas e com a apresentação dos resultados obtidos, de forma peculiar.

CAPÍTULO IV

Normatizações Pedagógicas

Art. 5º - A orientação do TCC, entendida como um processo didático-pedagógico, deverá ser efetivada por Assistentes Sociais docentes do Curso de Serviço Social, de conformidade com a aprovação das Coordenações do Curso de Serviço Social e do Trabalho de Conclusão de Curso, para tal.

Parágrafo Único: Durante o processo de elaboração do TCC, poder-se-á contar com a co-orientação de um professor da área do Serviço Social ou correlata, desde que formalmente solicitada pelo professor orientador do trabalho.

Art. 6º - As temáticas do TCC serão escolhidas pelos (as) alunos (as) e transformadas em Pré-Projeto de Pesquisa, sob orientação do (a) professor(a) da disciplina de Pesquisa em Serviço Social, durante o 3º ano do Curso de Serviço Social. O Projeto de Pesquisa, que dará origem ao TCC, deverá ser entregue ao Professor designado para a orientação, no primeiro dia agendado para o início da mesma.

Art. 7º - O TCC será realizado individualmente, tendo como critério para esta definição, o número de docentes disponíveis para essa tarefa.

Art. 8º - Para a distribuição dos TCCs entre os (as) professores (as) orientadores (as), o (a) Coordenador (a) do TCC terá como critérios:

- a) distribuir os TCCs de modo equitativo, considerando a carga-horária de trabalho dos professores (T-40 ou T-20), bem como a quantidade dos trabalhos a serem orientados;
- b) considerar o interesse do (a) professor (a) pelo tema/problema da pesquisa e o seu aceite formalizado à Coordenação do TCC;
- c) realizar a distribuição dos TCCs em reunião entre os (as) professores orientadores (as).

Art. 9º - Para cada TCC será destinada uma hora/aula semanal de orientação, sendo que, a carga-horária total obrigatória para orientação é de, no mínimo, 15 horas/aula no decorrer do ano letivo. Reposições e/ou orientações extra-obrigatórias ficarão a critério do orientador. Todas as

orientações deverão, obrigatoriamente, ocorrer de conformidade com planejamento (dia, hora, local) elaborado em conjunto por professor (a) e aluno(as).

Parágrafo Único: O uso do horário de aula regular para orientação do TCC não é permitido, caso isto ocorra será de responsabilidade do (a) aluno (a).

Art. 10º - Tal como está estabelecido para todas as disciplinas do Curso, a frequência exigida para as orientações é a de 75% para cada aluno (a) orientando (a). Em ocasiões que o (a) aluno (a) orientando (a) não puder comparecer às orientações previamente agendadas, ele (a) deverá comunicar seu orientador (a) com antecedência mínima de 24 horas. O não cumprimento acarretará em reprovação.

Art.11º - Todos os encontros entre orientadores (as) e acadêmicos (as) deverão ser registrados em formulário próprio denominado Registro de Orientações (Anexo 2). Estes registros serão elaborados pelos orientandos (as) sendo assinados por estes e pelos orientadores (as). Minimamente devem conter: data, tempo de duração, conteúdos trabalhados e as tarefas atribuídas. Este material servirá de subsídio para as avaliações bimestrais.

Art. 12º - As avaliações bimestrais são de competência do (a) professor (a) orientador (a), que terá como referência os registros acima mencionados e também os itens contidos no formulário próprio, denominado Avaliação Bimestral de Desempenho do Aluno (a) (Anexo 3). A média anual das avaliações será integrante da avaliação final do TCC.

Art.13º - Toda e qualquer alteração, passível de ocorrer no processo de orientação, deverá ser comunicada formalmente pelo (a) professor(a) orientador(a), à Coordenação do TCC. Através da utilização de formulário próprio, denominado Comunicado de Alterações no Processo de Orientação do Trabalho de Conclusão de Curso (Anexo 6), deve-se expor de modo claro e objetivo a situação originária, bem como a justificativa para a alteração pretendida. A partir do recebimento do comunicado, o Coordenador do TCC deverá, igualmente, adotar procedimentos formais para os devidos encaminhamentos.

Art.14º - A substituição de professor (a) orientador (a) poderá ocorrer, por solicitação do professor (a) ou do aluno (a), somente nas seguintes situações:

- a) Após ocorrido, no mínimo, três encontros de orientações e ter sido detectado incompatibilidade entre ambos: professor (a)/aluno(a);
- b) Quando o (a) professor (a) orientador (a) solicitar interrupção do processo, com base no desempenho do (a) aluno (a) o qual deverá estar devidamente registrado no formulário para Registro de Orientações e a partir das avaliações bimestrais;
- c) Quando realizado formalmente e encaminhado a Coordenação de TCC.

Parágrafo Único: A substituição do (a) orientador (a) será realizada com base na disponibilidade do Curso, no interesse e aceitação do substituto.

CAPÍTULO V

Organização e Competências

Art. 15º - O processo de elaboração de TCC do Curso de Serviço Social, envolve as seguintes instâncias da UNESPAR/Campus Paranavaí: Setor Administrativo, através da Secretaria Acadêmica, e Setor Pedagógico, através da Coordenação de Ensino, Coordenação do Curso de Serviço Social, Coordenação dos Trabalhos de Conclusão de Curso, Professores (as) orientadores (as) e co-orientadores do TCC. Estas instâncias terão competências específicas.

Art.16º - À Secretaria Acadêmica, compete executar serviços relacionados à:

- a) recebimento de TCCs entregues pelos alunos via Protocolo Geral;
- b) registro e publicação dos resultados das avaliações finais dos TCCs.

Art.17º - À Coordenação de Ensino, compete:

- a) Fornecer apoio logístico para a concretização do processo de elaboração e apresentação do TCC.

Art.18º - À Coordenação do Curso de Serviço Social, compete:

- a) Recebimento e encaminhamento de recursos provenientes dos (as) alunos (as), relacionados ao TCC, conforme estabelecido no Regimento da UNESPAR Campus Paranavaí;
- b) Convocar Reunião Ordinária, entre os (as) professores (as) orientadores (as) de TCC, para eleição do Coordenador dessa tarefa;
- c) Participar de reuniões convocadas pelo Coordenador de TCC;
- d) Assinar em conjunto com o (a) Coordenador (a) de TCC: editais, comunicados e informativos que tenham o objetivo de divulgar assuntos referentes ao processo do TCC;
- e) Acompanhar e tomar ciência de todas as atividades relativas ao TCC;
- f) Intervir em assuntos relacionados ao TCC, bem como relativos ao cumprimento deste regulamento, sempre que houver solicitação formal da Coordenação do TCC.

Art.19º - À Coordenação dos Trabalhos de Conclusão de Curso, compete:

- a) Zelar e fazer cumprir o presente Regulamento;
- b) Providenciar elaboração e/ou reformulação do Regulamento Interno de TCC do Curso de Serviço Social da UNESPAR Campus PARANAÍ e submetê-lo à Aprovação da Coordenação do Curso e professores orientadores de TCC;
- c) Desenvolver as atividades do TCC em consonância com a Coordenação do Curso de Serviço Social;
- d) Participar das reuniões promovidas pelo Curso de Serviço Social;
- e) Coordenar reuniões com professores (as) e/ou alunos (as) envolvidos com o TCC;
- f) Elaborar programações e calendários de atividades relativas ao TCC e realizar a divulgação dos mesmos após aprovação dos (as) professores (as) orientadores (as). Entre outros, destaca-se: início das orientações e entrega do Projeto da Pesquisa ao professor orientador; organização do Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso; entrega do TCC escrito para Avaliação Final e apresentação Oral do TCC; providenciar o armazenamento do CD contendo o arquivo em PDF do TCC;

- g) Organizar e divulgar junto aos (as) alunos (as) orientados (as), no início do ano letivo, a lista de indicações de professores (as) orientadores (as) para o TCC;
 - h) Possibilitar que o início das orientações do TCC ocorra no máximo até 40 (quarenta) dias úteis após o início do ano letivo;
 - i) Distribuir os TCCs entre os (as) professores (as) orientadores (as) e entregar cópia da documentação/formulários necessários ao processo de orientação e avaliação bimestral;
 - j) Reunir-se com as partes envolvidas nos Trabalhos de Conclusão de Curso, em todas as situações em que isto se fizer necessário;
 - k) Receber comunicados e/ou solicitações de providências, encaminhados formalmente pelos (as) Professores (as) Orientadores (as) e Alunos (as) e, após analisar, emitir respostas e providências cabíveis;
- Parágrafo Único: Diante de impasses e/ou impossibilidades para solucionar eventuais situações, solicitar apoio à Coordenação do Curso;
- l) Coordenar e efetivar o processo de substituição de professores (as) orientadores (as), conforme normalização deste Regulamento;
 - m) distribuição dos TCCs, para os respectivos professores avaliadores;
 - n) Providenciar, organizar e coordenar, o processo de Avaliação Final dos TCCs: composição de Bancas Examinadoras, elaboração e divulgação de cronogramas para entrega do trabalho escrito e para a apresentação oral; organização do recebimento dos TCCs junto a secretaria acadêmica da UNESPAR/Campus Paranavaí; distribuição, aos membros das bancas examinadoras, dos TCCs e documentação/formulário contendo critérios e parâmetros convencionados pelo Curso para avaliação (escrita e oral) dos trabalhos;
 - o) Encaminhar para o colegiado do curso de Serviço Social da UNESPAR Campus Paranavaí, um DVD de cada Trabalho de Conclusão de Curso que, após avaliados, atingiram média a partir de 8,5 (oito e meio), até no máximo 15 dias após a realização das bancas finais.

Art. 20º - A escolha do (a) Coordenador (a) de Trabalho de Conclusão de Curso será realizada através de eleição direta, que se dará em Reunião Ordinária, convocada pela Coordenação do Curso de Serviço Social, com a presença e voto de todos (as) os (as) professores (as) orientadores (as) de TCC. O (a) coordenador (a) eleito será nomeado por portaria expedida pelo diretor da UNESPAR Campus Paranavaí. Seu mandato terá a duração de 2 (dois) anos, podendo ser mais de uma vez consecutiva e disporá de 3 (três) horas semanais para desenvolver as atividades de TCC.

Art.21º - Ao (a) Professor(a) Orientador (a), compete:

- a) Realizar orientação e acompanhamento semanal com duração de 1h/a ou quinzenal com duração mínima de 2 h/a, presenciais em todas as etapas do TCC: da revisão do Projeto de Pesquisa, à conclusão do Trabalho;
- b) Elaborar, junto com o (a) aluno (a), plano e cronograma de atividades a serem desenvolvidas para a elaboração do TCC, incluindo data, horário e local das orientações;
- c) Certificar-se da elaboração do TCC. Estar atento ao cumprimento ou não do cronograma, aos conteúdos e tarefas solicitados, às faltas e atrasos; bem como outras informações que considerem relevantes, exigindo portanto a cada encontro o preenchimento do Registro de Orientações (Anexo 2);

- d) Avaliar bimestralmente o desempenho de cada aluno (a) no processo de elaboração do TCC, tendo como referência para tal os aspectos e as pontuações dispostos no formulário denominado Avaliação Bimestral do Desempenho do Aluno (a) (Anexo 3);
- e) Comunicar bimestralmente ao (a) orientando (a) o seu desempenho e as condições para continuidade do processo de orientação do TCC;
- f) Encaminhar bimestralmente à Coordenação do TCC, uma cópia da Avaliação do Desempenho de cada aluno sob sua orientação;
- g) Participar das reuniões convocadas pelas coordenações do curso de Serviço Social e do Trabalho de Conclusão de Curso, para tratar de assuntos pertinentes à tarefa em pauta;
- h) Encaminhar formalmente à Coordenação do Trabalho de Conclusão de Curso, suas solicitações e/ou comunicações referentes à sua tarefa de orientador;
- i) Presidir a Banca Examinadora na Apresentação Oral do Trabalho de Conclusão de Curso, sob a sua orientação;
- j) Participar das bancas examinadoras de TCC para as quais for sorteado;
- l) Agir em conformidade com a ética profissional, negando-se a opinar, orientar ou tecer comentários informais sobre trabalhos orientados por outros professores.

Art.22º - Ao (a) Professor (a) Co-Orientador (a), compete:

- a) Orientar o (a) aluno (a) em aspectos teóricos pertinentes à área de sua especialidade, considerando as temáticas sugeridas formalmente pelo orientador do TCC.

Art.23º - Além das instâncias, administrativa e pedagógica da UNESPAR/Campus Paranavaí, o processo de elaboração e apresentação do TCC, envolve especialmente os (as) alunos (as) matriculados no 4º ano do Curso de Serviço Social, aos quais compete:

- a) Providenciar cópia, tomar conhecimento e cumprir este Regulamento, bem como adotar as instruções normativas adotadas e convencionadas pelo Curso de Serviço Social para apresentação gráfica do TCC;
- b) Estar ciente de que será de sua inteira responsabilidade o conhecimento e o cumprimento de prazos relacionados ao TCC, conforme divulgados em edital;
- c) Cumprir o cronograma de orientações e tarefas elaborado em conjunto com o (a) Professor (a) Orientador (a), observar tolerância para faltas e/ou atrasos; apresentar tarefas recomendadas pelo orientador; registrar cada encontro utilizando para tal o formulário do Anexo 2. Todos esses aspectos farão parte das avaliações bimestrais e da avaliação final do TCC;
- d) Rubricar a cada encontro com seu (a) Professor (a) Orientador (a) o registro referente ao encontro;
- e) Encaminhar a quem possa interessar via Protocolo Geral, todas as suas solicitações e/ou reivindicações;
- f) Estar ciente de que não haverá aceitação e/ou avaliação de trabalhos apresentados ao final do ano letivo, sem que tenha ocorrido o sistemático e registrado acompanhamento do (a) professor (a) orientador (a), em todas as fases que compõem o TCC;
- g) Ser fiel e ético no uso de fontes documentais e teóricas, pois diante da identificação e comprovação de plágio, o aluno responderá individualmente e integralmente por esta infração.

Além disso terá também como consequência a invalidação do seu trabalho e a sua reprovação pela Banca Examinadora;

h) Estar ciente de que a qualidade da apresentação gráfica bem como o uso correto das regras ortográficas no TCC é de inteira responsabilidade do (a) aluno (a) e fará parte da avaliação final do mesmo. Para tal, providenciar as instruções normativas adotadas e convencionadas pelo Curso de Serviço Social;

i) Encaminhar, através do Protocolo Geral da UNESPAR/Campus Paranavaí, 3 (três) cópias impressas do trabalho escrito, aos (as) professores (as) avaliadores (as) do seu TCC, por ocasião da Avaliação Final;

j) Estar ciente de que após a entrega final do trabalho escrito, o mesmo será apresentado oralmente, a uma banca examinadora, sendo que a utilização de recursos didáticos para tal apresentação não será integrante dos critérios da avaliação final do TCC;

l) Comparecer em data, horário e local definidos para a avaliação final do TCC;

m) Após a avaliação final os TCCs que obtiverem notas a partir de 8,5 deverão ser corrigidos em conformidade com os apontamentos realizados pela Banca final em até no máximo 15 (quinze) dias;

n) Ter ciência que sua aprovação no Curso de Serviço Social está diretamente vinculada ao cumprimento de todas as etapas de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso;

o) Assinar e incluir na parte dos Anexos a Declaração de Compromisso ético no TCC (Anexo 10).

CAPÍTULO VI

Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso

Art. 24º - O Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso é uma atividade obrigatória e integra o processo de construção e avaliação do TCC.

Art. 25º - Esta atividade objetiva garantir a qualidade no processo de construção do TCC e propiciar enriquecimento, no que se refere às sugestões a serem dadas pelos (as) professores (as) avaliadores (as).

Art. 26º - O Seminário consistirá em uma apresentação oral, a partir de material construído de acordo com Roteiro presente no Anexo 4. Os alunos (as) terão 10 (dez) minutos para expor seu trabalho e posteriormente 2 (dois) (as) professores (as) avaliadores (as) farão suas considerações.

Art. 27º - O (a) acadêmico (a) deverá disponibilizar para a coordenação de TCC, vinte dias antes da realização do seminário, duas cópias do primeiro capítulo do seu TCC.

Art. 28º - Os (as) dois (as) professores(as) que farão parte da composição da banca do seminário de TCC, deverão ser sorteados 21 (vinte e um) dias antes da data de realização do Seminário de TCC, e preferencialmente deverão compor a Banca de Avaliação final do TCC do respectivo trabalho.

Art. 28º Caso o (a) acadêmico (a) não participe, automaticamente estará impedido de entregar o trabalho final.

CAPÍTULO VII

Avaliação Final do TCC

Art. 28º - O processo de avaliação se dará a partir da constituição de uma Banca Examinadora composta pelo (a) Professor(a) Orientador(a), o qual presidirá a banca e por 2 (dois) (as) Professores (as) preferencialmente Assistentes Sociais do Curso. Preferencialmente, a composição desta banca será a mesma do Seminário de TCC, em caso de impossibilidade de participação de um dos (as) 2 professores (as) deverá ser realizado novo sorteio, promovido pela Coordenação do TCC na sala de aula do 4º ano, até 5 (cinco) dias letivos que antecedam à data estabelecida para a entrega dos trabalhos.

Art. 29º - O critério para a distribuição dos TCCs entre os (as) professores (as) examinadores (as), será a divisão proporcional entre número de professores (as) e número de TCCs. No caso de impedimento para participar dessa atividade, o (a) professor (a) deverá comunicar e justificar com antecedência à Coordenação do TCC.

Art. 30º - O edital referente à composição das Bancas, bem como os horários e locais definidos para entrega dos trabalhos escritos e da avaliação oral, serão divulgados em edital, pela Coordenação dos Trabalhos de Conclusão de Curso.

Art. 31º - Avaliação Final do TCC compreende: apresentação escrita do relatório final da pesquisa; apresentação oral da pesquisa realizada e desempenho do aluno no processo de construção.

Art. 32º - Para a avaliação final do TCC apresentado nas formas escrita e oral, as bancas examinadoras terão como referência o formulário denominado Critérios Para Avaliação Do Trabalho de Conclusão de Curso (Anexo 7) o qual se encontra constituído por 3 (três) grandes grupos de avaliação.

a)-Avaliação do Trabalho Escrito: Para esta avaliação a banca terá o TCC apresentado sob a forma de relatório final da pesquisa, com peso 4 (quatro), distribuídos entre os seguintes itens: Introdução, Desenvolvimento, Considerações Finais e Estrutura Gráfica do Trabalho. O formulário para avaliação do trabalho escrito deverá ser inserido ao TCC após a Folha de Rosto;

b)-Avaliação da Avaliação Oral e Arguição: Refere-se à apresentação oral do TCC bem como às arguições realizadas pelos (as) alunos (as) diante da Banca Examinadora. A apresentação oral consistirá em um Banca de Defesa Pública, sendo vedada aos (as) acadêmicos (as) a proibição da entrada do público interessado em assistir a defesa. Terá peso 2 (dois) distribuídos entre: coerência com o trabalho escrito; domínio, fluência e clareza do conteúdo; linguagem clara e objetiva e coerência para as arguições.

c)-Avaliação Anual do Desempenho do Aluno (a) no Processo: Para esta pontuação a Banca terá como parâmetro a média da avaliação individual de cada aluno (a) realizada bimestralmente pelo orientador do TCC, com peso 4 (quatro).

Art. 33º - A nota relativa à média final, será resultante da soma aritmética de todos os itens que compõe esses 3 (três) grandes grupos de avaliação.

Art. 34º - Será considerado aprovado o (a) aluno (a) que obtiver a média 7,0 (sete), com frequência de 75% nas orientações.

Art. 35º - Sendo o TCC considerado uma das disciplinas regulares do Curso de Serviço Social:

a) o (a) aluno (a) que não atingir a média prevista durante a apresentação do TCC e possuir média igual ou superior a 4,0 (quatro) deverá realizar Exame Final. O Exame Final do TCC consiste na reapresentação do TCC com as correções recomendadas pela Banca Examinadora no prazo de 15 (quinze) dias a contar a partir da realização da Apresentação Oral do TCC;

b) na ocasião do Exame Final o (a) aluno (a) deverá encaminhar, via Protocolo Geral da UNESPAR/Campus Paranavaí 3 (três) cópias impressas do TCC corrigido para a avaliação da Banca Examinadora, sendo dispensada uma nova Apresentação Oral;

c) a Banca Examinadora será a mesma que avaliou o trabalho no primeiro momento de avaliação;

b) ocorrendo a reprovação no Exame Final do TCC, o(a) aluno(a) deverá refazer o trabalho no próximo ano.

Art. 36º - Após concluir o processo de avaliação, a Banca Examinadora se reunirá, para formalizar as avaliações através do preenchimento e assinatura dos documentos denominados: Ata de Apresentação Oral do Trabalho de Conclusão de Curso (Anexo 8) e Parecer Final da Banca Sobre o Trabalho de Conclusão de Curso (Anexo 9). Esses documentos deverão ser encaminhados à Coordenação do TCC.

Art. 37º - Os(as) alunos(as) que atingirem média final igual ou superior a 8,5 (oito e meio) no seu TCC, deverão ainda providenciar as devidas correções sugeridas na oportunidade da Apresentação Oral e entregar no prazo de 10 (dez) dias, via Secretária Acadêmica da UNESPAR Campus Paranavaí, 01 (uma) cópia em DVD, em formato PDF, do TCC, a qual ficará sob os cuidados Coordenação de TCC, sendo que a atribuição da nota final ficará condicionada a essa entrega

Art. 38º - O (a) aluno (a) que quiser elaborar um Artigo Científico com base no estudo que realizou, deverá procurar o seu professor (a) orientador (a) para tal.

CAPÍTULO VIII

Apresentação Escrita e Oral do TCC

Art. 39º - A obrigatoriedade da apresentação escrita e oral do TCC se dará em virtude da Avaliação Final:

1) Apresentação do TCC Escrito: Trata-se da entrega oficial do TCC escrito para avaliação, o que ocorrerá preferencialmente no 5º dia útil da primeira quinzena do mês de novembro. O aluno deverá encaminhar 3 (três) cópias impressas com encadernação simples, aos professores

avaliadores, via Protocolo Geral. Nesta etapa, o TCC será avaliado, em seu conteúdo escrito e aspectos gráficos. O Relatório Final do TCC deverá conter no mínimo 30 (trinta) páginas de texto (introdução, desenvolvimento, considerações finais) e respeitar rigorosamente as exigências da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Quanto à estrutura e ao conteúdo a ser entregue, obrigatoriamente será o seguinte:

1.1) Elementos Pré-Textuais: Capa, Folha de Rosto, Roteiro para Avaliação do Trabalho Escrito (Anexo 7), Resumo e Sumário.

1.2) Texto:

1.2.1-Introdução - Deve constar: tema abordado no trabalho, o problema de pesquisa que pretendeu responder/discutir; as justificativas, (as motivações para a escolha do tema e do problema); os Objetivos visados (o que pretendeu alcançar ao realizar a pesquisa); conteúdo correspondente aos Procedimentos Metodológicos utilizados para a coleta e para análise e interpretação dos dados e uma breve explicitação do conteúdo de cada Capítulo;

1.2.2-Desenvolvimento - Apresentação do conteúdo referente ao Referencial Teórico, construído para fundamentar a pesquisa;

1.2.3-Considerações Finais Retomada dos pontos mais significativos do processo da pesquisa; alusão ao alcance parcial ou total dos objetivos propostos; explicitação da internalização do estudo realizado e de sugestões passíveis de serem realizadas visando melhorias/aprimoramentos, relativos ao problema que originou a pesquisa.

1.3)Elementos Pós-Textuais : Referências, Anexos e Apêndices .

1.4) Quanto aos Aspectos Gráficos do Trabalho, serão considerados a observância em relação a regras ortográficas e gramaticais, linguagem e aplicação de Normas da ABNT, conforme normativas referenciadas pelo Curso de Serviço Social.

Para a análise e Avaliação do Trabalho Escrito os (as) professores(as) utilizarão o roteiro e os critérios definidos no formulário Critérios para Avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso, (Anexo 7), item 01 – “ Avaliação do Trabalho Escrito”. A partir da data de entrega do TCC escrito, o (a) aluno (a) deverá ficar atento à divulgação do calendário para a apresentação oral do TCC e se preparando para a exposição, arguição e avaliação final do seu trabalho.

2) A Apresentação Oral do TCC: Trata-se da apresentação do TCC a ser realizada diante da mesma Banca responsável pela avaliação do TCC escrito :

a) Obedecerá a um calendário que será definido após a entrega do TCC pela Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso;

b)O tempo de duração prevista é o de 60 (sessenta minutos), sendo: 15 minutos para exposição oral, 30 minutos para arguição e 15 minutos para as conclusões da Banca.

c) A apresentação oral consistirá em um Banca de Defesa Pública, sendo vedada aos acadêmicos a proibição da entrada do público interessado em assistir a defesa.

d) A forma de apresentação oral bem como a utilização ou não de recursos audiovisuais ficará a critério do (a) aluno (a) e do (a) Professor (a) Orientador (a), lembrando que o uso de tais recursos não implica em acréscimo ou decréscimo de notas;

e) Para a avaliação da apresentação oral, os (as) professores (as) avaliadores (as) utilizarão o formulário denominado Critérios Para Avaliação Do Trabalho de Conclusão de Curso (Anexo 7), item II Avaliação da Apresentação Oral .

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 40º - As situações omissas neste Regulamento deverão ser solucionadas pela Coordenação de Ensino, Pesquisa e Extensão juntamente com a Coordenação do Curso de Serviço Social e Coordenação do TCC do Serviço Social, tendo como referência o Regimento Interno da UNESPAR.

Art. 41º- Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paranavaí , 04 de outubro de 2019.

Karima Omar Handam
Coordenadora do Processo de TCC no Curso de Serviço Social

ANEXO III - REGULAMENTO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Art. 1º Regular o aproveitamento e validação das Atividades Acadêmicas Complementares da Matriz Curricular que integra o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UNESPAR Campus de Paranavaí.

Art. 2º As Atividades Acadêmicas Complementares têm o objetivo de contribuir para o enriquecimento da formação profissional do/a estudante e para a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão, sendo o seu cumprimento indispensável para integralização curricular e colação de grau.

Art. 3º Todo/a estudante deverá cumprir 150 (cento e cinquenta) horas de Atividades Acadêmicas Complementares durante o período em que estiver cursando a graduação em Serviço Social.

Parágrafo Único. Não serão consideradas Atividades Acadêmicas Complementares aquelas realizadas em disciplinas obrigatórias ou optativas da Matriz Curricular do Curso, assim como o Estágio Não Obrigatório.

Art. 4º São consideradas Atividades Acadêmicas Complementares todas as atividades previstas no Anexo I.

Parágrafo Único. A carga horária a ser validada em cada uma das atividades está indicada no Anexo I que detalha as Atividades Acadêmicas Complementares.

Art. 5º Serão aceitos como comprovantes para validação das Atividades Acadêmicas Complementares certificados e declarações oficiais em que conste a carga horária da atividade.

§ 1.º Para publicação de trabalhos científicos será considerada a carga horária de 10 (dez) horas para cada trabalho publicado.

§ 2.º Para a apresentação de trabalhos em eventos científicos será considerada a carga horária de 4 (quatro) horas para cada trabalho apresentado.

Art. 6º O/A estudante deverá protocolar uma cópia de cada comprovante acompanhado do original para conferência pelo Setor de Protocolo.

Art. 7º A entrega dos comprovantes das Atividades Acadêmicas Complementares deverá ser organizada em formulário conforme Anexo II.

§ 1.º As Atividades Acadêmicas Complementares deverão estar listadas e suas cópias dispostas por natureza das atividades, respectivamente.

§ 2.º O/A estudante será responsável pelo cumprimento, acompanhamento e controle das horas de Atividades Acadêmicas Complementares.

Art. 8º Somente serão aceitas as AAC realizadas após o ingresso do estudante no Curso de Serviço Social.

Parágrafo Único. Não serão aceitas as atividades realizadas durante períodos de trancamento no Curso.

Art. 9º Os/as estudantes que ingressarem no curso de Serviço Social por meio de transferência ou ingresso como portador de diploma, deverão também cumprir, obrigatoriamente, a carga horária de Atividades Acadêmicas Complementares. Caso eles já tenham realizado atividades similares na instituição de origem, poderão solicitar à coordenação do Curso de Serviço Social o cômputo de sua carga horária, observando o Anexo I.

Art. 10 Cabe à Coordenação do Curso de Serviço Social: I - Promover a divulgação deste Regulamento;

II - Orientar os/as estudantes sobre o que são as Atividades Acadêmicas Complementares;

III - Orientar os/as estudantes sobre os procedimentos de validação;

IV - Proceder a contagem, fazer a validação das Atividades Acadêmicas Complementares e encaminhar ao Controle Acadêmico.

Art. 11. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Serviço Social.

Art. 12 - Este regulamento entrará em vigor a partir da data de sua aprovação.

ANEXO I

TABELA DE VALIDAÇÃO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES

CATEGORIAS	ATIVIDADES	CH MÁXIMA	DOCUMENTO PARA VALIDAÇÃO
Ensino	Disciplinas Complementares, não previstas no currículo e cursadas em outras IES	20	Histórico Escolar
	Atividades de Monitoria	30	Certificado ou Relatório Final
	Participação como ouvintes em Bancas de Defesa (Graduação e Pós-graduação)	10	Declaração
	Participação em minicursos na área ou em áreas afins	60	Certificado
	Projetos de Iniciação Científica	50	Certificado ou Relatório Final

Pesquisa	Projetos de Pesquisa Institucionais	50	Certificado ou Relatório Final
	Trabalho Científico publicado como autor ou co-autor	40	Cópia do Trabalho ou Certificado de Publicação
	Participação em grupos institucionais de trabalhos e estudos realizados na IES	20	Declaração
	Artigo publicado como autor ou co-autor na revista científica	50	Declaração ou Cópia do Artigo Publicado
	Relatórios de Pesquisa	30	Certificado ou Relatório Final
	Apresentação de Trabalhos Científicos	40	Certificado de Apresentação
	Seminários, oficinas, congressos, simpósios, conferências, encontros, etc.	100	Certificado de Participação
	Gestão de órgão de representação estudantil (UNE, UEE, DCE, CA, ABEPSS,		

ANEXO II

FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES

Estudante: _____ Série: _____ Telefone _____ E-mail _____ Data da Entrega: ././ _____

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

	ATIVIDADE	CH	PARA USO DA COORDENAÇÃO
01			
02			
03			
04			
05			



06			
07			
08			
09			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			
21			
22			

Total de Horas validadas:

Parecer do(a) Coordenador(a)

Data / /

Assinatura do(a) Coordenador(a)



